

*UM ESTUDO DA CONFABULAÇÃO NO CONTEXTO
NEUROPSICOLÓGICO: O DISCURSO À DERIVA OU AS SEM-RAZÕES DO
SENTIDO*

Edwiges Maria Morato

*Universidade Estadual de Campinas
Campinas, julho de 1995*

***UM ESTUDO NEUROPSICOLÓGICO DA CONFABULAÇÃO NO
CONTEXTO NEUROPSICOLÓGICO: O DISCURSO À DERIVA OU AS SEM-
RAZÕES DO SENTIDO***

Edwiges Maria Morato

***Universidade Estadual de Campinas
Campinas, julho de 1995***

Edwiges Maria Morato

**UM ESTUDO DA CONFABULAÇÃO NO CONTEXTO
NEUROPSICOLÓGICO: O DISCURSO À DERIVA OU AS SEM-RAZÕES DO
SENTIDO**

Tese apresentada ao Curso de Linguística do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP)
Co-orientadora: Profa. Dra Ingedore G. Villaça-Koch (UNICAMP)

Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
1995

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

M797e

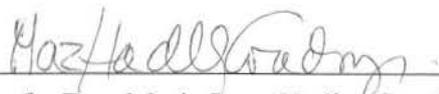
Morato, Edwiges Maria

Um estudo da confabulação no contexto neuropsicológico: o discurso à deriva ou as sem-razões do sentido / Edwiges Maria Morato - - Campinas, SP [s. n.], 1995

Orientador: Maria Irma Hadler Coudry
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

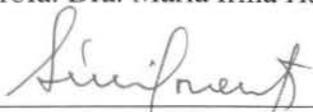
1. Neurolinguística. 2. Discursos. 3. * Interação. 4. * Significação. I. Coudry, Maria Irma Hadler. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca examinadora



Prof. Dra. Maria Irma Hadler Coudry - Orientadora

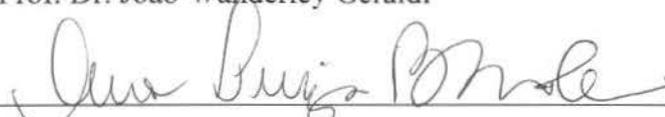




Prof. Dr. Sirio Possenti

Prof. Dr. Benito Pereira Damasceno

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi



Prof. Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka

Data: / /

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Edwiges Maria Morato

e aprovada pela Comissão Julgadora em 31/08/1995.

Prof. Dra. Maria Irma Hadler Coudry

Meus agradecimentos

À Maria Irma Hadler Coudry, orientadora deste trabalho e interlocutora desde 1987, pelas discussões teóricas mantidas durante esses anos.

À Ingedore G. Villaça Koch, co-orientadora deste trabalho, pelos comentários rigorosos, pelo apoio constante, por sua amizade.

Ao CNPq, pela concessão de uma bolsa de estudos, por um ano, na Université de Paris III. Durante esse período, pude elaborar as primeiras versões desta tese. Agradeço os comentários e as sugestões inestimáveis dos professores Laurent Danon-Boileau (Sorbonne-Nouvelle) e Dominique Maingueneau (Université de Amiens), bem como as do neuropsicólogo Gianfranco Dalla Barba (Centre Paul Broca).

Aos que comentaram e discutiram comigo este trabalho, ou partes dele: Sírio Possenti, Benito Damasceno, Ana Luíza Smolka, Adriana Frizman de Laplane, Alla Vinokhodova, Mónica Zoppi-Fontana.

À Sueli Rizzoli Sarmiento, da Comissão de Informática do IEL, pelo apoio logístico.

"O objeto da Linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações." (Michel Pêcheux, in "O discurso: Estrutura ou acontecimento", 1990)

"Je voudrais faire une petite distinction entre souvenir et mémoire. Le souvenir peut être réel ou inventé, comme c'est le cas pour la plus grande partie de mes souvenirs. La mémoire, par contre, est complètement différente. La mémoire n'a même pas besoin de s'exprimer à travers des souvenirs. C'est un composant mystérieux, presque indéfinissable, mais qui nous relie à quelque chose que parfois nous ne nous rappelons même pas avoir vécu: des événements, des sensations que nous ne savons confusément qu'ils ont existé (...) Je crois avoir presque tout inventé. Je suis ce que j'invente (...) En somme, je suis un grand menteur, voici la conclusion." (Federico Fellini, in "Je suis un grand menteur", 1994)

UM ESTUDO DA CONFABULAÇÃO NO CONTEXTO NEUROPSICOLÓGICO: O DISCURSO À DERIVA OU AS SEM-RAZÕES DO SENTIDO

Capítulo 1. Apresentação do problema	p.08
1.1. Introdução	
1.2. Do discurso cotidiano ao discurso patológico:A significação intolerável	
1.3. Linguagem, memória e vida mental	
Capítulo 2. A confabulação como um fenômeno neuropsicológico	p.26
2.1. Considerações iniciais: Discussão bibliográfica	
2.2. As velhas e as novas teorias sobre confabulação	
2.3. Formas e classificação da confabulação: O problema das oposições	
2.4. Causas e mecanismos: Três hipóteses explicativas	
2.4.1. A hipótese tradicional	
2.4.2. A hipótese frontal	
2.4.3. A hipótese cognitiva	
2.4.3.i Modelos e memórias	
2.4.3.i.i Abordagem neuropsicológica	
2.4.3.i.i.i Abordagem cognitiva e controle da memória normal	
2.4.3.i.i.i.i Abordagem sócio-cognitiva: Memória e processamento de informação	
2.5. Limites e fronteiras da concepção neuropsicológica	
Capítulo 3. A confabulação como uma questão linguística	p.70
3.1. Considerações iniciais	
3.2. Fábulas, fabulações, confabulações	
3.3. A confabulação como construção enunciativa	
3.3.1. Comentários iniciais	
3.3.2. Um problema para a Linguística	
3.3.3. Os (des) propósitos do discurso e do sujeito	
Capítulo 4. Análise de Dados	p.94
4.1. Introdução	
4.2. Princípios metodológicos	
4.3. Apresentação de dados	

- 4.3.1.Os dados da pesquisa em Neuropsicologia
- 4.3.2.Discussão dos dados linguísticos de nossos sujeitos
 - A. O sujeito MP
 - B. O sujeito ET
- 4.4. Confabulação e capacidade discursiva

Capítulo 5. Comentários finais: Problemas e Perspectivas p.140

Summary p.146

Referências bibliográficas p.147

Resumo

A confabulação, na pesquisa clínico-cognitiva, se presta a muitos e diferentes entendimentos. Aparece na literatura neuropsicológica, especialmente, como um item semiológico das síndromes amnésicas, demenciais e afásicas. Embora suas causas e mecanismos cognitivos não estejam ainda devidamente elucidados, admite-se que esteja relacionada com as alterações de memória e de consciência.

Ainda que a confabulação seja um fenômeno discursivo indiscutível, a linguagem ou o linguístico não surgem para o campo que tradicionalmente se tem dedicado a ela de maneira constitutiva ou, pelo menos, relevante. Dedicamo-nos, neste trabalho, a averiguar seus componentes linguísticos, pragmáticos e interativos, bem como a discutir os termos do meta-discurso clínico sobre a confabulação. O objetivo é tomar a (discussão sobre) confabulação como um expediente interessante para o estudo do quadro relacional entre linguagem e cognição.

Levando em conta dados obtidos no contexto patológico, em especial, e também no contexto normal, e considerando as situações discursivas e as atividades enunciativas em meio às quais a confabulação ocorre, procuramos refutar, teórica e empiricamente, as propostas explicativas da abordagem clínica tradicional.

Como o estudo da confabulação, para nós, diz respeito a diversos processos que estão em jogo na construção da significação, ele pode subsidiar as investigações que se projetam nas áreas da Linguística que se interessam pela relação de reciprocidade entre linguagem e cognição. Ao contrário do que tem feito a abordagem (neuro)psicológica da confabulação, todo nosso empenho é mostrar que, em se tratando de processos cognitivos dito "superiores", como a memória ou o pensamento, a linguagem e o discursivo não podem ser alijados. Em se tratando de confabulação, de memória ou de produção de consciência, poderíamos afirmar, como o fez Foucault a respeito da relação do homem com as coisas do mundo: Aqui há linguagem.

1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

1.1. Introdução

No discurso cotidiano, confabulação é sinônimo de conversa ou de narrativa; pode também referir-se àquelas conversas veladas, sedutoras, suspeitas, conspiratórias, jogadas fora, ou àquelas narrativas fantasiosas, extravagantes, mentirosas, sem critério¹. Todas essas possibilidades de emprego evidenciam a polissemia do termo e guardam com o sentido original da expressão (do latim *fábula*) uma relação polifônica.

O uso do termo no campo da pesquisa clínica, contudo, não contempla os vários efeitos de sentido que a expressão carrega na linguagem cotidiana ou ordinária. Pelo contrário, ao se aterem a uma apropriação semântica unívoca - confabulação é a produção de falsa informação sem a intenção de iludir - a Neuropsicologia ou a Psicologia Cognitiva reduzem e simplificam as possibilidades conceituais deste fenômeno, bem como as de processos linguísticos e cognitivos aos quais está associado. A confabulação, nesse campo de pesquisa, diz respeito, basicamente, à (os problemas de) memória. Isso é algo surpreendente, se pensarmos nas designações possíveis que o termo recebe no contexto do discurso cotidiano, e que em tese não justificariam esse tipo de apropriação por parte da pesquisa clínico-cognitiva. Afinal, por que chamar justamente "confabulação" certos problemas de memória e de estados de consciência?

Se, no discurso cotidiano, aquele que confabula submete-se à sua própria responsabilidade discursiva (sobre o seu dizer), bem como às regras tão sutis quanto tirânicas de ordem pragmática que presidem as interações humanas, no discurso patológico, o sujeito que confabula é, de antemão, "inocentado" de qualquer injunção ética, discursiva ou social, dado que ele seria anosagnósico ou inconsciente das infrações que comete contra o que seria a natureza comunicacional (informativa) da linguagem. No caso da confabulação diagnosticada como sintoma clínico, a condição patológica seria tributária de danos neurológicos que afetariam de maneira bastante

¹Tomemos, à guisa de exemplo, o seguinte trecho, retirado de um jornal de Campinas, "Correio Popular" (4/12/93): "O grau de dificuldade do governo para ver aprovado pelo Congresso o plano de ajuste fiscal, embora facilitado pelas circunstâncias, será maior ou menor conforme a capacidade de negociação do Planalto. O ministro Fernando Henrique Cardoso sabe que precisa confabular com as lideranças dos partidos para não ser frustrado em suas esperanças de aprovação de dois fatores fundamentais, em termos de política fiscal e financeira: os cortes no Orçamento da União para 1994 e o aumento de impostos para prover o Tesouro das condições de equilíbrio necessárias ao combate mais direto à inflação".

específica certos processos cognitivos responsáveis pela memória e pela faculdade crítica.

A julgar pela incidência do tema nas diversas revistas especializadas durante os últimos anos, o interesse pelo estudo da confabulação no contexto de certas patologias cognitivas tem crescido de maneira importante. Segundo diferentes pontos de vista, a confabulação parece ser uma peça interessante nas investigações concernentes ao domínio de várias disciplinas das chamadas ciências cognitivas, seja no que se refere ao estudo dos processos de memória e de consciência, seja ao do processamento da informação.

Contudo, os diferentes estudos sobre o tema não têm definido com clareza o estatuto cognitivo da confabulação (ou, pelo menos, as funções cognitivas com as quais estaria relacionada), nem tampouco estabelecido algo de bem definido sobre as condições em meio às quais ela ocorre. Em que consiste realmente a confabulação é uma questão que ainda está a exigir alguma resposta, apesar dos recentes avanços relativos ao estudo dos processos de memória alcançados pela Neuropsicologia ou pela Psicologia Cognitiva.

Afinal, o que se entende por confabulação, no campo da pesquisa cognitiva? Se ainda não se está certo quanto ao seu estatuto, como pode a confabulação subsidiar discussões tão instigantes quanto nebulosas, propostas por esses dois campos do conhecimento, a Neuropsicologia e a Psicologia Cognitiva²?

Curiosamente, e embora possa ser considerada de maneira bastante razoável um fenômeno da ordem do discurso oral (mesmo por alguém que não seja linguista, digamos), a confabulação não tem recebido uma análise em que a linguagem ou o linguístico surjam como elementos constitutivos de sua natureza ou de sua manifestação enquanto sintoma clínico. Não deixa de ser surpreendente, assim, observar que, embora a linguagem e o linguístico estejam praticamente excluídos da pesquisa clínica como elementos de análise, a confabulação tem integrado o quadro semiológico (sintomatológico) neurolinguístico e neuropsicológico das demências, das amnésias, das afasias ou das síndromes frontais, ao lado de outros objetos semânticos que caracterizam

² A Psicologia Cognitiva padece do mesmo problema que outras disciplinas das chamadas Ciências Cognitivas: a procura de uma identidade. As Ciências Cognitivas, segundo Kintsch (1984), têm uma raiz distinta, a tradição científica que enfatiza a objetividade, isto é, o comportamento externo, e duas vertentes de pesquisa, o processamento da informação e as descrições intencionais vinculadas às teorias da ação. Já a Neuropsicologia Cognitiva (cf. Ellis & Young, 1983) tem por base dois pontos de partida: o uso das teorias cognitivas para entender as patologias e o uso de dados neuropsicológicos para desenvolver teorias sobre as funções cognitivas normais. A Neuropsicologia tradicionalmente clínica, por sua vez, tem por paradigma nuclear a lesão cerebral e os estudos da correlação anátomo-clínica.

essas patologias neurológicas (como o jargão afásico, o neologismo, a parafasia, etc.). Uma tal inserção, por vários motivos, tem-se dado de maneira pouco confortável, em termos categoriais. À maneira do que ocorre com outras configurações textuais (tanto normais, como a digressão ou o circunlóquio, quanto patológicas, como a jargonofasia ou a dissintaxia, por exemplo), a confabulação geralmente é tomada por problema de compreensão, de memória, de consciência ou de outros conteúdos cognitivos internos e estruturais.

Mais recentemente, a confabulação tem aparecido na literatura neuropsicológica e na de certas pesquisas cognitivas para subsidiar estudos sobre o "processamento" do discurso ou da informação. Muitas vezes esses estudos são capazes de articular os interesses de um campo e de outro, permitindo que ambos troquem arrazoados sobre o funcionamento cognitivo normal e o patológico. Recentes investigações no campo da Psicologia Cognitiva (vide trabalhos de Moscovitch, Johnson, Schacter ou Shallice) sobre processamento normal, através do método de recuperação de informações, e no campo da Neuropsicologia (vide trabalhos de Dalla Barba et al., Baddeley & Wilson, Mercer et al., Sandson et al. ou Stuss et al.), baseadas no estudo das confabulações de sujeitos amnésicos, dementes e afásicos, têm em comum a empreitada que busca vincular o processamento da informação ao problema do processamento da/na memória.

O problema que colocamos quanto a este ponto é: qual o papel da linguagem e do linguístico no processamento (cognitivo) da informação? Dito de outra forma: se praticamente tudo, em nossa vida, diz respeito a um algum tipo de memória, se ela é constitutiva de nosso processo de interpretação do mundo e da construção de nossa individualidade, se ela é uma forma de conhecimento - como a linguagem o é -, em que termos estabelecer as relações entre estes dois processos, de maneira a ultrapassar a concepção (simplista e operacional) de linguagem como "informação", e a de memória como o (*locus* do) "processamento ativo" dessa informação?

Vistos não somente a partir do território interpretativo da Linguística mas, especialmente, da perspectiva que privilegia a ação comum e recíproca da cognição e do discurso, processos potencialmente desestabilizadores, como a confabulação, podem apresentar-se como verdadeiros **índices** do modo de funcionamento da cognição humana como um todo, e não apenas das alterações da memória ou do processamento de determinadas informações.

Considerado a partir dos processos de significação em meio aos quais se constitui e ganha forma, o estudo da confabulação, ao mesmo tempo que convoca os vários elementos teóricos da Linguística que se interessam pela construção enunciativa e

por fatos textuais, pode também arbitrar a relação interdisciplinar entre os campos de pesquisa que se reúnem em torno do estabelecimento de um quadro relacional entre linguagem e cognição. No decorrer deste trabalho, procuraremos explicitar algumas bases conceituais e metodológicas de tal quadro.

A partir do que se segue tentaremos analisar o modo como a literatura produzida na área da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva tem descrito e analisado a confabulação; veremos em que termos os dados patológicos são produzidos e forjados no interior da pesquisa clínica; discutiremos as possibilidades conceituais da confabulação em termos linguísticos, bem como suas repercussões teórico-metodológicas no estudo da atividade linguístico-cognitiva.

Investigar como a patologia cerebral perturba ou altera os processos de significação não chega a ser nenhuma novidade. E não é exatamente isso o que pretende nosso projeto. Antes, procuramos mostrar que são muitos os aspectos (não apenas linguísticos, não apenas cognitivos) que, levados em conta nos processos de significação, impedem a destruição da inteira capacidade discursiva de sujeitos cérebrolesados. O estudo da confabulação no contexto patológico nos serve de expediente para dar mais substância a essa questão. Em suma, queremos dizer que, seja no discurso cotidiano (ordinário, "normal"), seja no patológico (mórbido, "anormal"), o estudo da confabulação pode nos indicar de maneira interessante alguns movimentos de sentido em torno de objetos simbólicos fundamentais para compreendermos várias situações humanas, como a cognição, a cultura, a linguagem, a civilização, a ciência médica.

O primeiro interesse de nosso trabalho parte da suposição de que, mesmo que de saída consideremos que ninguém confabula apenas porque tem uma lesão no cérebro, o estudo da confabulação no contexto neuropsicológico não deixa de subsidiar importantes questões relativas à análise dos processos de significação, suas regularidades e indeterminações.

Localizada entre as configurações textuais do discurso cotidiano, a confabulação inscreve-se nas condições próprias das interações verbais, isto é, submetete-se à gestão social e às contingências de ordem enunciativo-pragmática que regem a produção e a interpretação do sentido. Mesmo tomada (produzida, analisada) num contexto patológico, tal característica não deve desaparecer. Assim, tanto os critérios de textualidade (coerência, topicalidade, contextualidade, referenciação, coesão, etc.) quanto os pragmáticos (implicaturas, leis conversacionais, inferenciação, normas interativas, etc.), somados às propriedades do inconsciente e às contingências sócio-culturais das ações humanas, atuam na construção e na determinação dos processos de significação da confabulação, seja no campo da normalidade, seja no da patologia.

A discussão sobre confabulação não pode, por um lado, passar ao largo do que Lacan (1988) chamou "a querela dos diagnósticos", querendo com isso apontar a dificuldade, em muitas situações clínicas, de verificar o que é normal e o que é patológico; por outro, já que a confabulação recebe, no contexto patológico, um estatuto de infração, devemos levar em conta uma reflexão sobre o que pode ser entendido, em Linguística, por regras, regularidades, interdições, normas, constrações, convenções, e tudo aquilo que envolva alguma idéia de "lei".

Tradicionalmente, a noção de regra está ligada à análise "propriamente" linguística (sintática, morfológica, fonológica, etc.). A noção de norma, por sua vez, ainda permanece com um estatuto linguístico questionável ou indefinido, desde que se refere a limitações ou restrições tidas como externas ao sistema linguístico (sociais, ideológicas, contextuais, etc.). Se a primeira parece dizer respeito aos estudos dos aspectos internos do sistema linguístico, a segunda tem subsidiado um considerável número de outras noções não integradas ao estruturalismo linguístico: esquemas de ação, contratos de fala, normas de interação, etc. Como se vê, o que está a diferenciar as duas noções é a oposição entre o interno (as regras, o sistema) e o externo (as normas, o social).

Ao privilegiar, inicialmente, a língua como objeto de análise, a Linguística (ou melhor, a tradição estruturalista) passou a descrever suas regularidades em termos de **regras** internas ao sistema. Às restrições externas do sistema linguístico, que estariam situadas num registro social e material fora de sua lógica interna, tendo, pois, um estatuto psicológico ou antropológico (em suma, não linguístico), convencionou-se chamar de **normas**. Caberia às novas abordagens (a Sociolinguística, a Pragmática, etc.) introduzir a discussão sobre as normas no interior da Linguística e legitimar sua ação constitutiva na configuração do linguístico. Entretanto, a despeito das análises que as incorporaram ao longo dos últimos anos à Linguística com o mesmo rigor dedicado às análises tidas como estritamente linguísticas, o problema da distinção (ou da relação) entre regras e normas, ou o deslocamento dessa questão para outros termos ainda está a exigir algum tratamento mais elaborado. Essa situação pode ser resumida pelos comentários de Vion (1992:70): *"La norme, plus spécialement en rapport avec les phénomènes de domination et de politique linguistiques, relèverait ainsi de l'ordre de la loi, que celle-ci soit explicitée ou pas. Les règles continueraient pour leur part à traduire l'existence d'une logique interne à l'objet étudié"*.

O recorte teórico realizado neste trabalho situa-se na diluição da dicotomia entre linguagem e cognição, central para o cognitivismo, e na consideração, quando da tomada do objeto linguístico (e da Linguística), da atividade de quem fala e sua relação

de intersubjetividade e de interdiscursividade com o mundo sócio-cultural. Essa posição nos leva à consideração de regularidades fluidas, ou seja, de objetos cujas sistematicidades existem mediante uma "região de indeterminação" (cf. Franchi, 1986): serão, pois, as normas pragmáticas (que chamaremos interativas) as fundamentais para o estudo de um fenômeno como a confabulação, cuja face linguística implica um saber pragmático e constitui-se sob forma discursiva. Fatos textuais potencialmente destestabilizadores, normais ou patológicos, indicam que o equilíbrio entre as regularidades e as indeterminações pode ser apenas provisório e contingente - porque históricos-, devendo ser refeito (construído, apreendido) a cada instância discursiva.

O que nos interessa ressaltar dessa idéia de norma³ é menos a existência de uma lógica interna ao objeto estudado (a confabulação), ou a (complicada) distinção entre regras e normas (isto é, entre regras internas do sistema linguístico e normas externas não integradas à língua, como quer a tradição estruturalista).

Quais seriam, então, as regularidades que estariam em jogo nos processos de significação implicados na confabulação referida na pesquisa clínico-cognitiva?

Seriam aquelas que atuam no estabelecimento da referência discursiva e das inferências, na manipulação de leis conversacionais ou discursivas, na relação do sistema linguístico com os vários sistemas de referência⁴ através dos quais agimos no mundo, na construção e no reconhecimento de uma memória discursiva, nas operações epilinguísticas, e no caráter meta-enunciativo e reflexivo da linguagem. Todas essas atividades atuam na construção da significação e nos vários movimentos de sentido em torno de objetos simbólicos.

As instabilidades que o contexto patológico provoca nas relações entre os processos cognitivos e os linguísticos implicados na confabulação deixam entrever algumas especificidades nem sempre possíveis de averiguar no discurso normal. Daí a razão de escolhermos a confabulação como pretexto (argumento) para prosseguirmos nossa pesquisa sobre a relação entre linguagem e cognição⁵ pelo viés da idéia de que a

³ Remetemos o leitor a um interessante artigo de Franchi, 1986, no qual o autor discute a noção nas reflexões de Chomsky e Wittgenstein.

⁴ Tomemos as palavras de Franchi: "A linguagem, pois, não é um dado ou o resultado; mas o trabalho que dá forma ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do vivido, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como um sistema-de-referência em que aquele se torna significativo" (1977:22).

⁵ As relações entre linguagem e cognição, bem como os termos de um quadro relacional entre ambas, estabelecidos a partir de alguns postulados vygotskianos sobre o funcionamento da vida mental

mediação entre ambas se dá especialmente pelos processos de significação "enformados" de linguagem e sob a forma do discursivo.

Tomemos agora o segundo interesse de nosso trabalho, dirigido à compreensão da maneira pela qual a pesquisa neuropsicológica concebe a relação entre confabulação, memória e anosognosia.

Ainda que etimologicamente *confabular* e *memorar* tenham alguma ligação (reportam-se à ação de relatar, de trazer à memória, de dar a conhecer, de tornar lembrado um fato ou acontecimento), e isso implica uma manifestação verbal, oral ou escrita, a única fonte de aproximação entre (con)fabulação e (re)memorização que parece pertinente (ou "visível") à pesquisa clínico-cognitiva é a existente entre informação (falsa) e ato de memória (falho). Em outras palavras: entre a produção de uma falsa informação sem intenção de iludir (alusiva ao mecanismo de produção da mentira, ainda que "honesto") e a alteração da consciência (levando-se em conta que o paciente seria anosagnóstico, isto é, inconsciente de seu problema de memória).

Um dos problemas desse pressuposto neuropsicológico básico, que vincula a confabulação a um mesmo tempo com a alteração de memória e o desconhecimento dela por parte do paciente, recai sobre os próprios termos em que a questão é colocada: uma imensa confiabilidade no princípio de cooperação entre as pessoas, uma apropriação simplificada da discussão ética sobre a produção da mentira⁶, uma concepção de linguagem como tradução ou vestimenta perfeita dos mecanismos ou conteúdos mentais. Ao considerar a anosognosia⁷ uma condição necessária para a produção da confabulação, o paradigma médico, à maneira de Rousseau, "inocenta" o paciente que não tem a intenção de iludir (de mentir, de enganar, de induzir ao erro).

Parece-nos que, sem passar por questões como essas, qualquer relação entre confabulação e anosognosia é arbitrária. Além disso, corre-se o risco de uma grande simplificação na análise de um processo ou de outro.

articulados com uma perspectiva enunciativo-discursiva dos processos de significação foram o *leitmotiv* de nossa Dissertação de Mestrado (1991).

⁶ Levando em conta que a condenação da mentira parece ser um princípio ético tradicional (vide, por exemplo, a discussão aristotélica sobre a veracidade e a justiça na "Ética a Nicômaco", ou a relação entre a mentira e a política, estudada por Hanna Arendt em "Crises da República", ou as relações entre verdade e mentira em Rousseau, nas "Rêveries"), cuja elaboração judaico-cristã conhecemos bem, não é difícil aceitar que nem sempre faltar à verdade equivale a mentir. O mesmo vale para o nosso estudo: nem sempre confabular equivale a faltar à verdade, ou a mentir.

⁷ O conceito de anosognosia, termo atribuído a Babinski no começo do século, nem sempre é abordado de forma clara em Neuropsicologia. *Grosso modo*, a anosognosia designava, inicialmente, o comportamento de negação ou de indiferença do paciente em relação ao seu problema motor (uma hemiplegia). Posteriormente, passou a qualificar o déficit de consciência de quaisquer problemas neuropsicológicos.

Será que seria possível para a Neuropsicologia ou para a Psicologia Cognitiva pensar a idéia de confabulação sem passar pela idéia de mentira, de auto-engano, de falta de consciência? A julgar pela sua metodologia (que pode ser resumida da seguinte forma: Diga a verdade; diga-a corretamente), acreditamos que não. Qualquer teoria que assuma a obliquidade da linguagem ou o nomadismo da verdade (na expressão de Bento Prado Jr., 1985:86) implicaria uma mudança na própria maneira de se conceber o fenômeno da confabulação (e, por conseguinte, da memória, da linguagem, da consciência).

Será que é possível pensar a confabulação sem deixar de levar em conta as situações interlocutivas nas quais se produz, ou as atividades discursivas que a caracterizam, sem levar em conta os efeitos de sentido que provoca? Nossa resposta, para ser negativa, deve pressupor um deslocamento do problema teórico representado pela confabulação. À pergunta da Neuropsicologia, "por que as pessoas confabulam?", propomos outra(s): O que as faz confabular? O que fazem quando/enquanto confabulam; o que fazem, além de confabular?

Parece-nos que a tentativa de compreender a maneira pela qual se produz o (meta) discurso sobre a confabulação, bem como a análise das atividades discursivas e de práticas de regularidades enunciativas de (virtuais) confabuladores vai além de identificá-la como evidente e auto-definida.

Resta-nos, finalmente, antes de prosseguirmos nosso estudo, levando em conta a polissemia do termo discurso, anotar a concepção mais pertinente ao tratamento das questões aqui suscitadas.

Concordamos com Maingueneau (1991:15) quando este afirma que discurso se presta a muitos entendimentos e empregos. Para os efeitos deste trabalho, levaremos em conta uma concepção de discurso presente no quadro das teorias de enunciação e no de algumas abordagens da Pragmática. Com isso, integraremos dois dos entendimentos elencados por Maingueneau (op.cit): de um lado, chamemos discurso ao enunciado "considerado em sua dimensão interativa, seu poder de ação sobre o outro, sua inscrição em uma situação de enunciação (um sujeito enunciador, um alocutário, um momento, um lugar determinados)"; de outro, em função do primado do interdiscurso nas construções enunciativas e na configuração de fatos textuais, discurso também deverá ser visto a partir do próprio mecanismo que o condiciona. Tomemos as palavras de Maingueneau: "*Ainsi un regard jeté sur un texte du point de vue de sa structuration 'en langue' en fait un énoncé; une étude linguistique des conditions de production de ce texte en fera un 'discours'.*" (p.15).

1.2. Do discurso cotidiano ao discurso patológico: A significação intolerável

A Neurolinguística e a Neuropsicologia têm tratado diferentes aspectos ligados às interdições da linguagem — classificando e diagnosticando fenômenos linguístico-cognitivos desviantes, bizarros ou anormais — pela via da condenação da idéia de ruptura comunicativa, seja a que se refere ao sistema linguístico "propriamente dito" (como no caso das afasias), seja a que concerne aos processos cognitivos (como no caso das demências ou das amnésias). Tradicionalmente, o primeiro caso aplicar-se-ia aos "erros" ligados aos níveis linguísticos (sintático, semântico, fonético-fonológico); o segundo, aos problemas de representação semântica, que não seriam propriamente linguísticos, mas inerentes aos sistemas lógico/perceptivos, essencialmente estruturais e internos, capazes de alterar a faculdade crítica (ou processo de julgamento), a memória, o pensamento, etc.

Quanto à Psiquiatria, como bem nos mostra Foucault (1967/1978, 1963/1977, 1971, 1978), ao longo de sua história, esta tem tratado os problemas que implicam interdição (médica e social) do discurso pela via do erro, da alienação, do delírio ou da amnésia.

Os problemas de sentido, assim caracterizados por sua bizarria, ausência, distorção ou exuberância, que permitem que seja rotulado como mórbido o discurso de sujeitos acometidos de alguma patologia cerebral, apresentam uma espécie de "significação intolerável" que provém menos do estranhamento que provocam quando de sua ocorrência no interior de um certo universo discursivo que da composição diagnóstica elaborada para aferir os parâmetros considerados normais e adequados de produção linguística.

O comentário acima deve levar em conta não apenas aqueles sintomas clássicos investidos de propriedades e relações semânticas (como as parafasias, os neologismos, as jargonofasias, as dificuldades de encontrar palavras e de manipular sentidos indiretos, as dissintaxias), mas, sobretudo, aqueles que estão além do sistema linguístico - e para os quais convergem outros processos que caracterizam a inteira capacidade discursiva do sujeito (responsáveis, por exemplo, pela atividade inferencial, pelo trabalho referencial, pela memória discursiva, pela observação de critérios de textualidade). Todos esses elementos, ainda que não no mesmo nível de análise, remetem tanto à significação do enunciado quanto à situação discursiva no qual ele é produzido e interpretado.

A significação intolerável tem pelo menos duas raízes. Uma que a determina a partir de regras de gestão social, e outra que está ancorada em concepções fortemente cristalizadas, utilizadas na construção de diagnósticos clínicos. O enorme destaque do caráter informativo e comunicativo da linguagem, uma forte distinção entre a natureza dos processos linguísticos e a dos cognitivos, e a desconsideração das condições histórico-culturais da vida em sociedade têm ajudado muito mais a pesquisa clínica a compor e a discutir os termos teórico-metodológicos de interesse diagnóstico do que a observar as consequências epistemológicas que provocam.

O que está em jogo quando o tema é "significação", e o que determina que um enunciado ou uma enunciação seja ou não considerada "intolerável" só pode ser compreendido se dimensionado discursivamente e levando-se em conta o eixo que articula várias disciplinas em torno da atividade simbólica humana.

No que diz respeito às relações entre a Linguística e as outras disciplinas que hoje se encontram sob a égide das Ciências Cognitivas, pouca coisa mudou nos últimos tempos de modo a ultrapassar a afirmação de Marx (1966), para quem tais relações, efetivamente, não aconteceram⁸. Ou, se ocorreram, o seu caráter instrumental, reforçado pela relevância alcançada pelas abordagens cognitivistas e gerativistas nas áreas de pesquisa comum envolvendo tanto a Psicologia quanto a Linguística, não é capaz, ainda, de permitir uma interação entre problemáticas semiológicas tidas como distintas e logicamente independentes.

Em parte por ter herdado da tradição filosófica acerca da Mente a oposição fortemente estabelecida entre as referências do mundo físico e as referências do mundo social, impregnada pelo binômio racional-empirista no qual foi forjada como ciência ao final do século XIX, a Neuropsicologia (bem como outras disciplinas que hoje figuram como ciências da cognição: Psicologia Cognitiva, Neurolinguística, etc.) desenvolveu uma relação assimétrica com a Linguística. Entre as decorrências desse tipo de interação (analisada, entre outros, por Françoze, 1987, Coudry, 1988, Marx, 1966, Benton & Joint, 1960), a relação entre a Linguística e as ciências cognitivas têm-se dado quase sempre pela ótica da **exterioridade**. Dito de outra forma, a relação entre linguagem e pensamento, que constitui o fulcro da interação entre a Linguística e outras ciências cognitivas, estabeleceu-se, por assim dizer, como sendo do tipo externa (na acepção de Dascal, 1983), e de natureza instrumental (na medida em que a linguagem é considerada

⁸ Segundo Otto Marx, as relações entre a Linguística e a Afasiologia não aconteceram, efetivamente, não apenas porque linguagem era praticamente "invisível" para os afasiólogos do final do século passado (isto é, não tinha uma realidade cortical, não estava localizada no cérebro, como a Razão ou a Memória), como também devido à falta de interação entre os estudos linguísticos e os clínicos.

uma espécie de “mina de informações” sobre o pensamento ou outros conteúdos cognitivos).

Além disso, apesar do desenvolvimento teórico-metodológico da Sociolinguística ou da Pragmática nos últimos anos, e de suas incursões no domínio da pesquisa clínico-cognitiva, a semiologia e a classificação dos fenômenos linguísticos presentes no contexto patológico não sofreram grandes mudanças. Quando muito, novos objetos linguísticos ou sintomas são colocados na constelação semiológica de maneira *ad hoc* e pouco prescritiva (ou seja, não são capazes de alterar ou questionar frontalmente as velhas classificações). Isso quer dizer que, embora tenha havido mudanças no interior da Linguística, seja em relação ao contorno explicativo de seu próprio objeto de estudo (a linguagem), seja em relação às interações teórico-metodológicas que vem desenvolvendo com outras ciências, tal fato não tem sido suficiente para problematizar seriamente a terminologia ou a classificação de fenômenos neurolinguísticos e neuropsicológicos. *Grosso modo*, a concepção ideacional de signo, e a representacional de linguagem continuam, pois, a constituir a reflexão sobre a significação nas chamadas ciências cognitivas.

Ancorada, assim, numa concepção comunicacional de linguagem, bem como numa perspectiva mentalista de cognição, a pesquisa clínica tradicional em muito tem reforçado o mito do falante ideal e a idéia de que a linguagem não é muito mais do que a manifestação de conteúdos mentais internos, aparentemente inacessíveis aos investigadores. Ainda que seja um truísmo falar que a linguagem serve para comunicar e expressar o pensamento, estaríamos realmente nos contentando com muito pouco se imaginássemos que isso seria o próprio da linguagem e a resposta a uma indagação humana irreduzível, expressa sob a forma de um fundamento filosófico: Como é possível que a alma fale? Como é possível que signifique?

São muitas as condições que permitem que a significação seja considerada “intolerável” (desviante, mórbida, extravagante). Para os efeitos de uma linguística orientada discursivamente⁹, importa o fato de que geralmente extrapola-se, nesse caso, a

⁹ Referimo-nos, basicamente, à pesquisa desenvolvida na área de Neurolinguística do Departamento de Linguística da UNICAMP, coordenada por Maria Irma Hadler Coudry, da qual participamos desde 1987. As origens teórico-metodológicas dessa abordagem podem ser encontradas em sua tese de doutoramento (1986/1988). Resumindo o estado atual da reflexão na área, Coudry assinala: “*Para o ponto de vista que assumimos (Coudry & Morato, 1991, 1993), uma contribuição essencial da Linguística (ou de um domínio da Linguística) para a Neurolinguística é orientar discursivamente a visão que se tem sobre fatos patológicos em que a linguagem está concernida. Isto significa que formulamos os problemas linguísticos dos sujeitos cérebro-lesados a partir do conceito de discurso, tomado como acontecimento discursivo, em que as estratégias e operações discursivas (no sentido que lhes confere Geraldí, 1991), próprias dos processos discursivos, determinam contingentemente a significação. Outra fonte para esta*

questão do que é dito. A significação intolerável impõe àquele que diz um grau máximo de opacidade e incompletude. O sujeito que fabula ou confabula em resposta a uma questão específica ou em relação à sua própria memória torna-se, devido não apenas aos motivos que o impelem a essa configuração textual, mas à maneira mesma pela qual o faz, um sujeito com um saber impossível, não-comunicativo (no sentido de informativo). Esta opacidade o condena (na medida em que existe aí uma entidade nosológica) e o absolve (desde que, tradicionalmente, o paradigma médico inocenta o paciente que não tem a "intenção" de iludir, ou seja, é anosagnóstico - ou quase - de seu discurso patológico). Assim, quanto mais seu discurso for insondável, tanto mais ele será protegido de uma injunção ética, psicológica, discursiva ou jurídica.

Se considerarmos que desde a Gramática de Port-Royal até os anos 50 (quando novas abordagens sobre a questão do sentido e sobre o "bem dizer" foram introduzidas na Linguística), a determinação é a marca da expressão da vontade e da liberdade do sujeito (cf. Haroche, 1992:78), e tal noção implica que ele é considerado a "fonte última de todo fato, discursivo ou outro" (op.cit.), nada se diz a respeito do sujeito confabulador a não ser que confabula: é difícil saber qualquer coisa a respeito dele para além da mensuração de seu comportamento externo (diagnosticável, quantificável).

É como se os investigadores dissessem: seu enunciado, seu discurso é patológico (uma demência, uma amnésia, uma afasia), mas "livre". Livre, mas infável, desprovido de referência, de sentido, à deriva. Portanto, não mensurável, não confiável para tomar a forma de perfeita tradução (externalização) de conteúdos mentais internos. Esse discurso, afinal, é capaz apenas de atestar sua própria patologia. Ora, por que as causas e mesmo os mecanismos da confabulação permanecem ainda um tanto obscuros, não obstante sua descrição clínica e a confiança em seu potencial diagnóstico?

Talvez a postura excessivamente kantiana de inúmeros investigadores limite o conhecimento sobre a confabulação. Talvez tenham aderido com muita firmeza a algumas afirmações do filósofo alemão: "*Podemos, pois, quando julgarmos ações livres, com relação à sua causalidade, chegar somente até a "causa inteligível", mas não além dela*".

O mais provável, contudo, é o aparente descompromisso do projeto neuropsicológico com o que (pode) há (ver) de linguístico nos episódios de confabulação. Dedicamos nosso trabalho a averiguar essa questão.

formulação é assumir que a significação não é apreendida por uma relação congelada entre as expressões e os seus sentidos; mas a significação, como diz Franchi (1977, 1986), é uma atividade de construção do conhecimento humano" (1995:2).

Se, ao fim e ao cabo, a confabulação disser respeito às atividades linguísticas e cognitivas constitutivas de objetos neuropsicológicos ou neurolinguísticos, teremos encontrado um bom argumento para postular que a significação é não apenas o ponto de vista fundamental sobre a linguagem, como quer um dos postulados básicos das vertentes enunciativas e discursivas em Linguística, como também o fulcro das relações entre linguagem e cognição.

Quais as relações entre as significações tidas como desviantes ainda no campo da normalidade e as que são um índice de desvio patológico? Dito de outra forma: O que falta aos processos de significação para serem considerados patológicos? A julgar pelos achados e critérios clínicos, as respostas geralmente incidem em algum agente isolado, como o cérebro, a língua, a “mente”, o sujeito, etc. Uma (questão de) **causalidade**¹⁰, assim, acaba escondendo as propriedades múltiplas e integradas da constituição do sentido e da significação.

A idéia de significação desviante pressupõe, naturalmente, uma idéia de significação normal. Pois bem: quais são, ao fim e ao cabo, os critérios estabelecidos e quem os estabelece de maneira que se possa, razoavelmente, postular alguns parâmetros de normalidade? Se considerarmos que os processos de significação são geridos por estratégias e “contratos” cuja determinação é histórico-cultural, não administrados isoladamente pelo sujeito e seu cérebro, veremos que é possível estabelecer critérios mais ou menos razoáveis de normalidade para eles somente porque são uma espécie de

¹⁰ A idéia de causalidade é, geralmente, ambígua. Não nos deteremos nessa questão a não ser para assinalar que, se é bem verdade que a causalidade faz parte já de nossa história vital biológica, as possibilidades de ação sobre o mundo cognitivo e as condições materiais de vida em sociedade dão sentido e “produzem” consciência para além da secreção da bilis e da digestão, como lembra Searle em seu livro “Mente, Cérebro e Ciência” (1984/1987). A principal pergunta de Searle quanto à questão da causalidade nas relações entre cérebro e mente é: Como pode acontecer que cérebros causem mentes e, no entanto, as mentes sejam justamente características do cérebro? (op.cit.p.25). Isto é, se têm entre si relações de causa e efeito, como é que um pode ser característica do outro? Lembrando que, para este autor, a causalidade é uma das quatro características dos processos mentais (ao lado da consciência, da intencionalidade e da subjetividade), e que ele parece repudiar a idéia de que a mente se causa a si mesma, escapa-lhe, contudo, que a relação entre os dois, ou seja, entre cérebro e mente, para não ser apenas formal (no sentido de causal), deve ser compreendida em termos dialéticos. Sendo assim, poderíamos postular que, se Searle está correto em imaginar poderes causais equivalentes aos do cérebro para tudo o que venha a causar mentes, outras coisas além de cérebro (isto é, não biológicas, não físicas) também causariam mentes, isto é, teriam os mesmos poderes (causais) equivalentes ao dele. Dito de outra forma, se é verdade que os cérebros causam mentes, tudo o mais que venha a causar mentes deveria ter poderes causais equivalentes aos do cérebro. Naturalmente, Searle está pensando, no texto em questão, em outros atributos (ou sistemas) tão físicos quanto o cérebro. Contudo, de uma outra perspectiva, podemos pensar a causalidade de um ponto de vista não determinista (tal como o da Mecânica Quântica na Física contemporânea) para refutar uma estrutura causal determinista. A Neurolinguística, de seu campo, pode também criticar o determinismo causal: as mesmas causas produzem sempre os mesmo efeitos (isto é, sintomas?).

patrimônio comum a todos os membros de um certo universo discursivo. A significação “normal” é, dessa maneira, um patrimônio cultural, tanto quanto a linguagem o é. Ponderações como essas aplicam-se, naturalmente, às significações produzidas no contexto normal e no patológico.

1.3. Linguagem, memória e vida mental

Para as vertentes linguísticas que consideram a significação o ponto de vista fundamental sobre a linguagem, a questão do sentido pressupõe e transcende a atividade linguística¹¹. Ou seja, a linguagem seria não apenas uma forma possível de significação como também, em função de sua capacidade reflexiva de voltar-se sobre si mesma e de referir-se a outros sistemas de signos não verbais, a própria “atividade significante por excelência”, segundo um postulado típico das correntes enunciativas. Se considerarmos que a relação do homem com o mundo não se dá diretamente e deve ser de alguma forma mediada, isto é, interpretada, caberia, então, à linguagem, este papel mediador (“O mundo não é produto original da linguagem”, já havia dito Humboldt, embora pareça ser, digamos, de sua responsabilidade).

Entretanto, como a linguagem é configurada não apenas pelo sistema linguístico como também pelo conjunto de condições que o constituem e mobilizam, devemos pensar em diversos fatores que estão em jogo na mediação da língua com o exterior discursivo (como as propriedades biológicas e psíquicas de que somos dotados, as experiências sócio-culturais, os aspectos ideológicos que orientam nossa ação no mundo, os diferentes contextos linguístico-cognitivos nos quais as significações são produzidas, as regras de ordem pragmática que presidem a utilização da linguagem, a qualidade das interações humanas, etc.) E há também os fatores que mobilizam a relação da linguagem com os outros processos cognitivos, com os quais mantém uma

¹¹ Em consonância com os postulados enunciativos básicos, assumimos como válida alguma distinção entre sentido e significação. Entre outras razões, porque é eficaz para o estudo da metalinguagem, da intersubjetividade e do aspecto histórico das instâncias discursivas. Admitamos, por conseguinte, que sentido seja a resposta para a pergunta: O que aquilo (uma palavra, um enunciado, uma enunciação, um signo não verbal) quer dizer? Já a significação tentaria responder a uma outra questão: Por quais meios ou processos um enunciado é produzido como tendo sentido? As duas noções, assim, têm uma relação de reciprocidade e confirmam que sem a garantia do sentido não há atividade simbólica humana. Ao compreendermos ou interpretarmos um enunciado, ao procedermos à análise de objetos metalinguísticos ou ao identificarmos o conteúdo ideológico de um determinado discurso é a questão do sentido que estamos a contemplar como uma “fascinante cabeça de Medusa”, na feliz expressão de Benveniste (1974).

relação de cooperação e de mútua constitutividade, como já apontavam os estudos ontogenéticos de Vygotsky (1934/1987).

Assim, por suas propriedades formais e discursivas, caberia à linguagem organizar, através de seu papel mediador, a relação de interpretância entre a atividade cognitiva e a discursiva. Isso implica, entre outras coisas, que é difícil imaginar possibilidades de domínios cognitivos ou conteúdos de pensamento fora da linguagem ou possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. Com isso, as funções cognitivas (memória, atenção, percepção, etc.), desde que são orientadas pelas diferentes experiências humanas e também dependem dos processos de significação, não se reduziram a comportamentos previsíveis e apriorísticos.

O estudo da confabulação no campo da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva, como veremos, parece estar preocupado, basicamente, em verificar como se dá o processamento da informação nos contextos patológicos; desse ponto de partida muitas ilações e conclusões sobre o funcionamento cognitivo são levantadas nesses dois campos, com ou sem evidência empírica. O contexto patológico torna-se o lugar privilegiado para esse tipo de projeto porque a confabulação, um problema associado a certas alterações cognitivas (mnésicas e perceptivas), apresenta-se, fundamentalmente, como uma perturbação da capacidade de manejar a seleção de informações dispostas (e disponíveis) no cérebro.

Para nós, contudo, o estudo da confabulação pode evidenciar outros aspectos. O primeiro deles questiona o próprio ponto de partida da pesquisa neuropsicológica. Vejamos o que nos leva a concluir que o estudo da confabulação é, em Neuropsicologia e em Psicologia Cognitiva, uma tentativa de fornecer evidência empírica à idéia de que a manipulação de informações e de conteúdos mnêmicos estão integrados apenas porque possuem uma realidade fundamentalmente mental.

Se, na pesquisa clínica, como veremos, o conceito de confabulação nem sempre diz a que veio ou o que é capaz de explicar, e a concepção de linguagem utilizada (ainda que implicitamente) a reduz a uma espécie de mina de informações sobre conteúdos mentais internos, o termo memória comumente designa uma faculdade mental que nos permite conservar no cérebro uma boa gama de dados cuja propriedade essencial é serem arquivados e acessíveis sempre que necessário. Porém, nem todos os autores reduzem a memória a uma espécie de depósito de conhecimentos adquiridos.

Mais recentemente, a partir dos anos setenta, a abordagem cognitivista tem tentado analisar as estruturas subjacentes aos conhecimentos estocados na memória, a fim de determinar suas propriedades (através, por exemplo, das técnicas de *priming* ou

*amorçage*¹², ou, ainda, da análise do "processamento e recuperação da informação"). Nesse tipo de abordagem, a concepção de memória está mais para a idéia de um sistema cognitivo dinâmico, ainda que modularista, que se relaciona de maneira interdependente com outros processos cognitivos e divide-se em sub-partes, estando intimamente relacionado com o processamento e a recuperação voluntária e seletiva da informação. Os recentes estudos sobre a confabulação têm sido concebidos no interior desses procedimentos teóricos.

A Neuropsicologia apenas recentemente tem se associado com a pesquisa sobre processamento cognitivo da informação levada a cabo pela Psicologia Cognitiva, cujas técnicas e métodos são variados¹³. O interesse pela memória humana, isto é, pelo "sistema natural de tratamento de informação", contudo, une essas duas disciplinas em torno da derivação, para o campo das ciências biológicas, de uma pesquisa típica das teorias da Informação, oriundas tanto do que Teixeira Coelho (1983:196) chama de "engenharias de comunicações"¹⁴ quanto das teorias de Comunicação e de Semiótica Geral dos anos sessenta.

¹² Trata-se da parte experimental da idéia de que as representações do conhecimento (ou as estruturas cognitivas) organizam-se no sistema mnêmico. Parte do princípio de que o tratamento de uma palavra "isca" (*amorce*) poderia ter um efeito favorável sobre o tratamento de uma segunda palavra (alvo) quando as duas estão semanticamente ligadas. Durante a tarefa (lista de palavras, apresentação de frases, etc.), o falante deve decidir se a palavra-alvo existe ou não na língua: é a chamada tarefa de "decisão lexical" (mas há também tarefas de categorização, de denominação ou de reconhecimento de palavras). Tomemos o exemplo oferecido por Kerenbosch (1994:33): a palavra "médico" é mais rapidamente reconhecida se for precedida da palavra "enfermeiro" do que da palavra "manteiga", que não tem relação semântica com ela. Dito de outra forma, a primeira palavra ativaria na memória uma representação semântica que lhe corresponde; a representação evocada nesse caso corresponderia a um tipo de conhecimento estabilizado na memória, resultado de operações cognitivas efetuadas a partir dos dados (conhecimentos arquivados)

¹³ Ao lado da *amorçage* ou *priming*, o método mais difundido tem sido o de análise proposicional (Merril et al., 1981; Dell et al., 1983), além do modelo de inferências causais (Just & Carpenter, 1992) e do modelo integrado que Kintsch (1988) propõe para as operações de compreensão, retenção e produção de informações.

¹⁴ Segundo Teixeira Coelho, essa teoria tende a reduzir as questões ligadas ao signo e à interpretação humana a um problema de equacionamento técnico. A teoria da engenharia das comunicações, exposta no livro "The Mathematical Theory of Communication", surgiu como uma disciplina voltada para a resolução de problemas técnicos envolvidos num processo de transmissão de mensagens através de aparelhos elétricos ou eletrônicos. Segundo Teixeira Coelho (op.cit. p. 196), "*de um momento para o outro, no entanto, e como num passe de mágica, esse modelo foi transposto em sua totalidade para o domínio do tratamento da comunicação humana e ninguém parou muito para perguntar-se se havia bases para tal transferência (...): começou-se a falar em quantidade de informação, em limiares de percepção, em capacidade numérica de absorção de mensagens e a manipular a questão da interpretação humana (...).*"

O que as duas raízes das modernas teorias do processamento do discurso têm em comum é a reduzida importância dada à linguagem na configuração de objetos sociais e cognitivos. No primeiro caso, há a tendência de reduzir as questões ligadas às significações a um problema técnico e, no segundo, a visão meramente informacional/comunicacional das interações verbais. Poderíamos afirmar que ambas se reúnem em torno do seguinte postulado: A informação é um sistema; a comunicação é o lugar de existência desse sistema. Lembramos que para a maioria das teorias que postulam a existência de modelos de representação da informação e do conhecimento na memória ou em outras estruturas cognitivas sustenta que esse sistema de representação nem depende da linguagem (cf. Schank, 1972). Veremos algumas consequências de posições como essas para o estudo da confabulação no próximo capítulo.

Não são muitas as posições teóricas em Linguística a postular uma interação mais estreita entre o linguístico e o cognitivo, como bem observa Françaço (1987). Como lembra este autor, a relação entre ambos tem se caracterizado como sendo do tipo externa, na medida em que linguagem e cognição ("pensamento", nos termos do autor, interessado, nesse texto, em questões que envolvem linguagem interna e afasia) seriam elementos logicamente heterogêneos entre si.

Baseando-se na distinção entre o uso sócio-pragmático e psico-pragmático¹⁵ estabelecida por Dascal (1982,1983), Françaço postula que a linguagem não serve apenas para comunicar ou para manipular signos, como também serve de contexto de nossas atividades cognitivas. Assim, observando que uma relação mais estreita entre

¹⁵ Sócio-pragmática é, segundo Dascal (1982:21), a teoria do uso da linguagem para fins comunicativos. Haveria, entretanto, um outro tipo de uso da linguagem, que coloca em relação as expressões, as atitudes e os processos cognitivos nos quais tomam parte. Recebe o nome de psico-pragmática a teoria do uso cognitivo da linguagem. O estudo desses dois tipos leva em conta explicitamente seus usuários e inscreve-se no domínio da Pragmática. Segundo Françaço (1987), "*a distinção entre a sócio-pragmática e a psico-pragmática é a distinção entre os fatores pragmáticos 'externos' que têm a ver com a percepção do 'input' linguístico e sua interpretação em uma dada situação, e os fatores pragmáticos 'internos' que influenciam o desenvolvimento das operações cognitivas, e que de alguma forma envolvem a linguagem*"(p.228). Se os fatores externos apoiam-se na linguagem e nas informações contextuais para produzir uma representação não linguística (ou o inverso, produzem output a partir de uma situação não verbal), os fatores internos responsabilizam-se basicamente pelo inverso: a linguagem seria o produto das operações mentais. Assim, se sócio-pragmática é uma teoria acerca da determinação contextual (não linguística) da linguagem, psico-pragmática é uma teoria acerca da determinação do 'ambiente linguístico' sobre o pensamento. Nas palavras de Françaço: "*abordar a linguagem a partir de uma perspectiva psico-pragmática é abordá-la não como determinada pelo contexto, mas como sendo, ela própria, parte do contexto*" (op.cit.).

linguagem e cognição já estava prevista nas explicações ontogenéticas de Vygotsky (1934/1987), Françaço busca apontar outras possibilidades de estreitamento dessa relação a partir das considerações teóricas elaboradas por Dascal (1983), aplicando-as ao estudo da linguagem interna e seus problemas.

Em nossa Dissertação de Mestrado (1991), analisamos as reflexões de Vygotsky sobre a linguagem e procuramos ressaltar sua importância para as questões neurolinguísticas e neuropsicológicas. Uma delas diz respeito à qualidade das relações entre linguagem e cognição. Em nossa Dissertação, argumentávamos que a relação do tipo interna entre linguagem e cognição se dava em torno da importância que o psicólogo russo atribuía à linguagem na constituição e organização da atividade cognitiva como um todo.¹⁶ A relação entre linguagem e cognição, para ele, seria do tipo interna, e mutuamente constitutiva, não apenas instrumental.

O estudo da confabulação parece-nos um bom pretexto para analisar os limites de posições ontológicas fortemente dicotômicas e das construções teóricas que negligenciam o papel da linguagem e do linguístico na configuração de objetos cognitivos. Além disso, por estar relacionada com as pesquisas sobre memória e processamento do discurso, a discussão sobre esse tema permite, ainda, se não levarmos em conta apenas os interesses puramente semiológicos (isto é, neuropsicológicos), estabelecer algumas das propriedades da relação entre linguagem e cognição.

Uma relação entre linguagem e cognição estabelecida nos termos descritos acima, pressupõe que memória não é um processo cognitivo autônomo e independente, alheio aos processos de significação e administrado essencialmente por estruturas cerebrais concebidas em termos lógico-perceptivos. Se levarmos em conta que memória é também, como linguagem, uma forma de (ser) conhecimento, não pode ser superior (ou anterior) a nenhuma experiência significativa das formas culturais de vida em sociedade.

¹⁶ Estudando as reflexões de Vygotsky sobre a linguagem e seu papel na organização, mediação e regulação das condutas simbólicas humanas, argumentamos que, em função da reversibilidade dialética entre as referências do mundo social e as do mundo cognitivo, na qual o psicólogo russo baseava sua idéia de uma relação de constitutividade entre ambos, seus postulados poderiam tomar a forma de uma tese básica: não há possibilidades de conteúdos cognitivos ou domínios de pensamento fora da linguagem nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. Esta tese ancora o quadro relacional entre linguagem e cognição, assentado no papel mediador tributário da linguagem.

2. A CONFABULAÇÃO COMO UM FENÔMENO NEUROPSICOLÓGICO

2.1. Considerações iniciais: Discussão bibliográfica

Embora seus traços clínicos (mórbidos) sejam aceitos por praticamente todos os autores que se dedicam ao tema no campo da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva, as controvérsias sobre a confabulação derivam de sua natureza e de suas causas: *"The cause of confabulation remains obscure and no explanation is entirely adequate"* (Berlyne, 1972).

Após a revisão e a análise da bibliografia dedicada ao tema, observamos que é grande a confusão conceitual em torno da confabulação. Nem sempre a literatura neuropsicológica a tem abordado de maneira coerente; tampouco seus mecanismos cognitivos têm sido devidamente elucidados (cf. Shapiro et al., 1981).

Berlyne (1972) define a confabulação como *"falsification of memory occurring in a clear consciousness in association with an organically derived amnesia"*. Esta definição resume bem o espírito dos estudos precedentes e está na base das concepções posteriores. Segundo Dalla Barba (1993b), por exemplo, *"Confabulation is a not well understood symptom, observable in amnesic patients who are unaware of their memory deficit. It consists of both actions and verbal statements that are unintentionally incongruous to the patients's history, background, and present situation"* (p.567). Para Moscovitch, *"Confabulation can be defined as 'honest lying'. The confabulating patient provides information that is patently false and sometimes self-contradictory without intending to lie. In fact, the patient is often unaware of the falsehoods, and even when confronted with the truth, may cling to his or her own version of it, no matter how preposterously fantastic that version may be"* (p.133). Já para Mercer et al. (1977:429), *"Confabulation proved to be strongly related to the inability to withhold answers, to monitor one's own responses, and to provide verbal self-corrections"*. Por sua vez, Barbizet & Duizabo consideram a confabulação um *"falso reconhecimento (nem sempre constante) secundário às dificuldades de memorização e evocação de pacientes com síndrome de Korsakoff"* (cf.1985:129). Já a "síndrome fabulatória" das amnésias pós-traumáticas seria, segundo estes autores, acentuada: em casos de traumatismos cranianos chega a ser frequente o aparecimento de *"temas imaginários relacionados com as circunstâncias do acidente, não sendo raro que o indivíduo se refira a certos dados precisos do seu acidente e que, na realidade, se referem a fatos de acidentes anteriores acontecidos a ele ou a um terceiro. Habitualmente consistem em*

paramnésias isoladas e transitórias, podendo em alguns casos transformar-se num verdadeiro delírio fabulatório, fonte de múltiplos incidentes médico-legais ou de complicações judiciais" (op.cit. p.134). A relação da confabulação com a inconsciência de sua produção (anosognosia) é resumida na formulação de Stuss et al. (1978): "*Confabulation, the production of false information without intention to deceive, has been said to result from impaired memory and decreased self-monitoring ability*".

Na perspectiva da Psicologia da Memória, Burgess & Shallice, interessados sobretudo pelo processos mnêmicos normais, consideram que as confabulações, no contexto da normalidade (pelo menos, no discurso de sujeitos idosos) "*are in general, mirrored, if to a much more minor degree, in the retrieval protocols of normal subjects, as one would expect if the same processes underlie normal and abnormal retrieval*" (1994:43).

Em suma, ora a confabulação aparece como um problema no discurso de sujeitos afásicos sob a forma de "desvios semânticos" ou "falha na inibição de respostas inapropriadas" (cf. Stuss et al., 1978); ora a confabulação é concebida em termos de uma "falsificação de memória" (situação em que o sujeito incorpora ao seu discurso traços bizarros ou fantásticos, ou, ainda, constrói relatos combinando mistos de fato e ficção, estando mais ou menos consciente e orientado). Ora a confabulação é comparada aos delírios e solilóquios típicos do discurso de doentes psiquiátricos, ora aparece como um problema secundário das amnésias orgânicas (como a Síndrome de Korsakoff¹, por exemplo), das agnosias², dos processos neurodegenerativos (demenciais) ou do envelhecimento normal. Nesse último caso, recebe o estatuto vago e impreciso de "distúrbio cognitivo associado".

Stuss et al. (1978) e Mercer et al. (1977) sugerem verdadeiros *clusters* de déficits relacionados com a confabulação: dificuldade de o sujeito servir-se de informações do contexto para suprir as lacunas de memória, falha na inibição de

¹ A Síndrome de Korsakoff, ligada a múltiplas etiologias, define, na clínica, os distúrbios mnésicos que perturbam essencialmente a memorização e a evocação das lembranças. Barbizet & Duizabo (1985) preferem a expressão **amnésia axial** para designar este quadro particular de amnésia descrito inicialmente por Korsakoff em 1889. Segundo este, "*os distúrbios mnésicos tomam a forma de uma amnésia específica, que se traduz, principalmente, pela desordem da memória de fatos recém-ocorridos, enquanto que a memória dos fatos antigos está bem conservada...Nos casos graves o presente desaparece imediatamente da memória do paciente, que só se lembra de fatos ocorridos dezenas de anos antes e confunde as lembranças antigas com a percepção do presente. É devido a isto que esses pacientes crêem, em qualquer lugar onde estiverem, estar trinta anos ou mais antes e tomam aqueles ao seu redor por pessoas que conheceram nessa época, embora talvez estejam mortas há muito tempo...*" (Korsakoff, apud Barbizet & Duizabo, 1985:127).

² Alterações da capacidade de reconhecimento, tais como a auditiva, a tátil ou a visual, na ausência de perturbação da inteligência e de outros processos cognitivos.

respostas incorretas, falta de habilidade para alterar respostas, falha no processo de auto-controle, indiferença ou negligência quanto ao comportamento ou à resposta inadequados, dificuldade ou impossibilidade de auto-correções verbais. Esses autores concluem que a confabulação, constituída de associações semânticas inapropriadas produzidas como respostas a perguntas do investigador em situações de exame ou teste, está geralmente vinculada - em termos clínicos - às amnésias.

Talland, um autor que escreveu basicamente sobre as confabulações de pacientes com Síndrome de Korsakoff, postulou algumas características essenciais para o fenômeno (1965):

1. a confabulação é mais ou menos coerente e internamente consistente com a história de vida do paciente;

2. a confabulação é geralmente uma afirmação falsa em relação ao contexto-alvo;

3. o conteúdo da confabulação é dirigido às lembranças das atuais experiências do paciente (incluindo seus pensamentos relacionados ao passado);

4. a confabulação reconstrói o conteúdo da lembrança, modificando e recombinao os elementos ou eventos, ainda que sejam empregados mecanismos de lembrança normal;

5. o paciente não é consciente dos problemas mnésicos e das distorções e impropriedades apresentadas;

6. a confabulação é motivada/provocada por informação factual (isto é, baseada em algum evento genuíno);

Anos depois, Moscovitch (1989) postularia mais três características, que seriam somadas à lista de Talland:

1. a tendência para confabular pode ser determinada pela personalidade do paciente e pela maneira como este se relaciona com o mundo;

2. o paciente às vezes atua (conscientemente) na base de sua confabulação;

3. quase todos os que confabulam parecem sofrer de anosognosia de sua própria doença, ou de uma severa falta de consciência para apreciar a gravidade de seus problemas.

Entretanto, como veremos neste capítulo, nem todos os autores estão de acordo com essas nove características, e nem todas as descrições encontram-se contempladas nas afirmações precedentes. Tomemos alguns exemplos da maneira pela qual podem ser contestadas.

O espírito da investigação de Talland o leva a supor que a confabulação esteja relacionada com as experiências autobiográficas (cf.1965:41-2). Para contestar tal afirmação, lembramos os dados do sujeito RJ, analisado por Baddeley & Wilson (1986), em que as confabulações incluíam certos detalhes da vida de sua mãe que não teriam sido compartilhados com ele. Até que ponto isso pode ser considerado memória autobiográfica, tal como a entende a pesquisa neuropsicológica? Em outros termos, se estamos de acordo que "mãe" faz parte da autobiografia de qualquer um, o que se imagina sobre ela, talvez não. Ainda que a maioria dos trabalhos atuais esteja de acordo com a primeira característica assinalada por Talland, há autores que ressaltam que os pacientes que confabulam também o fazem muitas vezes apenas mediante testes bem específicos, que nada teriam de autobiográfico (cf. Kopelman, 1987a, que relata casos de pacientes que confabulam em experimentos típicos de memória como os de evocação de lista de palavras).

Já a segunda característica, tida como axiomática para muitos, é também contestada por outros autores (entre os quais, Dalla Barba, 1993a e Delbecq-Derousné et al., 1990). Isso porque nem todas as confabulações seriam "inventadas". Como veremos a seguir, existiriam aquelas derivadas de uma recuperação (*retrieval*) inapropriada de informação da memória semântica, e aquelas derivadas de uma recuperação desordenada espacio-temporalmente de eventos concernentes à memória episódica (cf. Burgess & Shallice, 1994, no prelo).

Em relação à quarta afirmação de Talland, há autores que consideram que as confabulações não são produzidas intencionalmente; ainda que produzidas por mecanismos que envolvem lembranças normais, não são produzidas como uma espécie de procedimento compensatório não relacionado com os processos normais de recuperação da informação (tal como o neologismo ou a paráfrase, por exemplo). Para a sustentação desse postulado, é necessário levar em conta a terceira característica apontada por Moscovitch (1989). A última característica apontada por Talland, contudo, é difícil de ser relacionada com as demais e carece de evidência empírica.

Como podemos observar, as questões teóricas ou metodológicas suscitadas pelo estudo da confabulação estão longe de estar definidas em Neuropsicologia. Se o fenômeno adquiriu um estatuto patológico incontestável (trata-se, afinal, de um sintoma clínico, ainda que muitos autores mencionem suas semelhanças com o que ocorre no contexto da normalidade), sua natureza e manifestação ainda merecem maiores explicações. Além disso, sua inserção na sintomatologia das afasias, das amnésias, das demências, das síndromes de Korsakoff e frontais parece complicar ainda mais a discussão sobre suas causas e mecanismos.

Se é fácil constatar que a confabulação tem sido objeto de um interesse crescente no campo da pesquisa cognitiva, seja ela dedicada aos processos normais ou patológicos, ainda é difícil discernir, a partir dos trabalhos existentes, a força teórica que esse tema pode projetar. Dito de outra forma: o estudo da confabulação, afinal de contas, nos ajudaria a compreender o quê? A memória, a organização e o "controle" da realidade, o processamento (seletivo) da informação, a capacidade de significar certos eventos?

Acreditamos que podemos encontrar, pelo menos parcialmente, algumas respostas para essas perguntas se analisarmos a maneira pela qual a confabulação tem sido descrita e investigada no campo que tradicionalmente se tem dedicado a ela.

Contrariamente ao que ocorre com outros temas estudados pela Neuropsicologia ou pela Neurolinguística, a bibliografia sobre a confabulação é limitada. Apenas recentemente, nos últimos anos, os estudos sobre a confabulação apareceram de maneira mais sistemática em diversas publicações especializadas. Além disso, também só nos últimos anos o tema parece ganhar importância no campo da Neuropsicologia da memória e da Psicologia Cognitiva.

Como vemos, se o **termo** confabulação vem sendo largamente usado, o **conceito** nem sempre é capaz de se explicar, ou dizer a que veio. E, ainda que o conceito seja um tanto vago e impreciso, numerosos autores não hesitam em postular seu valor diagnóstico e suas potencialidades explicativas referentes ao funcionamento cognitivo humano.

2.2. As velhas e as novas teorias sobre confabulação

As teorias neuropsicológicas sobre a confabulação surgiram a partir da descrição dos mecanismos que, alterados devido a um dano cerebral, provocam seu aparecimento. Assim, diversas teorias têm tentado propor certas explicações concernentes aos mecanismos ou processos cognitivos que estariam prejudicados ou perturbados na confabulação. Ainda que tais explicações sejam aceitas com parcimônia pelos estudos consagrados ao tema, são elas que justificam a inserção da confabulação na semiologia clínica e a classificação de diferentes tipos e formas do "comportamento confabulatório" (na expressão de Dalla Barba, 1993a, 1993b). Em suma, as explicações que serão consideradas a seguir, se permitem alguma discussão sobre a natureza da confabulação, não são suficientes para questionar seu estatuto em cada uma das patologias cerebrais às quais está associada.

Entre as "velhas teorias" sobre a confabulação podemos identificar pelo menos **cinco** posições razoavelmente distintas; todas elas são, é preciso lembrar, contestadas teórica ou metodologicamente por trabalhos mais recentes (cf. Stuss et al., 1978):

1. A confabulação é consequência da perda ou da alteração da memória, de origem neurológica (cf. Barbizet, 1970; Barbizet & Duizabo, 1985; Berlyne, 1972). Embora esteja relacionada classicamente com a síndrome de Korsakoff, pode ser observada em variadas condições clínicas que envolvem perturbações de memória, como a encefalite herpética, o trauma crânio-cerebral, a disfunção do lobo frontal ou a demência (cf. Dalla Barba, 1994:2).

Segundo Berlyne (op.cit.), a confabulação é uma falsificação da memória que ocorre de maneira mais ou menos consciente em associação com uma amnésia derivada de afecção orgânica. Segundo Barbizet & Duizabo (op.cit.), as reações dos pacientes diante de sua alteração mnésica são de dois tipos: *"Alguns pacientes, principalmente nos casos de Síndrome de Korsakoff de origem etílica ou traumática, tentam abrandar suas alterações por confabulações e falsos reconhecimentos, introduzindo na conversação elementos vividos em diferentes períodos da sua vida e falsos reconhecimentos, numa situação em que os lugares e os personagens - reais e imaginados - estão embaralhados. Outros pacientes, contudo, têm consciência de suas dificuldades mnésicas, como aquele que diz: Quando olho com atenção eu sei, mas esqueço logo. Tenho a impressão de ter o cérebro como um coador, esqueço tudo"* (p.129). Contudo, tanto as confabulações quanto os falsos reconhecimentos não são uma constante e podem mesmo estar ausentes do quadro clínico de pacientes amnésicos, como afirmam os próprios autores. Nesses casos, os episódios "parecidos" com a confabulação seriam uma espécie de fenômenos secundários às dificuldades de memorização; acabam surgindo como uma tentativa mais ou menos consciente de se enfrentar as exigências de uma conversação. Ora, por que valeria a pena esse tipo de distinção, aparentemente insustentável na prática?

Para Barbizet & Duizabo (op.cit.), as confabulações apareceriam basicamente nas amnésias axiais (como no caso da Síndrome de Korsakoff), e não nas corticais. As primeiras seriam responsáveis por um tipo particular de alteração de memória, que reside na memorização e na evocação de lembranças. Este déficit, segundo os autores, contrasta com uma conservação relativamente boa do estoque de conhecimentos antigos que o paciente pode utilizar de maneira circunstancial em uma vida de rotina. Já as amnésias corticais (também chamadas específicas), por sua vez, comprometeriam

seletivamente a linguagem, as practognosias, ou , ainda, a possibilidade de escolher aquilo que será retido ou esquecido.

A partir do que se pode depreender das afirmações desses autores, haveria uma confabulação primária, verdadeiramente mnésica, e aquela que seria produzida como uma resposta, tão inadequada quanto possível, ao problema de memória *lui môme*.

Entretanto, como têm argumentado recentemente numerosos autores (entre os quais Dalla Barba, 1993b; Kopelman, 1987a, 1987b; Moscovitch, 1989, etc.), se é verdade que há sempre um certo tipo de alteração de memória envolvido nos episódios de confabulação, esta relação - memória e confabulação - de maneira alguma é **direta**, isto é, de causa e efeito. A base empírica de tal consideração pode ser verificada pelo fato de que numerosos amnésicos não confabulam. Além disso, segundo esses mesmos autores, outras patologias que não as amnésicas contariam com a presença da confabulação em seus quadros clínicos (tais como as demências, a confusão mental, as afasias, as síndromes frontais).

De qualquer maneira, se não são derivadas diretamente dos problemas de memória, as confabulações seriam uma espécie de distúrbio cognitivo associado e uma espécie de mecanismo compensatório. Essa afirmação ilustra bem o espírito das explicações desta primeira posição das teorias clássicas.

Segundo Signoret (1987), as confabulações estão presentes apenas em uma minoria das síndromes amnésicas. Além disso, elas frequentemente acabam por mascarar as amnésias. Assim, interpretadas em termos de reações compensatórias, as confabulações poderiam, na verdade, existir independentemente de uma amnésia patente; ou seja, a confabulação não seria derivada da amnésia e sim um dos problemas cognitivos que pode ou não estar associado a ela.

2. A confabulação é consequência do aumento da sugestionabilidade em sujeitos influenciáveis (cf. Berlyne, 1972).

Esta tese já havia sido apresentada anos antes por Pick (1965, apud Berlyne). Segundo este autor, tanto sujeitos normais quanto pacientes neurológicos "influenciáveis" teriam tendência para confabular. A explicação de Pick foi contestada, entre outros, por Mercer et al. (1977), para quem a sugestionabilidade não é, definitivamente, um fator preponderante ou uma condição necessária e suficiente para a emergência da confabulação.

3. A confabulação é consequência da alteração da noção de cronologia (cf. Van der Horst, 1932, apud Berlyne, 1972) ou da desorientação temporal e espacial,

geralmente observada em casos em que o paciente confunde fatos recentes e passados, bem como o reconhecimento de pessoas.

Essas desorientações, contudo, nem sempre são consequência obrigatória das amnésias. Certas respostas tidas como confabulatórias poderiam ser interpretadas, segundo alguns autores, como "paramnésias reduplicativas".

O termo Paramnésia Reduplicativa foi concebido por Pick, 1903 (apud Alexander et al., 1979), para descrever um distúrbio específico de memória caracterizado pela consideração, da parte do paciente, de que um lugar ou uma pessoa conhecidos teriam sido copiados ou duplicados.

Situada entre as síndromes do lobo frontal, a Paramnésia Reduplicativa (observada em pacientes com lesões frontais bilaterais, em especial no hemisfério direito do cérebro) também conta com a presença da confabulação em seu quadro semiológico. Weston & Whitlock (apud Alexander et al., op.cit.) descreveram um caso de um paciente com encefalopatia pós-traumática que desenvolveu uma confabulação sobre sua família. Esta, segundo ele, teria sido trocada por impostores idênticos.

Um outro fenômeno "reduplicativo", a Síndrome de Capgras, tem sido descrita quase que exclusivamente na literatura psiquiátrica (cf. Alexander et al., 1979; Botez, 1987; Morrison & Tarter, 1984). Nesse caso, a base para a ilusão de que lugares e pessoas seriam impostores não se daria em função de um problema de memória (como para Pick), mas de um estado confusional (isto é, de confusão mental).

A descrição dessas síndromes, contudo, nada tem esclarecido sobre os mecanismos que subjazem às confabulações. Para termos uma idéia da nebulosa que elas representam, lembramos que MacCallum (1973, apud Alexander et al., 1979) e Benson et al. (1976) sugerem que a Síndrome de Capgras e a Paramnésia Reduplicativa estão fortemente correlacionadas e, em muitos casos, podem ser consideradas como fazendo parte de um mesmo fenômeno.

A desordem da orientação temporal e espacial, ainda que presente em quase todas as descrições de confabulação, não tem sido suficientemente esclarecida, segundo muitos autores, para que possa ser relacionada diretamente com alteração de memória. Assim, a análise de dados de pacientes amnésicos que apresentam esse tipo de alteração mas não confabulam permite a contestação dessa teoria (cf. Stuss et al., 1978; Moscovitch, 1989; Dalla Barba et al., 1990; Mercer et al., 1977).

4. A confabulação é uma reação de defesa psicológica face aos problemas de memória, presente tanto no discurso oral de sujeitos normais quanto no de sujeitos que têm problemas neurológicos.

Alguns pesquisadores, como Zangwill (1953) e Weinstein & Kahn (1955), que estudaram a desorientação temporal em idosos, vêem a confabulação como uma reação de defesa contra o processo de senilidade ou contra o processo amnésico. Já outros, como Pick (1965, apud Berlyne, 1972), vêem a confabulação como um dos possíveis traços individuais de personalidade encontrados em sujeitos altamente sugestionáveis.

Solicitadas a recordarem um evento particular, as pessoas muito ansiosas por fazê-lo podem "fabricar" um relato que lhes parece ser apropriado. Nesses casos, a pessoa talvez acredite que o relato seja verdadeiro, mesmo quando contém combinações de diversas lembranças ou mistos de fato e ficção. Questionadas a respeito de tais erros ou enganos, essas pessoas frequentemente não conseguem identificá-los.

Essa afirmação de Pick foi contestada por Talland (1965), não apenas porque não havia na explicação base empírica suficiente para sustentá-la, mas também devido ao fato de ser muito difícil a identificação dos contextos em que a confabulação aparece com essa justificativa.

5. A confabulação é um distúrbio cognitivo associado às agnosias (cf. Kertesz, 1987).

A agnosia, um termo atribuído à Freud, habitualmente é definida como um déficit de reconhecimento na ausência de problemas perceptuais e linguísticos. A agnosia visual, entre outras formas (como a auditiva, a digital, a tátil, etc.) é, segundo Kertesz (op.cit.), a mais frequente. É diagnosticada quando um paciente, incapaz de reconhecer um objeto sob apresentação visual, o reconhece imediatamente sob apresentação tátil ou a audição de seu ruído característico. São frequentes os déficits cognitivos associados à agnosia: a prosopagnosia, a agnosia para cores, a síndrome amnésica, a confabulação, entre outros.

A abundância de respostas consideradas confabulatórias em tarefas de denominação em sujeitos com agnosia visual poderia ser explicada nos mesmos termos em que as perturbações das narrativas em sujeitos com amnésia orgânica (de origem axial ou cortical)?

Consideremos que os pacientes mencionados no primeiro caso, descritos por Kertesz, apresentam respostas inapropriadas que indicam problemas na relação visuo-verbal (confundindo uma pera com um bastão, por exemplo): Em que medida tais "erros semânticos" (segundo esse autor) não estão relacionados com a dificuldade básica do paciente que tem agnosia visual de reconhecer o objeto? Um paciente descrito por Kertesz, diante da imagem de um escargot, pretendia ver um "*lion avec un escargot sur son museau*" (op.cit.p.288). Outro paciente, diante de uma cena de praia, fez a seguinte

descrição: "*Il s'agit d' une pelouse avec des poteaux électriques; ceci pourrait être un lac. Je vois des bateaux, il pourrait s'agit d'un navire portant des poteaux électriques, à moins que cela ne soient ces choses, vous savez, que se dressent sur les voiliers*" (p.289).

Ora, não é preciso sequer um distúrbio dessa natureza para transformar equívocos perceptivos ou sensoriais em produção de "falsa informação". Estará confabulando aquele que sofre de miopia e, enganado, fornece uma informação errônea sobre o destino de um ônibus a alguém?

Se há uma interação entre as estratégias visuais e as verbais na explicação das agnosias, ela não parece suficientemente clara para explicar os episódios de confabulação.

As velhas teorias sobre a confabulação parecem precárias sob muitos aspectos. Contudo, se as "novas teorias" têm, de um lado, tentado fornecer dados empíricos que possam ser confrontados com as "velhas teorias" anunciadas acima, não parecem estar tendo maior êxito quanto a encontrar uma orientação teórica mais ou menos comum, capaz de definir ou, pelo menos, de descrever, o fenômeno da confabulação mediante as diversas funções cognitivas envolvidas e as condições de sua ocorrência. Antes, as "novas teorias" julgam estar falando todas de um mesmo fenômeno (a confabulação), embora estejam interessadas, cada uma à sua maneira, em descrever diferentes processos (de memória, de consciência, de controle da informação, etc.).

Podemos elencar, tendo em vista os trabalhos mais recentes nas áreas de Neuropsicologia e de Psicologia Cognitiva, pelo menos **cinco** proposições que caracterizam as "novas teorias" sobre a confabulação:

1. A confabulação é consequência de uma disfunção do lobo frontal em associação com uma alteração da memória (cf. Stuss et al., 1978; Kapur & Coughlan, 1980; Kopelman, 1987a, entre outros).

2. A confabulação é consequência da alteração do "controle da realidade" (*reality monitoring*), ou seja: "*processes by which perceived and imagined events are discriminated and confused in memory*" (cf. Johnson et al., 1983:371). Tal alteração, vale lembrar, geralmente está associada a um tipo específico de memória, ou seja, a recuperação de informação, tanto no contexto de testes de memória envolvendo *cued recall* como eventos autobiográficos relatados espontaneamente (cf. Dalla Barba, 1993b).

3. A confabulação é consequência de uma "*dysexecutive syndrome*" geral, ainda que sob a aparência de uma amnésia clássica (cf. Baddeley & Wilson, 1986, 1988). Em seus estudos sobre a memória episódica e a memória autobiográfica num

caso de amnésia post-meningite (1988) e sobre os déficits de memória num caso de amnésia com dano frontal bilaterais e síndrome de tarefas executivas (isto é, frontais), Baddeley & Wilson sugerem que os déficits ocorrem frente à combinação de uma síndrome amnésica do tipo clássica com problemas adicionais, que seriam associados a uma "frontal dysexecutive syndrome".

4. A confabulação é consequência de uma alteração de recuperação de informação (*episodic retrieval*), envolvendo, pois, tarefas mais ou menos específicas e englobando memórias seletivas e solução de problemas (cf. Moscovitch, 1989; Delbecq-Derousné et al., 1990; Shallice, 1988; Schacter & Tulving, 1982).

5. A confabulação é consequência da alteração de aspectos reguladores e seletivos da linguagem interna, associada a uma perturbação da memória (cf. Mercer et al., 1977): "*The severe confabulator differs from the non-confabulator or the mild confabulator chiefly in decreased ability to monitor and correct answers*" (p.433). Segundo os autores, a confabulação ocorre quando o paciente acredita a resposta é pertinente, quando a memória falha e quando a habilidade de auto-correção (que seria uma função da linguagem interna) está alterada.

Como podemos constatar, as "novas teorias", ao invés de contestar os termos fundamentais das "velhas teorias", acabam por reforçá-los, ou, pelo menos, as suas hipóteses originais, ancoradas no problema neuropsicológico da memória.

Haveria mesmo uma espécie de via comum, traçada pela Neuropsicologia e pela Psicologia Cognitiva, quando o assunto é memória. Seja através da análise de processos normais (como as que sustentam os modelos de memória propostos por Tulving & Schacter, 1990; Van Dijk, 1988/1992; Kintsch, 1970, entre outros), seja da análise de processos cognitivos alterados (vide Talland, 1965; Mercer et al., 1977; Dalla Barba et al., 1990, 1994a; Dalla Barba, 1993a, 1993b; Moscovitch, 1989, Johnson, 1991, entre outros), o problema teórico que a confabulação acaba por representar tende a ser um elemento importante nas investigações sobre a memória, seu funcionamento e suas relações com outros processos cognitivos. Parece-nos que é a memória, na realidade, o fenômeno que interessa à grande maioria dos trabalhos consagrados ao estudo da confabulação.

2.3. Formas e Classificação da Confabulação: o problema das oposições

Diversas formas e distinções de confabulação têm sido propostas ao longo dos últimos anos, e geralmente variam muito pouco uma das outras. A reflexão sobre esse

tema não deixa de lado as antinomias clássicas pelas quais se pautam as ciências que se firmaram como tais no final do século passado. Analisando a literatura produzida na área da pesquisa clínica e cognitiva sobre a confabulação, é possível perceber que o gosto pelas oposições não consiste em mera terminologia. Destacaremos as distinções que mais possam expressar a linha de pensamento desenvolvida pela Neuropsicologia.

A primeira distinção, e também a mais emblemática, refere-se à sua produção, que seria do tipo **momentânea** (e circunstancial) ou **fantástica** (e constante). Segundo Berlyne (1972), a primeira seria constituída de memórias de eventos reais, que estariam fora de seu contexto temporal, e a segunda seria constituída de eventos bizarros, que teriam pouca ou nenhuma relação com os eventos reais.

Tal distinção, contudo, tem sido criticada por vários autores. Para Kopelman (1987a), por exemplo, seria extremamente difícil distinguir esses dois tipos se levarmos em conta a produção espontânea dos sujeitos, normais ou com problemas neurológicos. Delbecq-Derousné et al. (1990) e Dalla Barba (1990,1993a), por outro lado, objectam que frequentemente os pacientes produzem um tipo de confabulação que não seria exatamente fantástica ou delirante, e nem tampouco apenas cronologicamente deslocada. Antes, para eles, o que chega a caracterizar a maioria dos episódios confabulatórios nas demências, nas afasias e nas síndromes frontais é o fato de que estes são aparentemente razoáveis, possíveis, adequados, plausíveis. A única ressalva a fazer em meio a esse jogo de aparências é que a construção textual confabulatória não condiz com a realidade dos fatos efetivamente vividos ou com os dados factuais em questão.

Uma outra distinção que se observa no estudo da confabulação decorre da primeira. Segundo Dalla Barba (1993b), há tradicionalmente dois tipos que se distinguem segundo a sua natureza.

O primeiro tipo refere-se à confabulação que seria **provocada** (ou protocolar, desde que se produz mediante testes específicos ou sob a forma de um questionário), e diz respeito àquelas produções obtidas como respostas a questões apresentadas ao paciente no contexto clínico-diagnóstico, ou seja, em situação de teste ou exame. Nesse caso, as confabulações geralmente caracterizam-se por um problema mais ou menos severo de alteração da realidade e, em especial, da memória autobiográfica (que estaria deslocada no tempo e no espaço).

O segundo tipo refere-se à confabulação **espontânea**, e diz respeito à falsificação involuntária dos relatos e dos fatos, sempre fantásticos e implausíveis. Esses dois tipos, vale ressaltar, são completamente distintos dos dois primeiros, embora possam coexistir.

Para Kopelman (1987a), o primeiro tipo seria inteiramente discutível. Segundo esse autor, as confabulações produzidas num contexto de teste seriam apenas um espécie de "resposta" à falta ou falha de memória e às exigências próprias de um certo tipo de interação (médico-paciente), que praticamente obriga o sujeito a se manifestar de alguma maneira (isto é, de "qualquer maneira"). Já o segundo tipo evidencia a confusão conceitual que o termo confabulação acarreta: as confabulações espontâneas, fantasiosas e delirantes, guardariam que semelhança com as referidas na literatura como distúrbio do processamento (mnêmico) da informação? Como diferenciá-las, na prática, das construções delirantes de pacientes psiquiátricos e de certos tipos de reminiscências auto-ilusionais de sujeitos idosos normais? As confabulações fantasiosas e espontâneas, na verdade, inauguram uma querela terminológica complicada para os interesses semiológicos da pesquisa clínica. Não apenas porque ocorrem fora da situação bem dirigida do teste clínico, como também põem em evidência as inúmeras variáveis típicas do discurso espontâneo, capazes de questionar qualquer tipologia fechada.

Duas outras distinções que figuram nos estudos sobre a confabulação refletem bem o espírito dualista que orienta esse tipo de investigação. Trata-se da tentativa de responder a questão dos problemas linguístico-cognitivos em termos de **primários** ou **secundários**, de acordo com a tradição da composição diagnóstica. A confabulação, assim, seria um problema de ordem primária, isto é, uma espécie de entidade nosológica mais ou menos "independente", **ou** de ordem secundária, isto é, um problema cognitivo associado a um problema de memória, de consciência, de agnosia visual, de linguagem interna, de percepção da realidade, etc. Dito de outra forma, não está ainda claro se a confabulação é a manifestação de um problema que se espalha na atividade cognitiva sob diversas formas clínicas ou se ela seria mais a repercussão de um problema isolado, relacionado com determinada função cognitiva (memória, percepção, pensamento, consciência, etc.).

Ainda que a maioria dos autores afirme que a confabulação pode existir independentemente de alguma patologia à qual em geral aparece associada (amnésias, demências, etc.), e que ela não ocorre de maneira isolada, a literatura neuropsicológica não tem se mostrado segura quanto ao seu estatuto de "distúrbio cognitivo associado".

Entre as questões que poderiam ser aventadas por essa terceira oposição, podemos elencar as que se seguem:

1. A confabulação, do ponto de vista neuropsicológico, poderia ser analisada a partir de uma **mesma** via explicativa?

2. As confabulações presentes na demência de Alzheimer seriam tributárias de uma neuropatologia (um sintoma primário, portanto) ou estariam subjacentes a uma demência generalizada?

3. Desde que podem constar de seu quadro clínico, seriam as confabulações nas afasias um indício de que o problema de linguagem está relacionado com (certos) problemas cognitivos? Se assim for, a presença das confabulações nos quadros de afasia não seria suficiente para fragilizar a forte dicotomia entre linguagem e cognição que norteia os estudos afasiológicos?

4. Que vantagem teórica pode representar a afirmação segundo a qual os episódios de confabulação são raros nas amnésias, ainda que estas sejam atribuídas a problemas de memória (cf. Dalla Barba et al., 1994)?

5. Se, definitivamente, a confabulação parece estar ligada a diversos processos cognitivos, além de presente em vários quadros clínicos de patologias muito estudadas, por que se afirma (cf. Dalla Barba, 1994) que os pacientes que confabulam são pouco numerosos?

Ainda que não possamos responder a todas essas questões (tampouco a pesquisa neuropsicológica pode fazê-lo à hora atual; sequer o problema teórico-clínico que o tema parece suscitar está bem colocado), acreditamos que o estudo do discurso clínico produzido sobre a confabulação (bem como o de sua maneira de enfocá-la), acrescido da análise linguística, possa iluminar suas virtuais potencialidades explicativas relativas a alguns aspectos da cognição humana.

Finalmente, a última oposição a ressaltar é aquela que caracteriza a confabulação como sendo **típica** ou **atípica**, seguindo a linha de abordagem das afirmações anteriores. Segundo Sandson et al. (1986), a primeira seria a produzida por sujeitos amnésicos ou dementes e, a segunda, por afásicos; a primeira seria concernente aos problemas de memória e de consciência e, a segunda, aos problemas de representação semântica (op.cit.). Outros autores que seguem esse tipo de reflexão (como Shapiro et al., 1981) consideram, ainda, que em certos casos, as duas formas (típica e atípica, cognitiva e linguística) poderiam coexistir num mesmo paciente afásico.

A oposição entre linguagem e cognição é já (ainda) bastante clássica em Neuropsicologia ou em Neurolinguística. Apenas para ilustrá-la, citamos um artigo intitulado "Alzheimer versus Broca and Wernicke", no qual o autor (Lebrun, 1989) estabelece os termos de diferenciação entre uma e outra com finalidades diagnósticas. Para ele, a afasia seria um distúrbio primário de **linguagem**, enquanto que a demência de tipo Alzheimer seria um distúrbio primário **cognitivo**, sendo a linguagem apenas um

problema secundário; do mesmo modo, ele argumenta que os problemas cognitivos seriam apenas secundários nas afasias. Para tanto, esse autor elenca os vários problemas neurolinguísticos comuns a uma síndrome e a outra: parafasias, anomias, anosognosias, ecolalias, etc. O que interessa a esse tipo de argumento é a forte distinção entre linguagem e cognição, ainda que para isso seja necessário lançar mão de concepções bastante limitadas de uma e outra.

Como se vê, as explicações oferecidas até aqui, antes mesmo de renderem-se à necessidade de buscar outras saídas teóricas ou metodológicas face ao que se apresenta como problemático, preferem encaixar, de maneira *ad hoc*, os novos achados em velhas descrições que já nos parecem insuficientes.

De qualquer maneira, parece-nos que as confabulações presentes nas afasias, explicadas de forma algo frouxa em termos de "atípicas", procuram apenas preservar a velha dicotomia primário-secundário (ou linguagem-cognição, produção-compreensão, etc.) em termos meramente descritivos. Ora, por que valeria a pena falar de típica ou atípica se não for para tentar responder à questão da confabulação **ou** como problema de memória, **ou** como problema de linguagem, **ou** como problema de outro processo cognitivo qualquer? E aqui nos encontramos face ao velho problema das ontologias.

Se levarmos em consideração o quadro de oposições descrito até aqui, poderemos recapitular a pesquisa sobre a confabulação da seguinte forma:

1. Apesar do crescente interesse pelo tema e da proliferação de estudos descritivos e tipológicos no campo da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva, a afirmação de Berlyne (1972) não tem nada de anacrônica: "*The cause of confabulation remains obscure and no explanation is entirely adequate*".

2. As diversas alterações das funções cognitivas associadas à confabulação (com exceção da anosognosia, segundo Dalla Barba, 1994b) funcionam como pré-requisito necessário mas insuficiente para sua ocorrência.

3. Os mecanismos neuropsicológicos responsáveis pela confabulação não têm sido inteiramente elucidados (cf. Shapiro et al., 1981).

4. Em termos de sua topografia cerebral, tampouco os estudos neuropsicológicos sobre a confabulação encontram-se definidos, embora Moscovitch afirme, em consonância com outros autores, como Stuss et al. (1978), Baddeley & Wilson (1986) ou Kappur & Coughlan (1980), que "*confabulation is linked to lesions of the frontal lobes and related structures that include the basal forebrain, the cingulate gyrus, cingulum, septum, and anterior hypothalamus all of which are fed by anterior communicating artery* 1989:137). Kapur & Coughlan (1980), por exemplo, afirmam que diferentes formas de confabulação podem ser explicadas por diferentes graus de

comprometimento dos lobos frontais. Como outros autores acreditam que a confabulação esteja associada a um comprometimento tanto das regiões fronto-basais quanto do hipotálamo (entre os quais Lhermitte & Signoret, 1976 e Luria, 1976), há também uma tendência de supor que a combinação da alteração nessas duas estruturas cerebrais seja uma condição necessária para a confabulação (cf. Moscovitch, 1989:137).

2.4. Causas e Mecanismos: Três hipóteses explicativas

Considerando as dificuldades de ordem conceitual e metodológica, diferentes autores podem ser agrupados em torno de algumas hipóteses explicativas sobre a confabulação. Assim, tendo em vista o que nos propõe a literatura que tem sido produzida sobre o tema, podemos entrever ao menos **três proposições** explicativas, baseadas em análises de casos clínicos e também em modelos de funcionamento de memória normal.

2.4.1. A Hipótese Tradicional

Os primeiros autores que se consagraram ao estudo da confabulação tentaram, sobretudo, estabelecer de tal modo sua inserção no quadro sintomatológico das patologias cerebrais que a confabulação surge, a princípio, como um sinal clínico das amnésias. Podemos ilustrar esta hipótese mencionando certas afirmações como as que se seguem:

a. a confabulação está presente quando a memória está perturbada (cf. Berlyne, 1972);

b. há uma certa analogia entre confabulação e mentira (cf. Bonhoeffer, 1904, apud Dalla Barba, 1993b); a confabulação é uma forma “extrema” de mentira (cf. Joseph, 1986), ainda que “honesta” (cf. Moscovitch, 1989);

c. a confabulação é uma tentativa mais ou menos consciente de enfrentar as exigências de uma conversação quando de uma perturbação de memória. Nesses casos, a alteração da memória é secundária e haveria uma dificuldade limitada à evocação de lembranças (cf. Barbizet, 1985);

d. as confusões de memória observadas nos casos de amnésias corticais, de paramnésias reduplicativas (mais ou menos comum nas síndromes frontais), de encefalites herpéticas (geralmente transitórias), de demências ou de agnosias visuais **não são** confabulação. Do contrário, esta deveria tomar formas bastante variadas (cf. Barbizet & Duizabo, 1985);

e. em função dos problemas de memória, a confabulação pode aparecer como uma forma de reconstrução mais ou menos anárquica das lembranças reais antigas e recentes. Se seu conteúdo for pura invenção ou bizarria, ela toma a forma de uma confabulação “extraordinária”, o que implica um problema de consciência (cf. Stuss et al., 1978).

f. a confabulação é um sintoma clínico, embora guarde semelhanças com processos normais de envelhecimento e de defesa psicológica face às dificuldades de memória.

Todas essas afirmações colocam seus autores face à mesma dificuldade que se encontra nos pacientes afásicos que apresentam uma dificuldade de achar as palavras (*word finding difficulty*), só que às avessas: eles sabem encontrar a palavra, mas não parecem muito certos quanto ao que ela quer dizer. Além disso, a correlação entre confabulação e memória, sem maiores contornos explicativos, acaba se dando de maneira direta, como se essa ligação fosse óbvia e auto-definida. Em suma, na abordagem que estamos chamando tradicional a confabulação seria a manifestação clínica de certos problemas de memória, que seriam, em última análise, responsáveis pela utilização de um material verbal ou cognitivo inapropriado.

No campo dos estudos patológicos, sabe-se que as diferenças entre os distúrbios de memória causados por lesões em diferentes partes do cérebro são bastante (e, algumas vezes, prontamente) perceptíveis. Entretanto, inexistem pesquisas que possam correlacionar diretamente atividade cerebral e processos de memória. Isso se dá provavelmente porque, assim como a linguagem, a memória é um processo cognitivo altamente complexo e dependente de várias zonas corticais. Tanto a realidade córtico-cerebral quanto a cognitiva da memória conduzem os pesquisadores à consideração de que praticamente tudo, em nossa vida, está ligado a algum tipo de memória; além disso, ela estaria longe de ser uma função neuropsicológica autônoma e independente de outras. Se a confabulação tem a ver diretamente ou não com os processos de memória, ponderações como essas tornam-se extremamente importantes.

Como os estudos de base fisiológica resultantes de pesquisas morfológicas pouco acrescentaram ao que já se sabe há mais de quarenta anos sobre as conexões neurais e a existência de um sistema sináptico, a natureza da memória é ainda relativamente desconhecida. Resta aos pesquisadores a busca de outras vias para a explicação desse complexo processo cognitivo. Uma vertente das explicações não fisiológicas privilegia o estudo do processamento (mnêmico) da informação vinculado ao da representação cognitiva do discurso: esta é a vertente que mais vem se

interessando pelo estudo da confabulação (como veremos na discussão da hipótese cognitiva).

2.4.2. A Hipótese Frontal

Na realidade, não existe apenas **uma** hipótese frontal, e sim várias. O que está a diferenciar as várias tendências é a disposição dos investigadores para aceitar o papel determinante dos lobos frontais nas atividades de organização e regulação da atividade humana voluntária, seletiva, consciente.

Ainda que nem todos os autores o citem ou convoquem seu construto teórico, e ainda que ele não tenha se dedicado ao tema da confabulação ou proposto modelos específicos de memória, é Luria, sem dúvida, o “pai intelectual” dessa abordagem. Resumidamente, segundo o neuropsicólogo russo, os lobos frontais são o resultado ontogenético das relações dinâmicas e mutuamente constitutivas entre as referências do mundo biológico e as do mundo social. Luria estudou as estruturas cognitivas e os processos verbais, bem como as condições fisiológicas de sua realização levando em conta a noção de “sistemas funcionais complexos”³.

O que é realmente importante ressaltar é o papel de destaque que Luria imprime à linguagem e ao linguístico na configuração da atividade cerebral como um todo, e nos processos de organização e controle dos comportamentos humanos em particular.

Dentre os colaboradores de Vygotsky, Luria talvez tenha sido o que mais se ocupou da relação da linguagem (sobretudo da linguagem interna) com a organização das condutas simbólicas e a regulação do “comportamento inteligente” (cf. Luria, 1959).

Os trabalhos de Luria mostraram que existe uma base fisiológica para a reorganização dos processos cognitivos alterados em casos de lesões cerebrais; além disso, este autor procurou dar sustentação empírica à idéia de que o funcionamento da atividade cortical (vide nota 3 deste capítulo), prevê um rearranjo funcional e compensatório das áreas lesadas e dos processos neuropsicológicos perturbados. Os dados clínicos por ele obtidos de pacientes com lesões focais no cérebro indicam que os lobos frontais possuem uma importância decisiva na garantia da função reguladora do

³ O termo Sistema Funcional Complexo, introduzido por Anokhin em 1935, refere-se, na concepção luriana, ao modo de funcionamento da atividade córtico-cerebral, resultado da interrelação de diversas zonas cerebrais e processos cognitivos, e fruto da interação entre o mundo biológico e o social (vide Luria, 1976, 1980a, 1980b, 1981).

comportamento, possível, principalmente, pelas diversas atividades que fazemos com a linguagem.

Segundo Luria, os lobos frontais teriam por função mediar e organizar a interação das atividades extra e intra-cognitivas, e seu desenvolvimento estaria na dependência da qualidade das experiências significativas da vida em sociedade (cf. 1976, 1980b, por exemplo). Como Luria postulou que essa função reguladora estaria na base das regiões frontais do cérebro (cf. 1974, 1980a, 1981), em caso de lesão nas regiões médio-basais ou frontais extensas (bilaterais ou dorso-laterais esquerdas), ela estaria, em diversos graus de severidade, comprometida. Ou seja, os mecanismos cerebrais da atividade reguladora das condutas humanas, essencialmente linguística, não coincidiriam com os mecanismos cerebrais que asseguram os aspectos acústico-articulatório, fonológico, sintático ou semântico dos processos verbais. Tomemos as palavras de Luria: *"Podemos formular a hipótese de que entre as diferentes áreas do córtex cerebral possam existir algumas em que as lesões deixam totalmente intacta a função reguladora da linguagem e outras que, pelo contrário, tais lesões impliquem notáveis problemas, precisamente da função reguladora? As investigações destinadas a esclarecer este problema têm dado resultados precisos que, de certo modo, são surpreendentes. Têm revelado que as lesões de certas zonas da linguagem, em particular a área temporal do hemisfério esquerdo, alteram a análise e a síntese auditiva e provocam transtornos na estrutura acústica da linguagem; não obstante, este tipo de lesão não implica uma alteração considerável da função reguladora (...) Por outro lado, lesões graves dos lobos frontais do cérebro, que não estão acompanhadas externamente por fenômenos afásicos, conduzem a uma alteração bastante marcada da função reguladora"*(1959/1980a:134).

As posições de Luria, ao longo dos últimos anos, têm sido revistas, ampliadas ou aperfeiçoadas, porém nunca fortemente rejeitadas, em função da propriedade de sua construção teórica, baseada em vasta descrição e análise de casos clínicos e em sua abordagem funcionalista, sistêmica, dinâmica. Entretanto, muitos autores, cujas hipóteses parecem tributárias da visada luriana básica sobre o funcionamento córtico-cerebral, são reticentes quanto ao postulado de Luria segundo o qual a organização e o controle dos processos cognitivos humanos estariam bastante determinados por uma região do cérebro, a saber, os lobos frontais.

Veremos, a seguir, que a maioria dos autores que se encontram identificados de alguma maneira com a hipótese frontal não rejeita exatamente a íntima relação da confabulação com a perturbação dos processos seletivos e reguladores da atividade

cognitiva. O que esses autores parecem rejeitar é a afirmação de que tais processos estariam não apenas na dependência como circunscritos aos lobos frontais.

Um dos críticos dessa posição, Dalla Barba argumenta (1994) que a confabulação prevê a perturbação dos processos de julgamento e da atividade de selecionar e controlar ativamente as informações de que se dispõe, pessoais e do mundo, além de prever um estado anosagnósico em relação ao problema de memória. Entretanto, pondera, a disfunção frontal não parece ser uma condição suficiente para o aparecimento da confabulação, desde que há pacientes que confabulam na ausência dos sinais frontais clássicos (amnésicos ou afásicos, por exemplo). Além disso, para esse autor (cf. Dalla Barba et al., 1994), também não haveria relação direta entre o desempenho do paciente em testes clássicos de funções frontais e a tendência para produzir confabulações ou grau de anosognosia.

Se, por um lado, a crítica de Dalla Barba procede (na medida em que se baseia na refutação empírica ao localizacionismo, luriano ou não), por outro, pode ser questionada por uma outra interpretação das afirmações de Luria. Se é bem verdade que este autor não titubeia em apontar os lobos frontais como base das explicações das atividades humanas conscientes e voluntárias, sua concepção do funcionamento cerebral como um sistema dinâmico, plástico e dialético impede uma idéia forte de localizacionismo⁴.

De qualquer maneira, os autores que afirmam que a confabulação está ligada a uma disfunção do lobo frontal são numerosos (Stuss et al., 1978; Kappur & Coughlan, 1980; Kopelman, 1987b; Weinstein & Lysterly, 1968; Mercer et al., 1977; Moscovitch, 1989; Johnson, 1991, entre outros). Segundo Kern et al. (1992), a confabulação resultaria de uma disfunção dos sistemas frontais e dos processos de memória num contexto de comprometimento das regiões frontais do cérebro. Nesses casos, haveria um “defeito” ao nível do controle e da organização seletiva, implicando o aparecimento de informações irrelevantes ou simplesmente bizarras.

Assim como os trabalhos de Moscovitch (1989), os de Baddeley & Wilson (1986, 1988) são, talvez, a melhor expressão da hipótese frontal. Segundo esses autores, a confabulação é uma consequência de uma “*dysexecutive syndrome*”, ainda que sob a

⁴ Tomemos, a propósito, as palavras de Luria, que impedem qualquer identificação deste autor com a vertente localizacionista em Neuropsicologia: “*O fato de terem sido todas elas (as funções cognitivas) formadas no curso de um longo desenvolvimento histórico, de serem sociais em sua origem e complexas e hierárquicas em sua estrutura, e de serem todas elas baseadas em um sistema complexo de métodos e meios (...), implica em que as formas fundamentais da atividade consciente devem ser consideradas como sistemas funcionais complexos; conseqüentemente, a abordagem básica do problema da sua ‘localização’ no córtex cerebral deve ser radicalmente alterada*”(1981:15).

aparência de uma desordem amnésica do tipo clássica. De fato, seriam os processos de julgamento (a antiga “faculdade crítica”) que estariam alterados na confabulação. Além disso, o grau de importância dessa alteração dependeria do grau de severidade da síndrome. Contudo, há autores que apontam, como contra-argumento, o fato de que há pacientes que apresentam pouco ou nenhum déficit em tarefas consideradas executivas (cf. Delbecq-Derousné et al., 1990; Dalla Barba et al., 1990; Dalla Barba, 1993a).

Outros autores, como Mercer et al. (1977), ainda que não contestem a afirmação de que a confabulação pertence à vasta família das desordens cognitivas decorrentes de dano cerebral, sobretudo as amnésicas, colocam em evidência, sob graus variados, a alteração da linguagem interna.

O que vai interessar a esses autores, entretanto, é bem menos o papel constitutivo da linguagem e do linguístico na configuração da atividade cognitiva humana e mais as antinomias clássicas do pensamento neuropsicológico. Ou seja, o fato de os pacientes analisados por Mercer et al. apresentarem extrema dificuldade de auto-correção, verbal ou não, e de serem praticamente incapazes de reformular ou corrigir verbalmente um comportamento qualquer, ou de se servirem da linguagem externa (“desdobrada”) em tarefas de solução de problema parece suficiente para que a sua produção oral seja considerada um importante elemento diagnóstico de suas condições cognitivas internas, confinadas e administradas pelo cérebro, inacessíveis a uma investigação “direta”. Até aqui, parece-nos que o trabalho desses autores pouco ou nada se diferencia dos demais, imersos no beco sem saída do dualismo ontológico.

Mercer et al., entretanto, deram sua contribuição ao estudo sistemático da confabulação. Não apenas porque oferecem a primeira versão de um protocolo específico para a pesquisa da confabulação (a ser considerado no capítulo 4), inspirador de alguns outros que foram acrescentados das vertentes teóricas e idiosincrasias de cada autor (Moscovitch, 1989; Dalla Barba, 1993a; Johnson, 1991; Burgess & Shallice, 1994), mas também porque, ainda que sem levar em consideração os postulados de Vygotsky (1934/1987) acerca do processo de internalização da linguagem e sua repercussão no desenvolvimento e no funcionamento dos processos cognitivos - base e referência dos achados lúricos -, souberam apontar, de algum modo, uma face linguística do fenômeno e a importância da linguagem na compreensão dos episódios confabulatórios.

A tese de Mercer et al., assim, é a de que a confabulação resultaria de uma perturbação dos processos de julgamento que, em última análise, impediriam ou alterariam os processos de auto-correção, verbais ou não, externos ou internos à

atividade cerebral. A idéia de que a confabulação é um produto direto do déficit de memória, para os autores, torna-se indefensável, teórica e empiricamente.

Já os trabalhos do neuropsicólogo italiano Gianfranco Dalla Barba (1990,1993a, 1993b, 1994, 1994), autor que há cinco anos vem se dedicando sistematicamente ao estudo da confabulação, ancorados, por um lado, na pesquisa clínica neuropsicológica, e por outro, nos trabalhos do psicólogo canadense Endel Tulving sobre a relação entre memória e consciência (cf. 1984, 1985, 1988), refletem bem os termos pelos quais a hipótese frontal pode ser criticada.

Em primeiro lugar, Dalla Barba considera que os dados empíricos estão longe de sustentá-la; na realidade, seriam a maior fonte de contra-argumentos e alternativas teóricas diferentes. Em segundo, se confabulação tem a ver com a alteração de processos de julgamento e controle da realidade, mas estes não estão confinados nos lobos frontais nem em outras zonas específicas do cérebro, é preciso imaginar se ela teria uma realidade cortical e um estatuto cognitivo homogêneo, capaz de identificá-la mediante outros problemas neuropsicológicos e no interior de quadros clínicos diferentes, como o são as demências, as afasias ou as amnésias.

A resposta de Dalla Barba, para essas questões, é sim e não. Ou seja, em consonância com a perspectiva fenomenológica da Escola de Genebra, esse autor considera que, sendo a atividade cognitiva um sistema integrado que funciona a partir de sub-sistemas mais ou menos específicos, a confabulação pertenceria ao campo das desordens mnésicas, mas caracterizaria certos procedimentos ou processos que ultrapassam a memória e que envolveriam processamento ativo e consciente da informação, capacidade de julgamento e representação semântica de estados de coisas do mundo.

Assim, apesar de estar relacionada com as funções que tradicionalmente são de responsabilidade dos lobos frontais, a confabulação, segundo Dalla Barba, também diria respeito às disfunções decorrentes de outras regiões do cérebro, como as temporais (e para isso ele estuda casos clínicos de pacientes com vários tipos de encefalites, com síndrome de Korsakoff, com demências por infartos múltiplos, com amnésias - todos confabuladores e com lesões em outras áreas que não a frontal).

Uma consequência dessa posição é que, se é verdade que a confabulação possui uma realidade cortical, isto é, pode ser derivada de uma perturbação de alguma função cognitiva (como a memória) ou de algum processo cognitivo cuja base é heterogênea e está na dependência de várias funções interatuantes, essa realidade é antes funcional que estrutural. Além disso, se a confabulação exhibe-se a partir de alteração em várias regiões

do cérebro, e não apenas nos lobos frontais, torna-se importante imaginar o que seu estudo poderia representar para as atuais teorias sobre o funcionamento córtico-cerebral.

Enfim, se Dalla Barba não parece recusar a hipótese de uma disfunção à la descrição do tipo frontal na explicação da confabulação, ele rejeita a idéia de que os processos de julgamento ou de regulação da atividade cognitiva estejam circunscritos aos lobos frontais (cf. 1993a, 1993b, 1994a, 1994b).

Se assim for, é preciso levar em conta uma outra hipótese que não esteja estrutural e anatomicamente comprometida com os lobos frontais, considerados os *loci* principais da organização e da regulação da conduta humana.

Para tanto, de posse de um conjunto de dados clínicos que estariam em desacordo com a hipótese frontal clássica e de uma definição de confabulação não muito diferente da de seus colegas ("a confabulação caracteriza-se por estruturas verbais incongruentes em relação à história de vida do paciente que, aliás, não tem a intenção de produzi-las", cf. 1993a), Dalla Barba vai buscar uma articulação teórica com a Psicologia Cognitiva, representada sobretudo pelos trabalhos de Marcia Johnson (1981, 1988a, 1988b, 1991) e do psicólogo canadense Endel Tulving (1983, 1985, 1989).

Como os de Tulving, a maioria dos trabalhos publicados no contexto patológico trabalha com a divisão da memória em dois grandes tipos: a **episódica** (ligada à recordação de incidentes) e a **semântica** (relacionada com a recordação de conhecimentos).

Na distinção entre memória **procedural**, **semântica** e **episódica**, Tulving (1985) argumenta que cada uma das três é caracterizada por um tipo de consciência: **anoético** (não conhecimento), **noético** (conhecimento) e **auto-noético** (auto-conhecimento). O primeiro caracteriza a memória procedural, o segundo a semântica, e o terceiro a episódica.

Ainda que Tulving considere que a experiência humana é um fenômeno que recobre todo o processo mnêmico, os diferentes tipos de consciência (para ele, a "essência" da memória, cf. 1989: "*Conscious awareness of past experiences is probably the essence of memory*") determinam domínios particulares de memória, mais ou menos independentes. Perguntar a alguma pessoa se ela está "lembrada" de um determinado evento, ou se ela "sabe" -de alguma forma- que ele ocorreu, segundo Tulving, nos daria comprovação empírica da relação entre memória e experiência consciente e da existência de alguns componentes que integram os diferentes processos de memória.

Ainda que não estejam certos quanto ao seu conteúdo, a idéia de representação tem auxiliado os psicólogos a postular a existência de uma "estrutura mental" geral e abstrata de onde buscam inferir comportamentos externos e "objetivos". Conforme o

estabelecido por Tulving (1972), memória semântica e memória episódica fazem parte da representação (cognitiva) do conhecimento em termos de memória de longo prazo, isto é, em termos de crenças e conhecimentos que o ser humano adquire durante o curso de sua vida.

A memória semântica designaria, em geral, os conhecimentos relativos ao sentido de itens lexicais, objetos, eventos e ao estado de coisas no mundo. Entretanto, segundo Tulving (op.cit.), os eventos próprios à experiência individual, localizados no tempo e no espaço, são estocados em outro tipo de registro, chamado memória episódica. Esta memória está na mesma base dos dados da memória semântica (ou seja, na memória de longo prazo), mas existiria independentemente do "sistema semântico". Em outras palavras, os conhecimentos estocados na memória de longo prazo não podem ser adquiridos a não ser pela experiência. Pode-se dizer, então, levando em conta as afirmações de Tulving, que a memória semântica "passa" pela memória episódica, mas as duas não se confundem. Assim, temos basicamente três tipos de memória, segundo Tulving: a memória procedural (não acessível), a memória semântica (que diz respeito ao uso da linguagem, ao conhecimento) e a memória episódica (que diz respeito às lembranças conscientes e aos episódios reais).

Para as explicações modularistas de Tulving, assim, as diferentes memórias correlacionam-se com diferentes formas de consciência. A presença da confabulação, segundo autores que seguem essa linha de argumentação (como Dalla Barba e Moscovitch), seria um índice da perturbação da relação entre os estados de consciência e a memória.

Afastando-se um pouco de seus pares, que permanecem na tradição da pesquisa clínica neuropsicológica, Dalla Barba tem incorporado as propostas de modelos de memória de Tulving e as descrições do processo perceptivo, base das explicações de Johnson para o que ela chama de "controle da realidade" (*reality monitoring*).

Antes de considerar as explicações propostas por Johnson, não podemos deixar de mencionar que seu objetivo, como, de resto, de todos os que trabalham com o tema da confabulação, está dirigido, de antemão, à compreensão de fenômenos bem determinados, reunidos em torno de algum modelo basicamente cognitivo. No caso dessa autora, o modelo que busca descrever, mediante bases perceptivas, vem a ser *reality monitoring*.

A pergunta que parece iluminar tanto o trabalho de Dalla Barba, de um lado, quanto o de Johnson e Moscovitch, de outro, é uma só: se as confabulações parecem estar ligadas de alguma maneira às alterações de memória, e se esta relação não é de

causalidade nem se funda numa topografia cerebral comum e irreduzível, como explicá-la?

Baseando-se nas reflexões de Tulving (1983, 1985), ainda que seja crítico em relação às fortes dicotomias que caracterizam o trabalho do canadense (tome-se, como exemplo, a distinção que este faz entre memória episódica e memória semântica), Dalla Barba afirma que a confabulação refere-se basicamente às lembranças de episódios pessoais mais ou menos específicos e ocorre mediante um certo tipo de *retrieval* (provocado), que envolveria memória semântica, memória episódica e *cued recall* (cf. 1990, 1993b, 1994).

Uma perturbação desse tipo apareceria num contexto de alteração dos processos que atuam no controle da realidade (*reality monitoring*). Segundo Dalla Barba (1993b), os processos de controle ou regulação não seriam responsáveis pela confabulação (isto é, não seriam a causa imediata), mas atuariam sobre ela. Para esse autor, uma falha nos processos de controle da realidade até poderia provocar a confabulação, mas seu “tipo” ou forma seria determinado pela presença ou pela ausência de um déficit semântico (ou déficit de conhecimento, que é como Tulving concebe a consciência, cf.1983).

Mas, afinal, o que seria exatamente *reality monitoring*, e qual a sua ligação com os estudos sobre a confabulação?

Segundo Johnson (1991), *reality monitoring* ou o “controle da realidade” (doravante, CR) é fundamentalmente uma função da memória, ancorada na percepção do mundo externo, que é constituída, por sua vez, da experiência e da história de vida dos indivíduos, lugar de onde derivam seus conhecimentos e crenças.

Em termos cognitivos, o CR é, além disso, a consequência da atividade coordenada de diversos processos que integram um sistema complexo de memória (e vale lembrar aqui que a autora tem proposto, ao longo dos últimos anos, um modelo chamado “Multiple Entry Memory System”, *MEM*, cf. 1983, 1989, 1991). Como o sistema que ela propõe é modularista, isso pressupõe, entre outras coisas, que uma alteração seja capaz de produzir diferentes tipos de problemas que seriam relacionados com cada sub-sistema afetado. Tomemos as palavras de Johnson (1991): “*Disrupted reality monitoring could result from decreases in the difference between phenomenal qualities of perceived and imagined events (disrupted experience or disrupted memory for experience), difficulty retrieving relevant supporting information, failures in reality monitoring processes, or reduced motivation to engage in reality monitoring*” (op.cit.p.183).

Apoiando-se em trabalhos empíricos nos quais a confabulação aparece associada a diversas síndromes (como as amnésias, a disfunção frontal, a confusão mental, etc.) ou ao envelhecimento normal, Johnson (op.cit.) estabelece três aspectos do CR (experiência, recuperação e julgamento: *experience, retrieval e judgement*) para identificar suas diferentes formas e etiologias.

Resumidamente, levando em conta as definições de confabulação disponíveis (a autora refere-se basicamente a Berlyne, a Mercer et al., a Stuss et al., entre outros autores ligados à pesquisa clínico-patológica), Johnson chega à conclusão de que a confabulação resulta ao mesmo tempo da qualidade (alterada) da **informação ativa** de lembranças e dos **processos de julgamento**, que deveriam ser capazes de diferenciar as memórias derivadas da percepção do mundo externo das memórias engendradas pelo pensamento, pela imaginação, pela fantasia.

De fato, para essa autora, a confabulação seria um problema de CR, porque este se apóia na qualidade da informação na memória; seria também um problema de “consciência”, porque os déficits de memória, superpostos aos déficits de CR, comportariam uma espécie de CR problemático.

Considerando que os quadros clínicos mencionados por Johnson para explicar o segundo tipo de confabulação (isto é, aquele com perturbação dos processos de julgamento e do CR) referem-se basicamente a pacientes com lesões nos lobos frontais que apresentam, segundo a descrição dos autores que os diagnosticaram, anosognosia de seus problemas e paramnésias reduplicativas, a autora conclui que as regiões cerebrais frontais têm uma íntima relação com os processos de CR.

Ainda que as explicações de Johnson possam ser criticadas sob diferentes aspectos (entre eles, o fato de que ela sequer leva em consideração dados que ilustrem as confabulações, isto é, dados linguísticos), seu modelo parece ter impulsionado uma velha questão das Ciências Cognitivas: se estamos de acordo que há normas e regras que orientam nossa percepção do mundo, e se são essas mesmas normas e regras que, uma vez “internalizadas”, estruturam nossa ação no mundo, num movimento dialético mutuamente constitutivo, alguma hipótese de organização geral deve haver.

A partir do exposto até aqui sobre a hipótese frontal, podemos resumir o que sabemos sobre a confabulação da seguinte maneira:

a. a confabulação está ligada à memória autobiográfica em função das propriedades desta última, que é, ao mesmo tempo, um **input da memória episódica** e uma **sustentação para a memória semântica** .

b. a confabulação está ligada a uma perturbação dos processos de CR, ainda que estes não sejam sua causa direta .

c. a confabulação tem a ver com uma disfunção geral dos processos de julgamento e de auto-regulação, com comprometimento dos lobos frontais ou não.

d. se a confabulação está ligada necessariamente a uma anosognosia do problema de memória, isso implica alguma alteração de consciência.

e. a confabulação, sendo produto de alteração do CR, é um objeto sem conteúdo a priori, isto é, toda perturbação de CR poderia provocar seu aparecimento.

f. a confabulação é um sintoma clínico.

g. a confabulação está relacionada, basicamente, com o controle e a recuperação da informação.

2.4.3. A Hipótese Cognitiva

Ainda que as explicações cognitivas - e assim estamos nomeando aquelas que se interessam sobretudo por processos normais e por modelos de memória - não deixem de aderir à hipótese frontal, parece-nos interessante examiná-las à parte. Essa solução justifica-se pelo fato de que tanto a realidade cortical dos processos cognitivos quanto a afirmação de que a confabulação é um sintoma clínico não são peças importantes do projeto que têm em mente, mais direcionado à construção de modelos de processamento da informação e da memória em contexto normal.

Autores como Delbecq-Derousné et al. (1990), Shacter & Tulving (1982), Shallice (1988) e, sobretudo, Burgess & Shallice (1994, no prelo), têm procurado estudar a confabulação na perspectiva dos processos normais de memória. Burgess & Shallice, aliás, chegam a propor seu próprio modelo de CR e de processamento de memória, a partir do estudo da confabulação em sujeitos idosos normais.

Que tipo de coisa provocaria a confabulação? Para essa abordagem, seria uma "fragilização" do contexto normal, isto é, uma perturbação do controle ou da regulação do sistema responsável pelo processamento da informação e da memória ativas. Em certos casos, por exemplo, a confabulação poderia derivar de um *retrieval* inapropriado da memória semântica (situação na qual o paciente imagina, por exemplo, que o Primeiro Ministro britânico Harold Wilson é um dos amigos do examinador, conforme a descrição do sujeito LE de Shallice et al., 1989).

Em outros casos, a confabulação colocaria em evidência um problema de discriminação e seleção do sistema de memorização e seu controle no decorrer do processamento da informação (cf. Shallice et al., op.cit.).

2.4.3.i. Modelos e Memórias⁵

Nos últimos vinte anos, cresceu o número de trabalhos dedicados à Neuropsicologia da memória. Na verdade, muitos fenômenos são estudados sob essa perspectiva e muitos métodos de pesquisa têm sido elaborados. Em geral, esses estudos são efetuados a partir de tarefas de aprendizagem (procedural) e de lembranças autobiográficas, da distinção entre as memórias semântica e episódica, da discussão de vários aspectos das amnésias (memória de curto e de longo prazo, etc.). A maioria das pesquisas, entretanto, ainda parte da consideração do contexto patológico, e apenas recentemente vem se preocupando com processos normais de memória.

Vejamos, em primeiro lugar, como os processos de memória podem ser explicados em termos neuropsicológicos; a seguir, examinemos os modelos de "processamento da informação" mais recentes, que teriam a ver com os estudos sobre a produção da confabulação, e aqueles que, na linha de estudo do "processamento cognitivo do discurso", poderiam dizer algo sobre o fenômeno se estivessem interessados no contexto patológico.

2.4.3.i.i. Abordagem neuropsicológica

Há muitas teorias neuropsicológicas de memória; quase todas relacionam memória e conhecimento e admitem que o estoque cognitivo pode preservar as aquisições sensório-motoras, a linguagem e o "conhecimento conceitual" no caso de alterações mnésicas. Não por outro motivo, é justamente a formação e o funcionamento do "estoque" mnêmico o que incrementa e justifica as inúmeras abordagens sobre os processos de memória (para uma discussão sobre essa questão em Neuropsicologia, vide Trillet & Laurent, 1988, ou Baddeley, 1993; em Psicologia Cognitiva, vide Burgess & Shallice, 1994, ou Kerenbosch, 1994).

Como uma espécie de "exageração" do que acontece no contexto normal, a confabulação, como sintoma clínico, seria antes um problema de recuperação ativa da informação (*retrieval*) do que de encodagem ou estocagem (cf. Moscovitch, 1989). Assim, a confabulação seria produzida basicamente mediante um aspecto da memória, a reconstrução de lembranças (*recall*), cujos traços característicos são a recuperação ativa

⁵ Algumas das questões abordadas aqui baseiam-se em estudo anterior de alguns dos textos mais recentes de Van Dijk (Morato, 1993).

das informações (*retrieval*), e de sua seleção relevante dirigida a situações e propósitos tão variados quanto específicos.

Para os efeitos de nosso estudo sobre a confabulação, lembremos apenas os pontos sobre os quais numerosos investigadores estão de acordo. Trata-se das três fases temporais da construção da atividade mnêmica (cf. Trillet & Laurent, op.cit.p.50): **aprendizagem**, **estocagem** (os fenômenos de consolidação e de esquecimento) e **lembrança** (evocação espontânea ou reconhecimento).

Signoret (1987:259) refere-se a essas três fases das atividades de memória em termos de **memorização**, **estocagem** e **rememorização**. A primeira diz respeito ao conjunto de processos que permitem a formação e a construção dos traços mnêmicos, sendo dois deles a **manutenção** (necessária para que as informações se mantenham por um certo tempo) e a **aquisição** (tanto sensorial quanto conceitual).

A segunda fase pressupõe os processos de **consolidação** (a partir do que os traços mnêmicos iniciais são transformados em duráveis, ou mesmo em permanentes) e de **reconstrução** (dado que os traços mnêmicos não são estáticos ou fixos, e levando em conta que os traços antigos podem ser novamente - e de outra maneira - memorizados).

A terceira fase, a rememorização, refere-se ao conjunto de processos que permitem a utilização dos traços mnêmicos. Dois processos lhe são peculiares, o de **recuperação** (através do que os antigos traços são ativados) e o de **seleção** (a partir do que os traços são escolhidos e selecionados em função das circunstâncias).

Os estudos sobre confabulação ainda no campo da Neuropsicologia permitem que alguns autores lancem mão de modelos próprios para dar conta - de uma só vez - do processamento de memória e do de informação (entre eles, os modelos de Moscovitch, de Johnson ou de Burgess & Shallice).

Para Moscovitch, haveria dois tipos ou componentes de recuperação da informação (*retrieval*): o que envolveria tarefas de **organização** e de **estratégia**, e o de **associação**. A estratégia e a organização são realizadas basicamente por mecanismos de auto-iniciativa e dirigidas ao objeto evocado. Para este autor, a confabulação seria um déficit no processo de recuperação que implica justamente mecanismos de estratégia recuperatória (*strategic retrieval*). Isso pode ser estudado especialmente mediante testes de memória autobiográfica, situação na qual sujeitos confabuladores mostram o reconhecimento preservado e a lembrança perturbada ou impossível. Assim, a confabulação, desse ponto de vista, parece ser mais um fenômeno ligado ao *retrieval* e menos ao *encoding* (encodagem) ou ao *storage* (estocagem). Esse é o gancho para autores como Burgess & Shallice considerarem a confabulação um expediente interessante para o desenvolvimento das teorias sobre o processo normal de recuperação

da informação (*retrieval*). Pelo que vemos, em suma, não haveria um componente comum a todos os confabuladores, mas sim esse seu déficit básico, primário, essencial: a ativação da lembrança autobiográfica e a recuperação seletiva da memória episódica.

2.4.3.i.i.i. A abordagem cognitiva e o controle da memória normal

Vejam um estudo que articula a pesquisa sobre a confabulação com a apresentação de um modelo de processamento normal da memória. Trata-se de um extenso artigo de Burgess & Shallice (1994), cujo título é "Confabulation and the Control of normal memory".

O trabalho de Burgess & Shallice é pioneiro no que se refere às tentativas de se estudar a produção de confabulação no contexto normal para, em seguida, postular seu funcionamento no contexto patológico.

Através da análise de fragmentos textuais de sujeitos idosos normais, os autores propõem o seu próprio modelo de processamento da informação e da memória, ancorado em um modelo cognitivo de recuperação da informação (*retrieval*). De acordo com esse modelo, a confabulação seria o resultado de uma alteração em alguns processos de controle, partes de um " Sistema Supervisor Geral ". Vejamos como procedem suas explicações sobre o modelo e a ocorrência da confabulação em contexto normal e patológico.

Para Burgess & Shallice, a confabulação é uma espécie de exageração do que ocorre com sujeitos normais. Segundo o modelo que controlaria a recuperação da informação apresentado por estes autores, a produção do *LT Storage* (isto é, da estocagem) depende do trabalho coordenado de suas sub-partes, o Sistema descritivo (*Descriptor*), o Sistema verificador (*Verifier*) e o Sistema mediador (*Mediator*). O primeiro diria respeito às demandas e à recuperação de lembranças; o segundo aos processos de verificação do desempenho do sujeito e o terceiro às tarefas que envolvem solução de problemas. Quando alguma contradição é detectada, por exemplo, o *Verifier* pode inibir a produção (o *output*) do *LT Storage* e iniciar certas operações de solução de problemas, através da ativação do *Mediator*.

O que aconteceria normalmente? Os processos de controle de lembrança checariam as memórias. O que aconteceria no contexto patológico? Como os sistemas reguladores ou controladores não o fazem, a lembrança toma a forma de uma memória patológica, de uma confabulação. Nas palavras dos autores: "*the Descriptor processes, the Verifier processes and the Mediator processes are considered part of the Supervisory system and therefore controlled anteriorly in the cortex. The disruption of*

these processes is considered responsible for confabulation" (op.cit.p.30). Ou seja, o confabulador teria dificuldades de checar as memórias candidatas e de selecionar aquela que seria a adequada, pertinente ou correta (rejeitando, naturalmente, as outras). Isso se daria em função de uma perturbação nos processos de verificação e/ou de mediação entre o sistema regulador (*LT Storage*) e outros sistemas.

Entretanto, não basta dizer que a confabulação, no contexto patológico, seria uma espécie de exageração do que ocorre no contexto normal. Com essa afirmação, Burgess & Shallice apenas colaboram com a descrição sintomatológica levada a cabo pela pesquisa clínica. Em outros termos, colaboram para uma concepção depreciativa do fenômeno, irreparavelmente patológico.

Para Burgess & Shallice, o episódio confabulatório surge como uma possibilidade dentre outras a ser conferida pelo "Sistema (cognitivo) Controlador". Entretanto, como aponta Dalla Barba (1994), o sujeito que confabula simplesmente não tem escolha; a confabulação não surge para ele como uma memória possível entre outras, e sim como única saída. Para este autor, é inadequada a correlação direta entre os procedimentos normais e os patológicos em função das contingências e das singularidades impostas pelo evento patológico.

Há alguns problemas que podemos apontar no interior da perspectiva de Burgess & Shallice. Para que ocorra, a lembrança normal e adequada precisa superar muitos problemas e situações que envolvem atividades de memória. A confabulação surgiria como uma desordem dos processos de recuperação da informação. Se levarmos em conta que a noção de lembrança é ainda bastante *flou* em Psicologia Cognitiva, a ativação dos processos de lembrança patológicos deve se dar num esquema de "tudo ou nada" para que a confabulação emergja e se configure enquanto tal. Não é à toa que a confabulação consiste, segundo os autores afinados com esse tipo de explicação, de um conjunto repleto de eventos incorretos e inadequados. Entretanto, esta é uma concepção não apenas parcial como injustificada, empiricamente.

Há outros problemas teórico-práticos que poderiam também ser apontados aqui. Para que a confabulação seja uma deterioração da recuperação da memória é preciso imaginar também que as lembranças sejam estruturas discretas não relacionadas entre si. Além disso, essa perspectiva precisa mostrar que os lapsos de memória são uma parte *standard* em meio aos processos mnêmicos de recuperação (já que a confabulação apareceria porque haveria muitas alterações nos processos mnêmicos de recuperação, causando ainda mais lapsos).

Um outro problema, comum ao trabalho de Burgess & Shallice e aos de Moscovitch (1989) e de Schacter (1989), que também levam em conta modelos de

processamento e recuperação de informação, é a concepção do que seria memória episódica. Para esses autores, não parece claro como um ato de lembrança pode gerar a idéia de passado ou a experiência subjetiva de (re)lembrar o passado.

De acordo com Tulving e seguidores, a recuperação de componentes da memória episódica (*episodic retrieval*) concerne ao "passado". Assim, dado que o passado está contido nos traços de memória episódica, para tornar-se conhecimento de um evento passado (a "auto-consciência", na expressão de Tulving) precisa ter acesso à consciência, isto é, ser controlado e verificado pelos sistemas de controle. No entanto, é preciso levar em conta que o passado nasce de elementos que existem no presente. Assim, quando ativada, a memória episódica, na verdade, convocaria as atuais (ou novas) percepções do evento ou do fato, e não apenas a sua lembrança. Em outras palavras, estamos levando em conta que passado é uma coisa; lembrança ou memória do passado já seria uma outra coisa. A experiência subjetiva de lembrar um fato ou um evento não parece derivar mais da "recuperação da informação" do vivido do que da maneira como a consciência "olha" ou concebe a informação.

A última crítica que poderia ser feita a essa abordagem é de cunho metodológico. É comum fazerem-se inferências sobre o contexto normal a partir do estudo do processo patológico, sobretudo se for levada em conta uma abordagem funcionalista da estrutura cerebral. Contudo, Burgess & Shallice pretendem mais do que isso ao postularem que do desempenho de sujeitos normais poderia ser derivada uma explicação da confabulação no contexto patológico. Isso é, no mínimo, surpreendente. O modelo de Burgess & Shallice fornece interessantes explicações para os mecanismos (mnêmicos) de recuperação da informação a partir do estudo da memória episódica; entretanto, ao utilizar a noção de confabulação para descrever o controle da memória normal, resvala numa questão metodológica complicada.

Quanto a este último ponto, ressaltamos que a posição dos autores sobre a topografia nosológica da confabulação tem sido contestada pelos próprios neuropsicólogos. Dalla Barba et al. (1990), Delbecq-Derousné et al. (1990) e Dalla Barba (1993a, 1993b) têm mostrado que nem a lesão frontal documentada e nem os testes frontais podem ser considerados condições necessárias e suficientes para a ocorrência da confabulação.

Há ainda uma outra versão para o processamento da informação e para a explicação da confabulação. Segundo Moscovitch (op.cit.), a confabulação poderia aparecer sob essas duas condições, e, às vezes, ao mesmo tempo. Um problema de *input* da memória episódica implicaria também um problema de memória semântica: o *output* (isto é, a produção da confabulação) refletiria a combinação de eventos e de percepções

bizarrras, ou ainda a perturbação temporal de eventos passados, misturados aos fatos imaginários assumidos como reais. Para ele, enfim, a confabulação é um déficit de alguns dos tipos de *retrieval* (ou seja, aquele que envolve a **estratégia** recuperatória, segundo seu modelo de memória, que prevê, ainda, o estoque e a seleção dos conteúdos mnêmicos).

Alguns problemas, contudo, colocam-se no interior da própria hipótese cognitiva. Se a confabulação toma a forma de um *retrieval* qualquer, que seria acessado simultaneamente a tantos outros, e não um produto inevitável imposto por algum agente patológico, ela poderia ser perfeitamente "descoberta" e rejeitada durante o processo de seleção e de controle consciente/voluntário das memórias. No entanto, como se observa nas descrições dos episódios confabulatórios em contexto patológico, isso não ocorre. A confabulação não assume a forma de uma "opção" de *retrieval*. Na verdade, ela parece ser mais uma maneira desajeitada do sujeito responder às dificuldades existentes.

Se, de acordo com Tulving (1985), "*conscious awareness of past experiences is probably the essence of memory*", não é difícil imaginar porque a confabulação - um objeto identificado com a pesquisa clínica, analisado basicamente em contextos patológicos - aparece na Psicologia Cognitiva como um tema capaz de instrumentalizar a proposição e a discussão de modelos de memória e de CR. O que é algo realmente surpreendente é a tentativa da Psicologia Cognitiva de reverter a ordem do estudo do funcionamento cognitivo, ao postular (como o fazem Burgess & Shallice) que a investigação da confabulação em pessoas normais pode tanto propiciar a proposição de modelos cognitivos como explicar o que ocorre nas patologias. Resta saber em que medida as explicações sobre os processos normais se aplicariam ao contexto patológico. Sendo essencialmente analógicos, os modelos nem sempre são capazes de prever determinadas variáveis; sendo o que são - modelos - não deveriam fingir ser a realidade

2.4.3.i.i.i.i **A abordagem sócio-cognitiva: Memória e Processamento da Informação**

Nos últimos anos, tem crescido o estudo das estratégias de que os indivíduos lançam mão para criar sistemas mentais apropriados nos quais se encaixam a informação e o conhecimento de mundo. Esse tipo de interesse tem caracterizado os trabalhos de Kintsch e Van Dijk na década de setenta e ilustra bem os recentes estudos do segundo na atualidade (1992a, 1992b).

Um dos textos reunidos em “Cognição, Discurso e Sociedade” (1992a) parece emblemático: “Models in Memory” (1988). O objetivo central de Van Dijk tem sido a expansão de uma semântica do discurso cuja representação cognitiva (isto é, mental) é categorizada sob a forma de esquemas ou *frames* gerais estruturados em vários sub-esquemas.

Entre as estruturas linguísticas e os processos cognitivos há a “interação social” e a “comunicação”, nos diz Van Dijk, e nesta afirmação baseia sua concepção de discurso. A noção de modelo contextual (ou de situação) serve aos seus propósitos de indicar a maneira pela qual as representações textuais (doravante, RTs) permitem a categorização do mundo e criam novos modelos de situação, atuando na compreensão e no processamento da informação. Os modelos dizem respeito a dois tipos de conhecimento (procedural e declarativo) que estariam relacionados, por sua vez, a dois tipos de memória (episódica e semântica). Apesar desta distinção entre memória episódica e semântica, Van Dijk deixa claro que elas atuariam conjuntamente mediante a RT (responsável pela construção de macro-estruturas que, por meio de macro-regras, criam os modelos contextuais).

A noção de **modelo**, assim, é importante para indicar a forma pela qual as RTs permitem a categorização do mundo e criam novos modelos de situação, específicos (isto é, da memória episódica) e generalizados (isto é, da memória semântica ou “social”): os *frames*, os planos e *scripts*. Estes, por sua vez, atuam na compreensão e no processamento da informação. A noção de *frame*, vale dizer, inscreve-se nas propostas do autor para a análise do processamento do discurso (relacionado basicamente com a representação mental do conhecimento de mundo e com os modelos estratégicos de modelagem, armazenamento e ativação seletiva da memória). Esta noção, bem como a de *script*, aparece vinculada ao conceito de “cognição social”⁶, a partir do qual o efeito social de sistemas de crença e atitudes, entre outros, elabora um sistema de estratégia mental e de estrutura mental partilhados pelos integrantes de uma determinada comunidade. Os *frames* diriam respeito aos modelos generalizados socialmente, relacionados com a memória semântica; os modelos de situação, por sua vez, já diriam respeito às experiências concretas e individuais dos indivíduos, relacionando-se, assim,

⁶ Segundo Van Dijk (in “Discourse and Cognition in Society, 1992), a relação entre discurso e sociedade não é direta, mas mediada pela “cognição social”, isto é, “sistemas de estratégia mental e de estrutura mental partilhados por um grupo de membros, em particular aqueles envolvidos na compreensão, produção ou representação dos objetos sociais” (p.12). Desta concepção deriva, em termos metodológicos, a idéia de que modelos contextuais modelam o discurso. Sua idéia de representação, assim, pode ser compreendida a partir dessa noção de cognição.

com a memória episódica. Estratégias, para Van Dijk, são modelos, conhecimentos, atitudes, ideologias que compõem uma teoria geral de interpretação (ainda que aqui ele não leve em conta as diferenças linguístico-semiológicas das várias teorias interpretativas, como a psicanalítica, a filosófica, a linguística, etc.).

De qualquer maneira, tanto o seu texto “A caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso”(1983), escrito em parceria com Walter Kintsch, quanto o “Models in Memory” (1988) têm o mérito de procurar alguma resposta para uma questão tão antiga quanto capital para aqueles que se interessam pelas relações entre linguagem e cognição: O conhecimento do mundo é estruturado linguisticamente? Se a resposta for negativa, em que termos avaliar, então, o papel e a responsabilidade da linguagem no trabalho de "deciframento do mundo" que ultrapassa a relação de instrumentalidade (exterioridade, na acepção de Dascal, 1983) entre linguagem e cognição?

Mesmo observando que a resposta de Van Dijk para essa questão é negativa (já que ele não poupa críticas à relação formal e direta entre estrutura do conhecimento e estrutura linguística), a construção de modelos, ainda que incompleta - como reconhece o próprio autor - tenta superar de alguma forma as dificuldades metodológicas da pesquisa sócio-cognitiva no tratamento de problemas como esses. Parece-nos que, se o conhecimento de mundo é assimilado por modelos contextuais (ou de situação) mediante as RTs e através de macro-estruturas, como se depreende do estado atual da teoria do modelo de Van Dijk na atualidade, restaria aos que se interessam pelo funcionamento dos processos cognitivos (entre estes, a memória) a partir da perspectiva sócio-cognitiva, uma abordagem do tipo “semiológica” (geral) para descrevê-los. Mas qual seria, afinal, o papel da linguagem e do linguístico nesse tipo de abordagem?

O empreendimento teórico de Van Dijk, por um lado, não cai no risco de reduzir todo conhecimento à linguagem; por outro, carece de uma concepção mais definida e elaborada de cognição que possa levar em conta, além de seu estatuto “simbólico”, a realidade estrutural e linguística dos processos cognitivos que busca descrever. Dito de outra forma, se o autor considera que a linguagem está de alguma forma envolvida na constituição das representações mentais, falta estabelecer a qualidade dessa interação; se considera que a cognição tem um estatuto social, é preciso fornecer mais elementos sobre este e postular os termos em que surge como constitutivo das condutas simbólicas humanas. Entretanto, as explicações de Van Dijk esbarram ainda em muitas questões epistemológicas de base; não por outro motivo ele se pergunta, em um dado momento de seu texto: “*Quais das categorias supostas do modelo são universais cognitivos e quais são culturalmente variáveis?*” (1992:177).

Em suas primeiras tentativas de superar esse dilema, típico de posições ontológicas dualistas (Kintsch & Van Dijk, 1978) que acabam por limitar as explicações sobre o processamento cognitivo do discurso, a unidade de base utilizada para dar conta da presença da linguagem na cognição é a de **uso**. Assim, num primeiro momento, era simplesmente assumido “que os usuários da língua constroem uma representação mental do texto na memória episódica”.

Das idéias iniciais sobre o processamento cognitivo do discurso às atuais, Van Dijk reformulou alguns elementos de seu construto teórico inicial. A introdução e a cristalização da noção de modelo (mental), comum à Psicologia Cognitiva e ao campo da Inteligência Artificial, tem procurado estreitar um pouco mais os processos de memória e os de linguagem em torno de um arcabouço explicativo textual/mental que ainda recorre à noção de uso: “*Assume-se que, adicionalmente à representação mental do texto, os usuários da língua constroem um modelo da situação (memória episódica) sobre o qual o discurso versa*” (1992:160).

A recorrência à alguma idéia de uso qualifica, num segundo momento, o trabalho de Van Dijk em termos de um cognitivismo do tipo fraco (em oposição a um cognitivismo forte, inatista). A relação entre linguagem e memória é de construtividade, ou seja, garante uma ação construtiva da linguagem frente ao mundo mental e ao social, entre os processos de compreensão e os de produção do discurso, pela via de um conhecimento **categorizado** (isto é, não constitutivo) do real. O uso da linguagem é o instrumento de acesso a esse real e a possibilidade de, em termos psico-pragmáticos (isto é, cognitivos), representá-lo. A noção construtivista de uso, assim, vincula-se à de modelos de situação com o objetivo de dar conta da descrição da atividade de compreensão e de processamento do discurso.

Como as representações textuais são forjadas por diferentes usuários, e como “detonam” (na expressão de Van Dijk, 1992:164) seus modelos de situação? Se as representações textuais servem apenas para “criar” o modelo (qualquer um, embora o autor atenha-se apenas ao comunicativo), qual seria o estatuto dos vários elementos que estão em jogo na produção e na interpretação da informação? O texto, o usuário, a cognição social? Não há nada claro sobre essas questões.

Contudo, como a informação estocada em modelos tem uma natureza cognitiva (cf.op.cit.p.166), parece-nos que a noção de conhecimento empregada por Van Dijk, ajusta-se em muito com a idéia chomskyana de categorização (1968). Explicamos melhor: na dicotomia competência/desempenho, a noção de uso é a unidade de base, o reconhecimento de categorias linguísticas e perceptivas fixadas pela experiência. Isso nos parece diferente da idéia de “conhecimento” que aparece nas teorias pragmáticas,

em que conhecimento é, na verdade, “reconhecimento mediado”. Não sendo, portanto, prévio a qualquer noção de uso, o conhecimento é - necessariamente - construído nas diversas instâncias das experiências significativas humanas, sempre mediado (representado) simbolicamente: linguagem e cognição são formas de conhecimento.

A idéia de conhecimento, no texto de Van Dijk em questão (1988/1992), prevê uma acessibilidade entre objetos sociais e cognitivos que só ganha sentido mediante uma noção de uso, e não de atividade, desde que o conhecimento se dá fora das experiências significativas dos sujeitos, se dá na “categorização” (representação mental) do real. A descrição da categorização tem um papel fundamental na explicação das estruturas de modelos cognitivos, como os de memória.

A noção de uso utilizada por Van Dijk postula que as memórias poderiam estar já armazenadas no cérebro à espera de que sua ativação (ou representação) testemunhe suas unidades e estruturas. Lembramos que, para o autor, haveria um certo paralelismo estrutural entre as formulações verbais e os processos cognitivos: *“Em outras palavras, as estruturas cognitivas básicas que usamos na percepção e memorização de eventos e situações deverão conservar também sua relevância na “formulação” verbal desse conhecimento: os modelos explicam por que a semântica funcional tem as unidades ou estruturas que postula”* (op.cit.p. 167).

A relação do modelo textual com os processos de memória se dá a partir do que esta representa para o arcabouço teórico do autor: a forma de armazenamento e utilização prática da informação. Parece-nos que a noção de modelo de situação surge na reflexão de Van Dijk como um correlato cognitivo do mundo social: *“Compreender o discurso está intimamente relacionado com compreender o mundo”*(op.cit.p.175). Ainda que o “processo de utilização da informação prática” não possa totalizar o fenômeno da compreensão, o fato é que, assim como a noção de discurso ou a de cognição, ele parece estar colado a uma idéia de modelo bastante fechada, em termos cognitivos, e algo determinista, em termos sociais.

No entanto, o próprio autor parece questionar a visada normativa e ordenada em relação ao processamento do discurso admitida em sua teoria. Em um dado momento de seu texto o autor parece perguntar, sinceramente atônito: *“As pessoas podem conhecer aquilo que não é categoricamente pré-programado pelas categorias de um esquema-modelo?”* (op.cit.p.177).

Sem dúvida, a idéia de modelo auxilia em muito a compreensão da existência de diversas memórias. Ainda que explicitamente as questões de Van Dijk digam respeito à memória episódica (talvez porque ele esteja interessado, no texto em questão, em estudar contextos comunicativos), a noção de modelo poderia ser expandida para

outras formas de organização do conhecimento humano. Isso não quer dizer, naturalmente, que se torna imprescindível a ampliação de uma (já vasta) tipologia de memórias; antes, significa que devemos procurar sua interação com outras formas de organização e atuação no mundo.

O que também vale a pena ressaltar para os interesses de nosso estudo sobre a confabulação é a forma pela qual Van Dijk entende a constituição dos modelos: estes seriam parte da memória episódica, que para o autor refere-se basicamente à recordação pessoal de incidentes ou eventos, e parte da memória semântica (também dita social), que para o autor diria respeito ao conhecimento metalinguístico do mundo (através do qual compartilhamos conhecimentos não vividos efetivamente). Contudo, Van Dijk afirma que pouco se sabe ainda sobre a organização da memória episódica e sobre a sua relação com os modelos de situação. Sendo assim, tudo o que se pode fazer por enquanto é tecer suposições sobre a natureza de sua organização.

A tese que orienta o quadro explicativo do processamento discursivo (mental e verbal) fornecido pelo autor, vale notar, não é linguística. São modelos "contextuais" que modelariam o discurso, através de "estratégias" descritas de maneira informal, intuitiva e circunstancial (baseadas em exemplos pessoais e da cultura em geral). Em suma, são as representações mentais do texto (ou representações textuais) e os modelos de situação os responsáveis pelo processamento do discurso. Os últimos teriam a capacidade de explicar, segundo o autor, como adquirimos as primeiras.

A escolha por Van Dijk da noção de memória episódica (entre tantas outras memórias humanas) se dá porque sua definição e o lugar que ocupa na teoria de modelos é capaz de dar conta, descritivamente, da construção e da operacionalização das representações de situação no processamento do discurso. Ao contrário do que ocorre com os trabalhos de Moscovitch, de Dalla Barba, de Johnson ou de Burgess & Shallice, todos inspirados de uma forma ou de outra nos estudos de Tulving, não é propriamente memória o tema que chama a atenção de Van Dijk, mais preocupado com as relações entre discurso e sociedade, mediadas pela noção de cognição social.

Para Van Dijk, a memória episódica difere da semântica na medida em que à primeira caberia a informação derivada da representação textual (macro e micro-estruturas) e à segunda, derivada de um conhecimento "prototípico", ainda que do tipo declarativo e derivado da cognição social (*scripts* e *frames*), caberia a organização e a aplicação do conhecimento na compreensão e na produção do discurso. A memória semântica, dita "social" (porque coletiva, isto é, permite a partilha de modelos de situações ou eventos entre os membros da sociedade), atua mediante a episódica (pessoal) na construção de modelos novos e na atualização dos antigos.

Como dissemos anteriormente, a diferença entre a memória episódica e a semântica não deixa de parecer um tanto arbitrária, tanto em termos da realidade das situações discursivas em meio às quais aparecem quanto em termos do próprio trabalho mnêmico. Mas, por que justamente as memórias episódicas desempenham um papel central no processamento do discurso (para Van Dijk) e no aparecimento das confabulações (para os pesquisadores que identificamos com as “novas teorias”)?

O fato de os modelos terem uma forma de representação analógica/espacial (à maneira preconizada por Johnson-Laird, 1983, por exemplo) é um indicativo de que atuam numa instância (lógico-perceptiva) cognitiva anterior às experiências dos sujeitos. Isso nos leva a considerar a existência de uma hierarquia na explicação da interação entre os fluxos de informação cognitivo-linguística e os modelos episódicos e os *scripts* ou *frames* da memória social. Segundo Van Dijk (op.cit.p.170), um sistema de “Controle Global” controlaria esses fluxos e interações. Ora, poderíamos perguntar, de onde se controla a cognição? Segundo o que podemos depreender dos textos de Van Dijk, esta resposta prevê, de maneira privilegiada em termos epistemológicos, um componente explicativo da ordem do cognitivo.

Poderíamos resumir os postulados da hipótese cognitiva da seguinte maneira:

a. a memória autobiográfica e a memória episódica parecem ser o lugar teórico privilegiado para o estudo da confabulação, desde que esta se revela um problema ao mesmo tempo de representação do conhecimento e de recuperação de informação.

b. a confabulação, antes de ser um sintoma clínico, é uma espécie de “exageração” do que ocorre em contextos normais; ela recobre, pois, processos comuns ao contexto normal e ao patológico.

c. a confabulação é a consequência de uma perturbação de alguns dos processos de CR, quais sejam, os concernentes à manipulação da memória episódica e dos processos de julgamento da realidade.

2.5. Limites e Fronteiras da concepção (neuro)psicológica de confabulação

Se é importante a plausibilidade teórico-metodológica dos modelos para que possamos nos acercar do funcionamento dos processos cognitivos - e alguma idéia de sistema, de organização ou de formulação é sempre necessária na verificação do fato de que nossa percepção e atuação no mundo não é de maneira alguma *ad hoc*, circunstancial e caótica (ou ilimitada) - parece, contudo, faltar às noções de representação e de conhecimento um elo capaz de qualificar a relação entre ambas. Este

elo, necessariamente, tem uma dimensão interpretativa. Passa explícita ou implicitamente pelos processos de significação e tudo o que lhe é peculiar: a linguagem, as referências ântropo-culturais, o saber pragmático, as interações humanas.

Esse tipo de reflexão já podemos encontrá-lo nos trabalhos de Vygotsky e, de alguma maneira, já encontrava acolhimento nos estudos neuropsicológicos de Luria. Entretanto, uma abordagem neurolinguística discursivamente orientada pode dar força argumentativa e evidência empírica a ela.

Para Vygotsky (1932/1987), bem como para Luria (1976), a lembrança seletiva de algo caracteriza a memória como um processo cognitivo no qual intervém a linguagem e o "pensamento discursivo" (cf. Vygotsky, 1934). Há, assim, uma base significativa na construção e organização das atividades mnêmicas. Em seus estudos de cunho psicolinguístico, Vygotsky (op.cit.) afirmava que "pensar é lembrar" para a criança pequena; para o adolescente e para o adulto, "lembrar é fundamentalmente pensar". Por sua vez, Luria procura atribuir às afirmações de Vygotsky uma realidade cerebral. Assim, ainda que Vygotsky nada tenha dito sobre a configuração córtico-cerebral dos processos cognitivos, Luria afirma basear-se em seus postulados a fim de estabelecer a dependência do funcionamento da memória em relação às regiões do cérebro igualmente importantes para a linguagem (cf. 1976).

Se levarmos em conta a epistemologia sócio-construtivista (ou interacionista) básica de Vygotsky, poderemos considerar que o estudo da cognição humana requer atenção para a dialética entre a atividade cerebral e seu exterior discursivo, entre o sujeito e a realidade sócio-cultural, entre linguagem e outros processos cognitivos.

Os protocolos de investigação da memória e da confabulação, entretanto, parecem ater-se apenas ao que poderíamos chamar de (um tipo de) **metamemória**, ou seja, a avaliação das capacidades de memória relacionadas a si mesmas: conteúdos de aprendizagem isolados de seu contexto e da experiência significativa do sujeito.

Pode ser que a metamemória seja mais ou menos precisa em sujeitos normais, e pode ser que ela permita que estes respondam rapidamente se sabem/conhecem ou não uma informação qualquer, e se esta é plausível ou não. É possível que em sujeitos com patologia cerebral esta metamemória esteja perturbada, notadamente nos casos de lesões frontais ou talâmicas. Também é possível que a auto-avaliação da metamemória evidencie a utilização problemática dos processos mnêmicos. Entretanto, a metamemória explicaria a existência e a incidência de confabulações? Dito de outra forma, desde que se trata de metamemória, aquilo que é investigado pelos protocolos de confabulação, não poderíamos imaginar que é basicamente este o tipo de memória levado em conta nos episódios confabulatórios descritos pela Neuropsicologia?

Essa questão nos remete a duas outras. A primeira diz respeito aos estudos de memória a partir da descrição das confabulações, e a segunda, às consequências teóricas deles decorrentes.

É preciso considerar que as pesquisas neuropsicológicas estariam em franco desacordo com esse nosso comentário: ao elencarem itens de memória, julgam estar recobrando praticamente todas as atividades mnêmicas, o que é um equívoco. Na verdade, estão mais concentradas no estudo de certas capacidades de memória que, por serem auto-referenciais, auto-avaliativas e descontextualizadas, podem receber a etiqueta de "metamemória" (não são, afinal, um fenômeno mnêmico *tout court*, não totalizam todas as funções da memória e nem os níveis de reflexão que os sujeitos têm acerca dela).

Ao isolar-se a linguagem, pressupõe-se uma relação direta entre a memória e a coisalidade. Ora, há muito deixou-se de considerar a memória apenas expressão de fenômenos biológicos cerebrais ou o processo de estampagem direta de traços da experiência na consciência.

Em suma, poderíamos dizer que praticamente tudo o que se investiga nos testes ou protocolos de confabulação é memória e, ainda assim, apenas um dos diversos tipos ou atividades de e com a memória, isto é, a metamemória, ou o trabalho metacognitivo da memória.

Um outro aspecto a limitar as reflexões que se produzem na perspectiva (neuro)psicológica diz respeito ao tratamento conceitual que recebem as próprias categorias empregadas e às concepções não raras vezes simplistas dos temas com os quais trabalham.

O estudo da memória humana e dos processos de recuperação e esquecimento de fatos ou eventos remonta às discussões filosóficas da antiguidade e varia de acordo com as idiossincrasias do verdadeiro mosaico de inteligibilidades que caracterizam este nosso século.

As abordagens observadas em Neuropsicologia e em Psicologia Cognitiva, em sua grande maioria, estão centradas no estudo da memória como propriedade psicológica (cognitiva) dos indivíduos. No melhor dos casos, estendem suas explicações para a consideração da influência do "contexto" no processo de lembrança ou de recuperação de uma dada informação. Os fatores sócio-culturais, e mesmo os que são propriedades do inconsciente, encontram-se invariavelmente contidos no "contexto". No limite, as investigações tendem apenas a dar conta da "capacidade" individual manifesta da tarefa de recordação ou de lembrança que estaria perturbada em certas patologias cerebrais.

Já observamos as limitações do empreendimento cognitivista no tocante ao estudo das condutas simbólicas humanas; resta-nos apontar as simplificações decorrentes da redução do aspecto sócio-cultural ao meramente situacional, circunscrito, contextual. Ora, a memória volitiva e individual da Psicologia dificilmente poderia explicar os processos pelos quais o sujeito seleciona como relevante ou apaga com o esquecimento (ou "repressão", nos termos das teorias psicanalíticas) tanto o passado quanto a memória do passado; ou os processos implicados tanto na institucionalização do esquecimento quanto nas formas culturais da memória discursiva. A julgar pelos trabalhos analisados neste capítulo, essas questões não têm qualquer efeito evidente sobre as atividades de lembrança, em geral, e sobre a recuperação de informações, de uma forma mais específica.

Em resumo, ou os estudos sobre a cognição individual colocam-se num marco epistemológico mais amplo ou as conclusões que apresentam em relação a determinados estados patológicos não são muitos mais que apenas parciais ou descritivas.

As confabulações, "normais" ou patológicas, ressaltam bem o dilema das perspectivas cognitivas cujo fundamento normativo reforça as versões cristalizadas ou aceitas como verdades do passado. O empreendimento da Neuropsicologia e da Psicologia Cognitiva parece ser basicamente saneador, tal como o da Psiquiatria ao longo de sua história. O desejo de controlar a informação, bem como a defesa da legitimação de **uma** (e apenas uma) maneira de relatar o passado ou de referir-se ao presente fundam-se na visão positiva e idealizada das interações humanas. Ora, não precisaríamos de um estudo sobre confabulação para imaginar que a "verdade" (do passado, ou outra) é sempre - ao menos potencialmente - questionável. No fundo, nossas versões são aceitáveis na medida em que acabam se impondo sobre outras, reais ou imaginadas (não podemos deixar de lembrar, aqui, à guisa de exemplo, as múltiplas e controversas versões a que o povo brasileiro foi submetido no episódio da morte de Tancredo Neves, em 1985).

No contexto das interações verbais, aquele que confabula procede cognitivamente como qualquer um que não confabula: sabe que tem uma "memória" e é (pelo menos parcialmente) consciente de suas propriedades; encontra-se em muitas dificuldades que poderiam ser consideradas mnêmicas; percebe que não é capaz de lembrar-se de algo e de que tem a informação na "ponta da língua"; procura alguma coincidência enunciativa entre suas próprias versões do fato e o que diz seu interlocutor, etc. Uma explicação em termos de *input* e *output* não parece dar conta dos vários movimentos de sentido em torno de (vários) objetos mnêmicos.

Finalmente, é interessante observar que, nas três hipóteses, os **tópicos autobiográficos** surgem sempre como um lugar ideal para a ocorrência e para a descrição das confabulações. A hipótese cognitiva justifica tal escolha afirmando que a memória autobiográfica caracteriza-se e é responsável pela construção e pelo processamento de lembranças e informações ativas (cf. Moscovitch, 1989). Para Snowden et al. (1994), os tópicos autobiográficos são responsáveis pela "preservação do vocabulário" e da memória pessoal, podendo até exercer uma ação terapêutica e preventiva, se acionados clinicamente, por exemplo, nos casos de demências.

Ora, o que está em jogo aqui, a não ser a idéia de que a memória é a tarefa individual de expressão de eventos arquivados e acessíveis? A memória autobiográfica, longe de dar conteúdo e argumento às análises neuropsicológicas da confabulação, apenas integra sua metodologia sob a forma de "melhor expressão" da memória episódica.

Se as lembranças são também um exercício de subjetividade e de consciência, cujos ecos ressoam em nosso discurso, a integração da noção de "conhecimento semântico" de que fala Dalla Barba (1993b) às questões da memória torna-se uma pista para identificar os impasses e os novos caminhos para a explicação da confabulação como um fenômeno que diz respeito à **significação**. Sendo assim, os novos caminhos não podem se afastar muito da consideração dos processos linguísticos e da reflexão sobre a construção e a organização do sentido.

Por um lado, teríamos a considerar que os fenômenos estudados no interior de interações verbais, como a confabulação, dificilmente poderiam ser explicados apenas em termos neuropsicológicos; por outro, a explicação de seus aspectos cognitivos não podem ser deduzidos simplesmente da análise de sua face linguística.

Concluindo, diríamos que o enfoque cognitivo-individual equipara método e teoria, dando lugar a uma explicação arbitrariamente limitada e saneadora (vide as explicações em termos de *input* e *output* que, segundo Middleton & Edwards, 1992:58, têm lugar no "tempo e no espaço que separa as orelhas"). O que isso quer dizer? Em termos teóricos, que um estudo assim concebido limita-se ao processamento da informação: o método se converte em teoria, já que se rastreiam etapas de processamento pelas quais atravessa o *input* até chegar ao *output*.

Em suma, podemos estar de acordo com a abordagem (neuro)psicológica quando ela nos diz que a memória é um processo, e não um objeto da cognição. Isso é importante para distinguirmos, por exemplo, quando o sujeito está lembrando, e não inventando um provérbio, recriando-o, e não criando. Esse enfoque implica que não podemos tomar nossa experiência (ou de outrem) "vívida" como **fonte** ou **base** em

nenhum sentido. Afinal, como se dá a lembrança, se não for em termos de uma consulta que se faz a alguma espécie de cópia, imagem, traço ou representação daquilo que se lembra? O que é lembrado e o que é esquecido? Por quê?

Fora dos processos de significação, é difícil responder a questões como essas, apenas negligenciadas taticamente pela pesquisa cognitiva. Tal como acontece com outros processos cognitivos (como o pensamento), o que é considerado "interno" à memória necessita de critérios (considerados) "externos" para se explicar.

A maneira pela qual o empreendimento cognitivista concebe a lembrança ou a recordação - como a "recuperação" de uma representação mental - provém certamente de uma filosofia dualista de certo modo defasada, ainda que ideologicamente prestigiada. A idéia de uma subjetividade interna e privada, ou de uma representação confinada às estruturas cerebrais independente do mundo social nos leva a considerar que as relações entre o interno e externo ainda não foram formuladas adequadamente. Como consequência dessa afirmação, a atual concepção de memória assumida pela pesquisa clínico-cognitiva parece uma noção totalmente objetiva, ainda que, no fundo, seja uma das mais nebulosas versões do subjetivismo.

Talvez a memória tenha, assim como outros processos cognitivos, uma dupla face. Uma que teria a ver com eventos ou lembranças de eventos; outra que teria a ver com uma espécie de "fabricação" desses mesmos eventos, sempre no domínio da interpretação. O estatuto de "normalidade", que não se dá *in absentia*, isto é, não existe em estado puro, teria a ver, por sua vez, com a relação de uma e outra face.

3. A CONFABULAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA

3.1. Considerações iniciais:

Se levarmos em conta o fato de que somos todos um pouco (con)fabuladores, uns mais do que os outros, em tantas situações discursivas quanto for possível imaginar as situações humanas para impressionar, seduzir, conchavar, mentir, cavaquear, imaginar, iludir, pressupor, inventar, inferir, polemizar, etc., poderíamos afirmar que aquele que (con)fabula apresenta traços páticos (delírio, catalepsia, afasia, amnésia, demência) e não outros (éticos, discursivos, psicológicos, etc.)?

Parece-nos que toda discussão teórica que envolva de alguma maneira questões de diagnóstico ou de parâmetros de normalidade deveria levar em conta que tanto o objeto (a confabulação, no caso), como o sujeito (aquele que confabula) não podem adquirir seus estatutos a não ser dentro de um domínio de interpretação (sociológica, médica, linguística, etc.), não se tratando, pois, de qualquer coisa estabelecida a priori.

Para os efeitos do estudo linguístico da confabulação no contexto patológico (quer dizer, aquele que leva em conta a articulação de dois aparelhos teóricos, a Linguística e a Neuropsicologia), os dois elementos apontados acima - sujeito e objeto - devem estar estreitamente ligados. Assim, o estudo das condições linguísticas e pragmáticas de produção da confabulação não pode se eximir de considerar nem a natureza interdiscursiva das interações humanas nem os processos cognitivos que (também) as mobilizam.

Nosso objetivo geral neste capítulo - através da discussão da própria noção de confabulação - é, basicamente, verificar a qualidade da articulação teórica entre a Linguística e a Neuropsicologia, e postular sua pertinência para os estudos que se interessam pelas relações entre discurso e cognição. Já o questionamento, a partir das teorias enunciativas e pragmáticas, dos termos teórico-metodológicos que se projetam no campo da pesquisa clínica, seria um objetivo mais específico.

Levando em conta que a confabulação faz parte das questões que dizem respeito tanto ao processo de construção do sentido quanto às configurações textuais próprias à interlocução e à análise das interações, cabe-nos precisar o território da Linguística mais adequado para estudá-la.

Para prosseguirmos nosso objetivo de caracterizar a confabulação como um fato textual e como um tipo de construção enunciativa, alguns movimentos teóricos devem ser feitos. O primeiro seria definir a confabulação em termos linguísticos; o segundo, verificar as formas e condições de sua produção; o terceiro seria qualificar seu estatuto linguístico

tendo em vista as descrições e análises elaboradas pela Neuropsicologia e os problemas que se colocam a partir daí.

3.2. Fábulas, fabulações, confabulações

Os termos *fabulação* e *confabulação* prestam-se a muitas e diferentes interpretações e entendimentos, quer as situemos no contexto da pesquisa clínica ou das práticas linguísticas cotidianas.

A primeira ressalva a fazer, se quisermos "limpar" a confusão conceitual que se criou em torno da *confabulação* em Neuropsicologia, diz respeito ao próprio uso do termo. A melhor maneira de tentarmos compreender um pouco melhor o espírito das pesquisas clínicas é tecer, ainda que brevemente, algumas considerações de ordem etimológica, a fim de sabermos quais designações são tidas como válidas para os efeitos da pesquisa neuropsicológica.

Ao depararmo-nos com o termo (do latim *confabulare*), o que primeiro se evoca é a idéia de *fábula* (isto é, de narrativa); em seguida, a imagem de uma ação compartilhada (isto é, de diálogo). Assim, ainda que não explicitamente, a introdução do termo *confabulação* na constelação sintomatológica de patologias cerebrais parece dar-se em função de uma determinada apropriação do discurso cotidiano, ligado, por sua vez, a certas propriedades de um gênero literário (*fantasia, ficção, ilusão*).

O sentido original de *fábula* (objeto de conversa ou de narrativa, cf. Koehler, 1944), entretanto, não é levado em conta pela pesquisa clínica, mas tão somente a idéia de uma narrativa fantasiosa, auto-ilusional, sem propósito ou fundamento.

Em termos das práticas linguísticas cotidianas, o ato de *confabular* (em português, bem entendido) é reconhecido como sinônimo de *cavaquear*, de *conversar familiarmente por passa-tempo*, de *trocar idéias* (cf. "Dicionário Completo da Língua Portuguesa", de Aurélio Buarque de Hollanda). *Confabular* significaria, ao mesmo tempo, *engajar-se numa conversação cujos temas são, geralmente, suspeitos, escusos, polêmicos, conspiradores ou, de alguma forma, não explicitados*. *Confabulação*, assim, não diria respeito exatamente ao conteúdo, como na descrição neuropsicológica, mas à forma como esse texto é produzido e aos propósitos discursivos que veicula ou estabelece.

É comum encontrarmos nos meios de comunicação, por exemplo, comentários de jornalistas a respeito de que ministros de Estado "*confabulam*" com partidos políticos a fim de aprovar determinado projeto do Governo, ou que professores da rede pública "*confabulam*" entre si para chegarem a um acordo sobre uma ação pedagógica qualquer, ou

que certas pessoas "confabulam" num círculo social, querendo dizer que "falam por falar" (isto é, sem propósito) ou conspiram contra outras, etc.

O que nos parece interessante observar é que, longe de ser apenas uma simples conversação ou uma interação verbal sem grandes consequências ou responsabilidades discursivas, a confabulação, enquanto fato textual, parece estar sujeita a determinadas características. Na verdade, parece estar inscrita em instâncias enunciativas mais ou menos identificáveis (ainda que variadas) e qualificar certos tipos de interação. De qualquer maneira, parece estar sempre além da comunicação, o que nos faz pensar nos processos de significação não transparentes e não auto-definidos que a constituem.

No discurso cotidiano, a confabulação pode ser compreendida como uma configuração textual cujas características são forjadas pela qualidade das interações em meio às quais emerge e pelo tipo de engajamento dos interlocutores às propostas discursivas. Sendo assim, enquanto fato textual, pode tanto assemelhar-se às digressões quanto à mentira; enquanto construção enunciativa caracteriza-se basicamente pelo papel que ocupam os interlocutores nas diferentes posições discursivas.

Ainda que o meta-discurso clínico sobre a confabulação nada diga a respeito de sua face linguística, pode-se notar as características apontadas acima mesmo no contexto patológico. Ou seja, as contingências pragmáticas da confabulação não desaparecem mesmo na presença de um comprometimento neurológico. Voltaremos a essas questões mais adiante, quando de sua descrição linguística e da análise de dados.

No discurso clínico, a idéia de fabricação, de invenção, de exagero ou de fantasia está sempre presente quando se toma um termo (confabulação) ou outro (fabulação), ainda que devamos ressaltar o sentido que o segundo recebe na literatura neuro-psiquiátrica, e que restringe seu emprego apenas ao discurso patológico, diferentemente do que ocorre com o primeiro. Ou seja, podemos empregar o termo confabulação no discurso cotidiano de maneira corrente, mas é preciso imaginar uma situação bastante peculiar para que o termo fabulação possa ser utilizado também no discurso cotidiano para designar que o que se diz/ouve é um "delírio", "alucinação", "loucura", "fora de propósito", "pura imaginação" (sentidos veiculados na literatura psiquiátrica para caracterizar o discurso de psicóticos que fabulam).

O que poderia diferenciar a confabulação da fabulação nas práticas discursivas são as propriedades de um e outro fenômeno, mais **dialógicas**, no primeiro caso, e mais **monológicas**, no segundo. Dito de outra forma, diálogo e narrativa, se não são formas ou gêneros discursivos diferentes e excludentes para a Linguística, recebem uma distinção enorme na pesquisa clínica sobre confabulação, ancorada sobretudo em fragmentos de respostas dos pacientes a testes e problemas apresentados por examinadores (ou em

narrativas obtidas por meio do tradicional método que podemos chamar de "escuta do paciente", através do qual se obtêm narrativas e outros textos monológicos, como descrições, comentários, definições, etc.). Assim, para a pesquisa clínica, confabulação é algo que se faz a dois, e fabulação é algo de responsabilidade discursiva do sujeito que a profere (segundo Dalla Barba, comunicação pessoal).

Há pelo menos duas ressalvas que devem ser feitas quanto a essa questão. A primeira diz respeito à incidência dos termos confabulação e fabulação em algumas línguas nas quais a literatura neuropsicológica tem sido produzida.

O uso generalizado do termo confabulação esconde nuances semânticas próprias a cada uma das línguas nas quais o fenômeno tem sido estudado. Vejamos o que acontece com a bibliografia disponível.

Em sua absoluta maioria, os textos sobre confabulação são publicados em inglês, sejam ou não publicados em revistas norte-americanas ou inglesas (tome-se, como exemplo, a italiana "Cortex"). O termo inglês *confabulation* não faz qualquer distinção importante entre uma produção dialógica e uma monológica, não distingue as propriedades patológicas da confabulação e da fabulação, e sempre aparece referindo-se de maneira indistinta tanto às narrativas espontâneas quanto às réplicas dos sujeitos. O termo, então, foi cunhado a partir da forma inglesa, que tem servido de base e sido incorporada por outras línguas em que essa distinção faz algum sentido e é absolutamente justificável, como nas de origem latina.

Em francês, por exemplo, raramente usa-se o termo confabulação (*confabulation*) no sentido que lhe damos em português (embora isso possa acontecer), isto é, integrado ao uso coloquial e no contexto das práticas linguísticas consideradas normais; o termo fabulação, (*fabulation*), por sua vez, seria a melhor expressão francesa para o que os pesquisadores norte-americanos chamam "*confabulation*". Em italiano, o termo *confabulazione* tenta ser a melhor tradução para a forma inglesa *confabulation*, embora seja melhor aplicado, como ocorre com o português, a formas dialógicas não patológicas, restando ao termo *fabulazione* a função de qualificar a produção verbal patológica, delirante, imaginosa, desviante de pacientes psiquiátricos.

Tendo em vista essas questões, que não são apenas terminológicas, mas conceituais, parece, a princípio, que o melhor correlato da forma inglesa *confabulation* para designar o discurso patológico seria **fabulação**, tanto em português quanto em francês ou em italiano, desde que geralmente o termo refere-se a textos monológicos que são, de alguma maneira, patológicos ou "fora do normal". Além disso, considerando que em português o termo confabulação é mais integrado à linguagem cotidiana e vincula-se às formas textuais dialógicas em variados contextos normais, chegando mesmo a ser um

verdadeiro evento polissêmico, parece que uma boa solução para resolvermos o problema das apropriações indevidas de um campo teórico pelo outro seria manter a distinção entre os dois termos, *fabulação* e *confabulação*, a partir de justificativas linguísticas. Não apenas porque raramente os episódios confabulatórios descritos pela literatura neuropsicológica dão-se no interior de interlocuções, cuja grande característica é uma maior dependência discursiva, como também porque poderíamos considerar que o que se entende por "*confabulation*", ou seja, uma produção verbal monológica bizarra, encontra seu melhor correlato no termo *fabulação*, cunhado pela literatura neuro-psiquiátrica e definido, em termos lexicais, por uma contingência de ordem patológica.

Entretanto, e aqui nos deparamos com a segunda ressalva dessa querela terminológica, a *confabulação* é um fato textual que só se constrói **na relação** com quem a escuta e **em relação** a quem a escuta. Isso é realmente algo de importante para a compreensão desse fenômeno.

Parece-nos que a *confabulação* é um objeto (linguístico? cognitivo? ambos?) que só é capaz de significar mediante propósitos e características dialógicas. Seja mediante formas linguísticas dialogais, seja subordinada às formas mais explicitamente monológicas (tal como nas narrativas, em que a dependência discursiva parece menor, a *confabulação* ou a *fabulação* estão subordinadas ao caráter essencial do funcionamento da linguagem, o **dialogismo** (cf. Bakhtin, 1929/1981)¹. Dito de outra forma, se estivermos de acordo com o primado (epistemo-ontológico) do dialogismo, não haveria aparentemente nenhuma vantagem em distinguir os dois termos (*confabulação* e *fabulação*), desde que ambos estariam designando o mesmo objeto. Além disso, isso nem seria uma solução para o problema que enfrentamos em nosso estudo sobre as relações entre linguagem, memória e significação. Se procedemos a esse breve estudo terminológico, é tão somente para compreendermos melhor o tipo de apropriação conceitual que parece interessar à Neuropsicologia e à Psicologia Cognitiva.

O termo *fabulação* (do latim *fabulare*), utilizado no discurso cotidiano e aplicado ao discurso patológico, geralmente qualifica a narrativa considerada fabulosa, isto é imaginária, fantasiosa, delirante. *Fabular*, nesse caso, naturalmente não significa narrar sob a forma de fábula; é narrar sem critério, inventar fatos fantásticos ou bizarros, exagerar ou distorcer eventos reais, ou simplesmente mentir.

¹ A noção de dialogismo é um dos componentes centrais da dimensão interativa da linguagem. Toda produção verbal, seja ela monológica ou não, é dialógica, na medida em que está determinada por um conjunto de produções anteriores, apresenta-se necessariamente como uma fala dirigida, responde às expectativas, implica esforços de adaptação e de antecipação, podendo integrar-se ao circuito do dizer e do comentário.

Assim, aquele que fabula estaria subvertendo as (boas) intenções comunicativas das interações humanas; o fabulador exagera, inventa, esconde, blefa e mistura de tal modo ficção e realidade que o termo fabulação, da mesma maneira que confabulação, indica uma concepção depreciativa de todo um fenômeno "linguageiro", desde que se sublinha seu caráter desestabilizador, definindo-o negativamente (isto é, faz-se uma definição por diferenciação, por negação de seu inverso). Isso ocorre também, vale lembrar, com outras "transgressões" do dizer que integram a atividade linguística considerada normal, como as digressões, as reformulações, os circunlóquios, as frases incompletas, os assíndetos semânticos, etc. Com isso, não se pode dizer o que a confabulação (no sentido geral de *confabulation*) contém, mas somente o que ela não contém. E o que ela parece não conter não é apenas a referência de um passado autobiográfico ou da memória de um passado partilhado culturalmente, mas a precisão, a verdade, a idéia de que a veridicção (isto é, o dizer verdadeiro) independe das condições (contextuais e subjetivas) de produção dos enunciados.

A propriedade comum à fabulação e à confabulação é ter um conteúdo fabuloso (do latim *fabulosus*), ou seja, fértil em mitos, extraordinário, inaudito, prodigioso, de alguma maneira fora do normal ("João tem uma casa fabulosa!"). Este conteúdo parece estar presente ao mesmo tempo no discurso literário, no cotidiano e no clínico. Entretanto, ao aplicar-se ao discurso ordinário o estatuto de fábula, atribuindo-lhe virtudes culturais e psicológicas, espera-se dele um valor de verdade e um princípio cooperativo que o põe ao abrigo de uma idéia bastante idealizada de comunicação.

Em função do que foi dito até aqui, podemos afirmar que o estatuto do sujeito que confabula ou de sua atividade linguístico-cognitiva não é o mesmo em cada um dos contextos em que o termo (con)fabulação incide, isto é, no cotidiano e no clínico. Assim, na clínica neuropsicológica, aquele que fabula (do latim *fabulator*) não é fabulista (ou seja, autor de fábulas), ou mero fabulador (ou seja, contador de historietas, falador): é um confabulador enfermo, ou seja, é aquele que produz fabulações num contexto necessariamente patológico. A questão, dessa maneira, não é apenas terminológica, mas refere-se a um certo tipo de apropriação, categorial ou conceitual, de outros domínios teóricos (linguístico e literário, no caso).

Além disso, vale notar que tanto as funções linguísticas quanto os procedimentos discursivos próprios à confabulação (ou à fabulação) estão praticamente ausentes nas descrições e análises neuropsicológicas. O fenômeno é definido como mórbido por oposição a não mórbido, e isso parece bastar para as explicações gerais da Neuropsicologia. A face discursiva que postulamos para a (con)fabulação praticamente escapa às análises que se preocupam sobremaneira com o fato clínico.

3.3. A confabulação como uma questão linguística

3.3.1. Considerações iniciais

Talvez seja inútil assinalar, levando em conta a banalidade que a afirmação pode representar, que todo discurso ou todo dizer "toma um sentido a partir de sua inscrição histórico-cultural, e que é justamente no cruzamento de uma história antiga e de uma experiência atual" que a trama da significação se constrói e ganha forma.

Se pudermos ultrapassar essa constatação, é possível abordar os pontos que parecem essenciais a este estudo.

Tentamos mostrar, no capítulo precedente, que a confabulação, no contexto de testes padronizados, é uma produção bem controlada, e que se resume a enunciados mais ou menos curtos, proferidos como respostas a questões específicas do examinador. Seu funcionamento pragmático-discursivo é, dessa maneira, "ocultado" pelo fato clínico. Quando chega ao diagnóstico, o examinador julga decifrar - por assim dizer- o fato clínico. A partir daí imagina-se que, *de la sorte*, seu modo de funcionamento está estabelecido. Isso nos parece uma ilusão inversamente proporcional a de que a análise de objetos linguístico-cognitivos normais seja capaz de derivar explicações reveladoras do evento patológico (tal como na hipótese cognitiva de Burgess & Shallice, 1994, para a qual a confabulação, no contexto patológico, é uma espécie de exageração do que ocorre no discurso oral normal).

A consideração da inteira capacidade discursiva do sujeito que confabula, e não somente a extração de episódios confabulatórios como fonte exclusiva do conhecimento sobre a confabulação, bem como a discussão sobre os termos do meta-discurso clínico sobre o fenômeno, formam o eixo principal da contribuição que procuramos trazer à pesquisa neurolinguística.

3.3.2. Um problema para a Linguística

Se considerarmos toda a situação discursiva na qual se inscreve a confabulação, e não apenas o enunciado ou o conjunto de enunciados utilizados geralmente para o diagnóstico de um sintoma clínico, veremos que o número de fatos de ordem pragmático-enunciativa reunidos em torno de determinadas tarefas cognitivas é realmente impressionante.

Em Linguística, a análise da confabulação demandaria o concurso de certas vertentes e quadros teóricos de nuances variadas, como os afinados com as abordagens

pragmáticas e enunciativas. Essas abordagens nem sempre são incompatíveis e podem mesmo interagir em função da configuração do objeto de análise e da escolha dos métodos e dos pressupostos teóricos convocados para interpretá-lo. Isso quer dizer que, se esses quadros teóricos não são idênticos, é possível aproximá-los (em torno, por exemplo, de uma concepção não apenas gramatical de linguagem e da consideração de elementos não puramente formais na constituição do linguístico).

Se esses campos teóricos não são uma mesma coisa e possuem problemáticas semiológicas particulares e, muitas vezes, distintas, certamente acarretam posições epistemológicas diferentes. Entretanto, estas não dizem respeito a diferenças irreconciliáveis, a tal ponto que possam ter um aparato metodológico seguro e impenetrável. As diferenças, vale ressaltar, parecem originar-se dos níveis distintos de análise a que são destinados (**análise de discurso** não é uma teoria, nos termos em que as **teorias enunciativas** o são; a abordagem **pragmática** não está reservada à Linguística, muitas outras disciplinas ou ciências "fazem" pragmática, etc.). Dito de outra forma, mesmo que os termos **enunciação**, **pragmática** e **discurso** se situem em níveis categoriais distintos, têm muito mais coisas em comum, a depender do objeto de análise, do que pretenderia o mais obsequioso dos estruturalistas.

Duas são as problemáticas que o estudo da confabulação coloca às vertentes pragmáticas e enunciativas, e que justificam algumas pontes conceituais entre ambas. Uma problemática seria a interação e suas normas de organização; outra seria a interlocução e sua importância decisiva no tratamento do fenômeno linguístico. Com isso, queremos dizer que as vertentes pragmáticas e enunciativas convocadas aqui, bem como seus pressupostos básicos e seus métodos e categorias próprias, estão reunidas em função de um interesse comum pela análise de atividades discursivas.

Ainda que algumas dimensões da Pragmática negligenciem as atividades dos interlocutores, partam do primado de disposições internas de "mensagens" e de intenções do locutor, bem como de uma hipótese de um social homogêneo (externo aos sujeitos), outras opções teóricas desta abordagem pautam-se pela dimensão interativa da linguagem, o que coloca os interlocutores e suas ações no cerne das análises. Desse modo, interessa-nos na abordagem pragmática a preocupação com o aspecto não redutor que ela pode imprimir às análises interativas e aos processos de comunicação.

As abordagens enunciativas, por sua vez, não estão diretamente ligadas à análise das interações. Inicialmente preocupada com a atividade do sujeito falante (enunciador), a linguística da enunciação inaugura uma concepção de linguagem como "ação". Lembremos, a propósito, as palavras de Benveniste (1974:80): "*L'énonciation est cette mise en*

fonctionnement de la langue par un acte individuel d'utilisation (...) c'est l'acte même de produire un énoncé et non le texte de l'énoncé qui est notre objet".

Se, num primeiro momento (ou melhor, se para uma certa teoria de enunciação, como a de Culioli, ou os primeiros trabalhos de Anscombe & Ducrot, por exemplo), a enunciação leva em conta apenas as operações (enunciativas e predicativas) que o sujeito realiza para produzir seus enunciados ou para se comunicar, num segundo momento passa a se interessar pela construção da referência e pelas análises conversacionais, derivadas, como o sentido, de uma significação linguística relacionada com um enunciador e um contexto determinados (vide as reflexões da Pragmática Integrada ou da Semântica Argumentativa, de Parret e Ducrot, entre outros).

As várias tendências teórico-metodológicas das abordagens enunciativas têm possibilitado evocar a presença dos enunciadores a partir de vários modelos de produção do discurso que têm sido propostos. Ao privilegiar a concepção de enunciação como "acontecimento discursivo", as novas tendências em Análise de Discurso (cf. Guilhaumou & Mالدیدیر, 1989, Maingueneau, 1987/1989, Henry, 1990) passaram a se ocupar não apenas da análise de discursos institucionalizados ou da construção do corpora, mas também dos processos enunciativos e suas regularidades e indeterminações (cf. Authier-Révuz, 1988, 1991).

A partir do interesse que as novas tendências da Análise de Discurso demonstram por conceitos como dialogismo, heterogeneidade enunciativa, textualidade ou interação, torna-se possível a ampliação e a integração de questões teórico-metodológicas propostas por outros postos de observação sobre os objetos linguísticos. A perspectiva discursiva dos fenômenos neurolinguísticos inscreve-se no interior dessas questões.

Em suma, por serem compatíveis com a concepção de discurso que levamos em conta neste trabalho (vide capítulo 1), as problemáticas apontadas, interação e interlocução, inscrevem a confabulação no interior das **atividades discursivas**².

Confabulação e Pragmática

² Quanto a este ponto, estamos de acordo com Vion (1992:180), para quem o uso da expressão "atividade discursiva", em muitos casos, evita muitas das dificuldades decorrentes da polissemia do termo discurso, além de fazer referência a questões que dizem respeito ao mesmo tempo ao terreno das abordagens pragmáticas, sociolinguísticas e enunciativas (todas, aliás, capazes de congregar um conjunto heterogêneo de pesquisas).

O que é interessante observar a partir do estudo da confabulação é que esta, quando parte das configurações textuais de sujeitos normais, parece pautar-se pela administração individual dos processos comunicativos e significativos das interações verbais. A responsabilidade discursiva é, de toda maneira, bem maior para o enunciador. No contexto normal, ao confabular, o sujeito opera linguístico-discursivamente com os efeitos de sentido de toda atividade interpretante.

O que aconteceria no discurso patológico? A julgar pela maioria das descrições das pesquisas neuropsicológicas, no contexto patológico, a confabulação indicaria a perda dessa característica de produção e de efeito de sentidos para tomar a forma (mórbida) de violação ou perturbação da atividade cognitiva consciente e voluntária, não apenas das regras pragmáticas que as mobilizam (também elas infringidas).

Como se dá essa mutação do normal para o patológico? As regras pragmáticas, num caso e noutro, seriam as mesmas? Os trabalhos que se inscrevem na vertente pragmática, antes de descreverem as formas linguísticas que nos explicam o funcionamento de um saber pragmático, não estariam também colaborando para a idéia (fixa) de regulação e controle das significações existente em toda pesquisa voltada para a semiologia patológica?

Quando integra o conjunto de sintomas neuropsicológicos, a confabulação é capaz de indicar a infração não apenas das regras³ do (bem) dizer como também das cognitivas, ou do "bem pensar" (ou, ainda, "bem lembrar"). E quais seriam essas regras?

A Pragmática, como outros domínios da Linguística (como a teoria da Enunciação, a Linguística Textual ou a Análise do Discurso) tem uma interessante filiação (oriunda, entre outros domínios e disciplinas, da Sociolinguística, da Etnografia da Comunicação, da Psicologia Social, da Filosofia da Linguagem), que permite às análises ultrapassar as limitações de outras formas como o estruturalismo e o gerativismo.

A pesquisa pragmática relacionada com objetos linguísticos pode ser dividida, *grosso modo*, em três grandes campos de estudo:

³ Considerar o cognitivo ou o linguístico em termos de regras e normas situadas no quadro do determinismo unilateral seria um simplismo em relação às teorias funcionalistas e interacionistas. Tanto as normas ou regras da linguagem quanto as da cognição não podem ser reduzidas a fenômenos objetivos cuja existência seria externa e independente das experiências significativas do sujeito. Mesmo a gramática, considerada o núcleo duro do sistema linguístico, não pode ser considerada um objeto homogêneo. Se os processos cognitivos (como a memória) também estiverem na dependência da significação não podem ser considerados comportamentos previsíveis e homogêneos. Têm em comum a construção e a organização do sentido. Se considerarmos que nossa interpretação e atuação no mundo é da ordem do cognitivo, convém perceber esta sua natureza complexa: a cognição se constrói ao mesmo tempo que é construída a linguagem e o social, numa relação de mútua constitutividade. Muitas são as regras e normas comuns aos três objetos. Chamemos essas normas, determinadas por estratégias de gestão social, de pragmáticas, de "normas interativas".

1. pragmática e análise conversacional; as leis discursivas; as implicaturas (o não-dito);
2. as teorias dos atos de fala (oriundas da Filosofia da Linguagem);
3. a teoria polifônica/argumentativa de Ducrot (1984) ; o estudo das pressuposições.

O estudo da confabulação, um fenômeno que diz respeito às interações verbais e suas regularidades, bem como ao exercício intersubjetivo da linguagem, teria mais a ver com as pesquisas típicas do **primeiro** grupo. Assim, tanto as contribuições da 1) sociologia de Goffman e seguidores (1974, Schegloff, 1988) e da análise dos componentes interacionais gerais (Vion, 1992; Bange, 1987; Charaudeau, 1989); 2) análise das interações conversacionais (Jacques, 1985; Kerbrat-Orecchioni, 1986,1990; Koch, 1990, 1992; Berrendonner, 1981; Maingueneau, 1984, 1987, 1990); 3) consideração das chamadas leis discursivas ou conversacionais (Grice,1975; Ducrot, 1984; Sperber & Wilson, 1986; Possenti, 1992a); e 4) análise das implicaturas (Grice, 1975; Dascal et al. 1985; Dascal & Françoze, 1988/1989; Sperber & Wilson, 1986; Ducrot, 1984) contribuem para a compreensão do funcionamento da confabulação a partir da interação entre a Linguística e a Pragmática.

Da **primeira** contribuição desse campo de estudo da Pragmática selecionaremos a discussão sobre a qualidade das interações entre o investigador e o sujeito cérebro-lesado. Da **segunda**, tentaremos identificar os elementos que compõem a configuração textual confabulatória (organização e manutenção do tópico discursivo e outros critérios de textualidade, como a coesão e a coerência; as instâncias de heterogeneidades explícitas ou mostradas; o quadro de imagens que os falantes fazem acerca deles mesmos e acerca do referente; o reconhecimento de intenções pretendidas). A **terceira** nos leva a considerar alguns dos princípios básicos que compõem as regras que presidem as atividades discursivas, aparentemente infringidas pela confabulação (em especial, a de relevância e a de qualidade). A **última** contribuição nos leva ao estudo dos processos de implicações (implicaturas) envolvidos de alguma maneira nos episódios confabulatórios.

O estudo da confabulação demanda uma reflexão sobre a natureza das regras pragmáticas. Segundo o que se depreende dos postulados conversacionais griceanos, e levando em conta os inúmeros desdobramentos que se seguiram a eles, as regras que regem as interações verbais são *normativas*, e não heurísticas. Vejamos, resumidamente, como Grice estabelece, sob inspiração kantiana, as quatro máximas conversacionais que regem as atividades linguísticas.

Para Grice (1975), as interações verbais são um resultado dos esforços de cooperação mútua entre os interlocutores. A partir desse princípio de cooperação básico, cuja formulação é sobejamente conhecida ("Que sua contribuição corresponda às exigências conversacionais"), o locutor dá a conhecer suas intenções e estas, reconhecidas pelo interlocutor, produz um efeito sobre o outro e sobre a interação verbal.

Grice estabelece (1975) quatro categorias (e várias máximas subsequentes a elas, umas mais imperativas do que outras, segundo o autor) que regem as interações verbais: a de **quantidade** ("Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido"), de **qualidade** ("Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira"), de **relação** ou de **relevância** ("Seja relevante"), e de **modo** ("Seja claro").

Para interpretar o enunciado, o interlocutor (o alocutário) postula que o locutor se guia por essas regras; a este ato de reconhecimento de intenções Grice chama de implicatura conversacional (*conversational implicature*). Pela noção de implicatura Grice procura estender o conceito de implicação estrita (ou seja, restrita à base dos silogismos dedutivos e indutivos) e completar a idéia de uma implicação material. Toda implicatura supõe uma distinção entre aquilo que é dito e aquilo que é implicado (não formalmente, bem entendido) pelo dizer. As implicaturas convencionais teriam a ver com os sentidos (literais) das palavras; as conversacionais seriam aplicadas (não literalmente) aos enunciados produzidos nas interações verbais⁴.

Tais regras, que prevêm um locutor idealmente cooperativo e uma comunicação impecável e eficaz entre interlocutores invariavelmente bem intencionados, só podem ser consideradas normativas. Ou regras estabelecidas por gestão social, não vinculadas apenas a estados psicológicos e intencionais do locutor. Dito de outra forma, tais "regras normativas" não podem sequer ser consideradas um princípio ético de comunicação sincera e honesta. Não é à toa que parece haver tantas regras quanto são as necessidades, culturalmente impostas, de "higienização pedagógica" (nos termos de Pêcheux, 1983/1990: 51) das atividades discursivas e das interações humanas.

Para termos uma idéia do quanto essas regras não podem ser consideradas universais, homogêneas ou essencialmente psicológicas, lembramos o infundável número de

⁴ Vale observar que a noção de implicatura (bem como a distinção entre as implicaturas convencionais e as conversacionais) tem estimulado uma crescente literatura na área da Linguística (vide a teoria de implicações em Sperber & Wilson, 1986, ou os trabalhos de Rastier em Semântica Cognitiva, 1991), da Lógica ou da Psicologia Cognitiva. Os autores que se interessam em estudar as atividades discursivas preferem analisar os implícitos (os pressupostos, para Ducrot, 1984) e as operações de implicação (subentendidos, para alguns, como Ducrot, op.cit.) no interior de processos enunciativos.

regras complementares que surgiram a partir dos postulados de Grice, em especial, no interior da Semântica, da Pragmática e da Psicolinguística.

Lakoff (1973), para dar um exemplo, adicionou às regras conversacionais de Grice a de "polidez", que revelaria, segundo este autor, a "competência pragmática geral" dos interlocutores. Já Sperber & Wilson (1986), para dar um outro exemplo, preferem reduzir as máximas conversacionais a apenas um princípio regulador, o de relevância, que seria suficiente para dar conta de todos os outros.

Com a finalidade de dar maiores contornos linguísticos às regras conversacionais, Ducrot (1979) as denomina "leis de discurso", ampliando o interesse pelas análises linguísticas e integrando a Pragmática à Semântica (ou à significação de enunciados).

As infrações cometidas contra as regras conversacionais ou discursivas, no contexto normal e no patológico, têm sido objeto de numerosos estudos ao longo dos últimos anos. De fato, não é difícil postular os "problemas pragmáticos" de doentes psiquiátricos ou de cérebro-lesados, ainda que a questão da natureza de um "saber pragmático" esteja sempre a exigir algum tipo de explicação.

No que se refere à confabulação, dois tipos de infração às leis conversacionais são dignos de nota. Em primeiro lugar, a confabulação parece infringir a regra de **qualidade**, ao se configurar como a produção de falsa informação, ou mentira (ainda que "honesta", segundo Moscovitch, 1989). Em segundo, a confabulação, assim como a digressão, estaria violando a regra de **relevância**, ao se ater a itens marginalmente relevantes e mesmo francamente irrelevantes para os propósitos conversacionais ou discursivos. Além disso, ao não procederem aos mecanismos de implicaturas conversacionais, estariam provocando malentendidos e revelando perturbações em relação a processos inferenciais.

A aplicação de normas e leis pragmáticas às práticas linguísticas nos indica que há aquelas que são mais (e outras que são menos) rígidas, que existem enquanto são obedecidas, que existem justamente para serem desobedecidas, etc.

Alguma idéia de norma, assim, é importante para que não imaginemos que nossas ações no mundo são anti-culturais (e anti-antropológicas). A maneira como entendemos o estatuto e a ação dessas normas é o que vai importar na consideração de objetos linguístico-cognitivos patológicos⁵. Citando Wittgenstein (em "Investigações filosóficas"), lembramos que *"seguir uma regra não é coisa que uma pessoa só possa fazer uma única vez na vida (...) Seguir uma regra é uma praxis"*. O que isso quer dizer? Ou reconhecemos que a consideração da existência de regras pragmáticas ou conversacionais se baseia em algum tipo de estado mental, ou que ela é fruto de algum tipo de "contrato" que fazem os usuários

⁵ Estamos querendo dizer que, afinal, ninguém pode ser considerado griceano apenas porque considera válida a idéia de um conjunto de regras (normativas, interativas) a presidir as interações verbais.

da linguagem; ou suas contingências são biológicas ou lógico-perceptivas, ou são sócio-culturais. Vale ressaltar que em cada uma das posições não se pode ignorar a presença de restrições à constituição e à manipulação da linguagem; entretanto, elas não seriam tributárias apenas de seu caráter psicológico e volitivo; há muitos outros aspectos linguísticos e processos discursivos que implicam regras e normas.

Ao não operar de maneira relevante com tais normas, formais e heurísticas, cognitivas e linguísticas, o sujeito que confabula "patologicamente" indica a existência, a ação e a pertinência das propriedades de regulação e de indeterminação dos processos de significação na condução das atividades simbólicas humanas.

Confabulação e Enunciação

Para o estudo da confabulação considerada um fato textual, as questões que chamam a atenção, do ponto de vista de sua construção enunciativa, são as de **interlocução**, de **referência** e de **memória discursiva**.

A noção de **interlocução** é central nas abordagens enunciativas e pragmáticas. Por esta noção, entendemos a dinâmica de papéis e posições assumidas pelos diferentes enunciativos em diferentes situações discursivas. Torna-se importante diferenciá-la da noção corrente de diálogo, de conversação ou de entrevista, não apenas porque os dados de confabulação são produzidos basicamente em situação de consultas bem dirigidas ou de testes bastante específicos, como também devido à rigidez dos papéis conferidos aos participantes desse tipo de interação. A relação interlocutiva recobre, ainda, uma importante ação metalinguística: trata-se daqueles momentos em que os interlocutores checam a comunicação (isto é, as intenções pretendidas, o sentido do que se diz, etc).

A segunda categoria que vai interessar ao estudo da confabulação diz respeito ao trabalho referencial. A **referenciação** consiste na seleção, dentre a totalidade de eventos, de certos objetos do discurso, como a seleção de personagens, fatos, redes de causalidade entre eles, etc. O mundo que o sujeito constrói em seu relato depende em grande medida das escolhas lexicais, de suas intenções pretendidas, do tipo de relação interlocutiva que estabelece com os outros, das coordenadas dêiticas de que lança mão, do reconhecimento de implícitos culturais (hierarquia entre os falantes, os *frames* culturais, etc.), e discursivos (relativos às heterogeneidades enunciativas e ao reconhecimento de enunciados pré-construídos integrantes da memória discursiva), o reconhecimento de elementos temáticos (para a informação partilhada acerca do referente, para a manutenção ou a quebra de propostas discursivas, para o desenvolvimento de tópicos conversacionais e discursivos), as

implicações (implicaturas, nos termos da Pragmática Conversacional) que devem fazer os participantes de uma dada situação discursiva.

Se é bem verdade que a referência vincula-se à questão da inferência na tradição dos estudos lógicos e semânticos (cf. Rastier, 1991:166), podendo mesmo servir de base para uma oposição entre a Semântica (uma teoria da referência) e a Pragmática (uma teoria da inferência), alguma continuidade ou solidariedade entre ambas encontra abrigo nas atividades discursivas⁶.

Vimos que o problema da memória está estreitamente ligado às explicações neuropsicológicas da confabulação. Entretanto, haveria um outro tipo de memória, não propriamente cognitivo ou psicológico, relacionado com a sua produção. Uma memória que, nas palavras de Maingueneau (1991:161), "*suppose l'énoncé en tant qu'il s'inscrit dans l'histoire*".

Toda palavra, todo enunciado, toda situação enunciativa tem um passado discursivo (isto é, são enunciados pré-existentes dispostos na cultura, que marcam semântico-discursivamente a apropriação social da linguagem). Este passado discursivo refere-se a pré-construídos que produzem determinados efeitos de sentido que se repetem, se chocam, se transformam em tantos outros através do que Courtine (1981) chamou de "rede de formulações". Esta rede de formulações estabelece a referência dos objetos do discurso, reconhecendo-os e representando-os, identificando os sentidos que veiculam.

Ao interpretarmos o sentido que veicula um provérbio, uma parábola ou uma piada, ao observarmos a diferença entre o sentido de "nacional" no interior de um discurso nazista ou fascista, ou ao procedermos às atividades meta-enunciativas de tomada de um outro discurso, isto é, da heterogeneidade enunciativa (o que já implica uma tarefa de análise do caráter polissêmico e polifônico da linguagem), operamos com enunciados e enunciações pré-construídas, e com uma memória cultural mais ou menos comum por meio da qual reconhecemos sua inscrição histórica. Toda formulação, assinala Courtine (1981:56), "*se trouverait placée en quelque sorte à l'intersection de deux axes: celui, 'vertical', du préconstruit, du domaine de mémoire, et celui, 'horizontal', de la linéarité du discours. qui occulte le premier axe puisque le sujet énonciateur est produit comme intériorisant de manière illusoire le préconstruit qu'impose sa formation discursive. Le 'domaine de mémoire' représente l'interdiscours comme instance de construction d'un*

⁶ Talvez, por este motivo, Sperber & Wilson (1986:12) consideram os dois modelos como complementares. Completam-se no interior da tripartição semiótica-sintaxe/semântica/pragmática.

discours transverse qui règle pour un sujet (...) le mode de donation des objets dont parle le discours, ainsi que le mode d'articulation de ces objets".

As noções pré-construídas (vide também. Henry, 1977/1992), o contexto sócio-cultural no qual somos/estamos inscritos, os diversos modelos de situação dispostos na cultura (cf. Van Dijk, 1992b), os diferentes sistemas de referência (cf. Franchi, 1977, 1986) através dos quais agimos no mundo são elementos que fazem parte de um exterior discursivo que nos precede e orienta/determina nossas experiências significativas, nossas condutas simbólicas. A última questão enunciativa que pode interessar ao estudo da confabulação diz respeito à **memória discursiva**.

Ainda que a noção de memória discursiva esteja delimitada a certos procedimentos teóricos, sendo utilizada, em Análise de Discurso, pelos autores que se dedicam à análise de discursos institucionalizados (Courtine, 1981) e ao estudo da interdiscursividade (Maingueneau, 1987/1989, 1991; Authier-Révuz, 1991), ela pode ser convocada em nosso estudo basicamente para apontar o terceiro aspecto enunciativo envolvendo diversos trabalhos com linguagem que chamam a atenção nos episódios confabulatórios de sujeitos cérebro-lesados: o trabalho meta-enunciativo de inscrição no pré-construído (exemplificado pelos dados em que o sujeito deve aceder aos sentidos veiculados em enunciações proverbiais, interpretar sentidos implicados ou piadas, referir-se, enfim, ao já-dito ou conhecido concernente à memória discursiva).

Confabulação e análise das interações

Como temos argumentado, a confabulação tem a ver, entre outros aspectos pragmáticos, com a qualidade das interações. Vimos até aqui que, fora do contexto da vida cotidiana, a confabulação ocorre mediante situações bastante específicas de produção⁷, a saber, a consulta clínica ou a investigação de processos de memória (cuja metodologia baseia-se em apresentar uma questão ao sujeito e deixá-lo falar).

Levando em conta a abordagem escolhida aqui para o estudo linguístico da confabulação, não vai nos interessar a discussão sociologizante engendrada pela primeira geração das teorias de interação e de análise conversacional, ilustradas pela sociologia de Goffman (1974) ou a Etnometodologia.

⁷ Isso não quer dizer que o paciente, em outras interações que não com o médico ou com o investigador, não apresente dificuldades (embora isso seja, em certa medida, comum). Consideramos que a relação entre o paciente e o clínico ou o investigador coloca o aspecto intersubjetivo da linguagem (e da metalinguagem, como já havia apontado Jakobson em 1956/1981) em evidência.

O interesse pela análise da interação e pela conversação face a face cresceu, parece-nos, na mesma medida em que pouco conseguiu diferenciar-se dos trabalhos dos anos sessenta, quando as abordagens interacionais obtiveram grande sucesso, inclusive junto à Linguística. As pesquisas tipológicas apenas desenvolveram-se nesse domínio de maneira a problematizar os próprios conceitos e categorias com as quais trabalhava, tais como a interação, a regulação, a conversação, etc. O trabalho interpretativo dessas análises gerais e consensuais mostrou-se tímido frente às questões importantes para a Linguística, como os processos de significação, as relações da cognição com os aspectos culturais da vida em sociedade, as propriedades signícas da interação homem-mundo. Em suma, se é bem verdade que noções importantes apareceram no escopo dos trabalhos sobre interação, tal como a de "face" (cf. Goffman, 1988), as explicações apresentadas para justificá-las ainda deixam a desejar.

Concordamos com Vion (1992:105), autor que dedica à análise das interações numa perspectiva algo diferente da sociológica (mais propriamente linguístico-pragmática), quando ele nos lembra que todas as categorias, como as mencionadas acima (interação, regulação, etc.), são pré-construídas, ou seja, nos atos de comunicação, os sujeitos as reconstroem mediante as exigências das mais diversas situações discursivas. Isso implica, entre outras coisas, que esses conceitos têm um fundamento na memória discursiva dos sujeitos que participam de uma dada interação, e também daqueles que a analisam.

Isso posto, gostaríamos de excluir qualquer concepção trivial de interação, algo como um encontro, um gesto de cooperação máxima ou nada conflitiva, e mesmo uma abordagem essencialmente contextualista (como a da pragmática americana), por simplificar demasiadamente o modo de funcionamento do discurso e das práticas linguísticas, bem como suas contingências ideológicas e culturais.

De qualquer maneira, estamos de acordo com o fato de que a estrutura de **troca**, ainda que essencialmente assimétrica, é da natureza de toda interação (verbal ou não). A maneira como essa estrutura se apresenta é também o que está em jogo num tipo de interação em que usualmente a confabulação é produzida, estudada e/ou diagnosticada.

Vion apresenta um interessante conjunto de critérios destinados a tipologizar certas formas essenciais de interação. Para isso, o autor nos apresenta algumas distinções básicas que as caracterizam: simetria x complementaridade, cooperação x competição, formalidade x informalidade, orientada x não orientada, etc. Esta tipologia, que amplia e dá uma roupagem mais linguística à já existente no interior dos trabalhos dos anos sessenta, no campo da Etnografia da Comunicação, da Sociologia da Linguagem, da Análise Conversacional, da Psicologia Social, etc., corresponde à configuração de quadros interativos que, longe de serem determinados de maneira peremptória e direta à globalidade

de parâmetros situacionais, referem-se aos **lugares dominantes** ocupados pelos sujeitos numa certa interação. O que isso quer dizer? No limite, que os lugares ocupados pelos participantes são mais ou menos fixos e estabelecidos a priori por regras sociais e culturais. Tal é o caso dos binômios tradicionalmente estudados: médico/paciente, professor/aluno, chefe/subalterno, jornalista/entrevistado, etc.

Entretanto, se esses exemplos são emblemáticos, não deixam de suscitar diferentes questões. Algumas delas derivariam da singularidade de algumas interações. A assimetria da relação médico/paciente, por exemplo, teria as mesmas virtudes ideológicas e/ou culturais que caracterizam a de jornalista/entrevistado? A resposta, negativa, nos leva a considerar o conjunto de imagens histórico-culturais (bem como suas propriedades psicológicas), importante para uma diferenciação não simplesmente formal da relação paciente/examinador.

Se trabalhos como os de Vion são bastante interessantes quando está em jogo um fenômeno linguístico ligado a certas condições interativas (isto é, quando nos parece interessante tratar a interação como categoria de análise, não apenas como condição de produção), a tarefa de discutir e questionar os termos de uma tipologia de interações é sempre necessária. Entre outras coisas, porque até mesmo a conversação ou o diálogo mais (aparentemente) banais estão longe de ser um tipo de interação na qual o espírito de cooperação domina.

A situação típica do aparecimento da confabulação no contexto clínico é a **entrevista** ou o **exame diagnóstico**. Ou mesmo a consulta, que é um tipo de interação frequentemente estudada por psicólogos e sociolinguistas.

Assim como ocorre com a enquete, todas essas situações são interações assimétricas, do ponto de vista dos papéis que os sujeitos nelas ocupam. Além disso, são também complementares, no sentido que lhes dá Vion (ou seja, essas interações se desenvolvem a partir de relações assimétricas e de desigualdades institucionais, em que aparecem uma posição "superior" e outra "inferior", op.cit.p. 129).

Autores que têm se dedicado à análise de interações, como Bange (1987) e Lacoste (1980), sugerem que a entrevista clínica e o exame, apesar de algumas distinções, poderiam fundir-se num só tipo de interação, a **consulta**. Baseados em análise de interações específicas, o primeiro na consulta jurídica e o segundo na consulta médica, postulam algumas propriedades comuns a ambas.

O que se produz nessas interações? Assim como a enquete (quando o clínico utiliza um questionário previamente elaborado) ou a entrevista (quando o clínico/examinador não dispõe de um questionário ou de um protocolo rígido para interrogar o paciente, mas tão somente um conjunto de princípios que o leva a compor o

diagnóstico), o exame (em especial, o que se desenrola a partir de uma bateria de testes) pressupõe uma característica assimétrica (complementar) e finalizada (cf. Vion, 1992: 126). Essas interações são orientadas de tal forma que permitem a obtenção de certas informações julgadas objetivas e relevantes pelo clínico/examinador. Este especialista toma sempre a iniciativa da interação e organiza (isto é, controla) as mudanças ou trocas de lugares ocupados pelos participantes da interação. A pessoa entrevistada ou examinada sabe pouco ou nada do desenvolvimento de toda a ação (quanto a esse aspecto, vide também Roulet, 1985).

A consulta, por sua vez, prevê uma maior mobilidade na troca de papéis ocupados pelos sujeitos na interação. A relação, ainda que assimétrica, é menos marcada do que na enquete ou no exame, por exemplo. Para ilustrar essa afirmação, tomemos a prática clínica de "escuta" do paciente. Nesse caso, o clínico geralmente **deixa falar** o paciente. No entanto, longe de estabelecer uma dinâmica de mudança de turno ou de tópico, a intervenção do paciente/examinado (que pode ser tanto do tipo iniciativo quanto reativo) costuma ser vista apenas como mais um instrumento de avaliação utilizado pelo clínico/examinador para a investigação em questão.

Levando em conta o contexto das pesquisas sobre confabulação, sobretudo quando alguns autores relatam que seus pacientes têm a tendência ou o ímpeto de responder sempre alguma coisa, ainda que muitas vezes inapropriadas (cf. Mercer et al., 1977; Dalla Barba, 1993b, 1994; Moscovitch, 1989, entre outros), não deixa de ser surpreendente o sentimento de estranheza que parece assaltar inúmeros neuropsicólogos. Não sendo o único motivo que leva o paciente a confabular, o tipo de interação em que está inscrita provoca e se responsabiliza pela forma como a confabulação emerge.

O sujeito que confabula muitas vezes o faz apenas em respostas absurdas a perguntas igualmente absurdas do examinador ("Jacaré voa?", "O que fazia o filho de Alain Delon em 17 de maio de 1979"? O que você fazia em 4 de agosto de 1949, quando tinha 9 anos de idade?, etc.). A esses disparates o paciente talvez responda muitas vezes como quem não tem outra saída, como alguém que confia na pertinência da pergunta e na propriedade cultural de quem a profere, afinal, um "doutor".

O paciente, em suma, responde como alguém que se encontra numa situação de "acusado". Em numerosos casos, ele parece reagir também em função de sua dificuldade de manipular o conhecimento metalinguístico ou enciclopédico do mundo, não apenas em função de seu problema de memória, de consciência ou de linguagem. Reage, assim, também para se proteger de alguma injunção, para preservar sua própria "face" (para usar uma expressão da pragmática das análises conversacionais, cunhada por Gofmann, 1974). Afinal, nem crianças pequenas apreciam demonstrar suas dificuldades, ou ser levadas a

fazer o que não sabem ou não podem. Se não se leva em conta questões como essas, espera-se realmente muito das baterias de testes de confabulação e pouco das implicações pragmático-discursivas das situações clássicas nas quais ela se produz e é forjada.

Poderíamos também argumentar que mesmo quando o paciente interfere na interação a ponto de questionar o(s) papel (éis) que nela ocupa(m) ou a maneira como ela está organizada, os lugares estabelecidos dificilmente são abalados. A consulta (ou a entrevista ou o exame clínico), em suma, é uma interação especializada, orientada desde o início. Os lugares ocupados pelos sujeitos, clínico e paciente (são e doente; especialista e leigo; aquele que ajuda e aquele que é ajudado; aquele que sabe e aquele que nada ou pouco sabe), reconhecidos na memória discursiva de cada um (que pode, naturalmente, ser contestada ou recusada, ainda que reconhecida como fazendo parte do sistema de referências sócio-culturais de ambos), têm a tendência de esboçar uma situação de dominação quase inevitável.

Seja na entrevista, seja no exame - as duas formas de consulta - as informações são recolhidas pelo examinador numa situação em que o examinado não conhece a não ser parcialmente as finalidades ou os objetivos. Mesmo que ele confirme sua adesão espontânea ou se engaje nesse tipo de interação (e isso às vezes significa apenas que ele confia no especialista) dificilmente o examinado/entrevistado pode ou consegue ultrapassar a relação de subordinação de base que o caracteriza. A dinâmica interativa e a atitude do clínico/examinador são elementos quase inalienáveis nesse contexto, e podem variar de uma maior a uma menor assimetria, sem, contudo, fazer com que a relação de dominação desapareça. Ao fim e ao cabo, as normas de avaliação e os critérios teóricos que determinam o que é ou não uma confabulação de tal tipo ou outro estará sempre a cargo daquele que consulta, examina ou realiza a investigação.

De maneira esquemática, após reconhecer as opções teóricas oferecidas por cada uma das abordagens não irredutivelmente incompatíveis e que se situam na fronteira entre o sistema linguístico e o discurso, vejamos como e quais as unidades constitutivas de uma e outra corrente que se reúnem em torno de uma abordagem da confabulação que chamaremos **enunciativo-pragmática** (ou **pragmático-enunciativa**): Em primeiro lugar, a noção de interlocução e a análise das interações; em segundo, as contribuições da Pragmática linguística e das teorias enunciativas vinculadas às análises da atividade discursiva.

3.3.3. Os (des) propósitos do discurso e do sujeito: O discurso confabulatório e o delirante

Se, em Psiquiatria, a idéia forte, capaz de definir o que é ou o que não é uma significação intolerável e de atribuir um conteúdo empírico a uma certa concepção de normalidade tem sido a de civilização (cf. Foucault, 1967), em Neuropsicologia, a idéia forte, capaz de diagnosticar e definir a confabulação parece ser a de comunicação, e uma idéia bastante positiva e idealizada dela.

Mesmo que admitamos que nem toda fala é comunicativa (a não comunicação, sublinha Pêcheux, 1983/1990, é também constitutiva da linguagem e faz parte da construção do sentido), sob diversos aspectos somos seres voltados para o discurso. Esta é nossa qualidade propriamente humana.

Contudo, mesmo se levarmos em conta a posição que considera a comunicação a função básica da linguagem, é preciso que diga que a não comunicação não parece ser característica essencial da confabulação, que não é desprovida de algum tipo de intenção comunicativa. Antes, ela parece ter por intenção ser compreendida. E, se frustra os propósitos comunicativos, é porque a confabulação põe em evidência a não consideração das coincidências enunciativas mínimas que devem estar em jogo na tarefa de “reconhecimento de intenções” (na acepção de Sperber & Wilson, 1986), necessárias para que toda comunicação seja levada a cabo.

No entanto, propósitos comunicativos parecem insuficientes - por si mesmos - para dar conta dos mecanismos de confabulação. Se a comunicação é objeto de regras ou de normas que estão além do código linguístico e do contexto comunicativo imediato (essencialmente “informativo”), é necessário pensar em **propósitos pragmáticos** (relativos às regras conversacionais, às normas interativas e aos mecanismos de implicação), em **processos enunciativos** (relativos às atividades inferenciais e meta-enunciativas, à referenciação, à heterogeneidade enunciativa) e **discursivos** (relativos à interdiscursividade e à memória discursiva). Dito de outra forma, é preciso considerar vários fatores que estão em jogo no processo de significação.

A literatura neuropsicológica, apesar de postular a importância do problema cerebral, parece estar ciente de que a confabulação não recobre todas as funções linguísticas e cognitivas do sujeito que confabula. Este pode, em graus variados de dificuldade, relatar seu cotidiano, recordar seu passado, comentar fatos e episódios sociais, participar de interações verbais, interagir em eventos sócio-culturais, engajar-se em soluções de problemas verbais ou não verbais, descrever ou explicar suas atividades ocupacionais, etc. Nem sempre o sujeito que confabula está inteiramente anosagnóstico de seu problema, de memória ou outro.

O que nos parece interessante ressaltar é que o sujeito confabulador não confabula sempre. Contudo, a questão subsiste: O que o faz confabular? O que pretendem as palavras dispostas nos episódios de confabulação? Podemos dizer que elas pretendem falar das coisas. E a questão complica-se ainda mais.

Se as confabulações são um discurso desprovido de sentido e de referência, em que medida se distinguiriam, por exemplo, da linguagem do esquizofrênico, que "fala sem dizer" (cf. Todorov, 1980)? Quais seriam os elementos significativos para a construção da referência que estariam ausentes do discurso de sujeitos que confabulam? Parece-nos que não são exatamente os elementos linguísticos, como os que remetem os enunciados uns aos outros (elementos de coesão e de coerência). Pelo contrário, como poderemos observar no capítulo seguinte, muitos dos textos produzidos por sujeitos potencialmente confabuladores são bastante coerentes e nem sempre apresentam problemas de coesão ao nível dos enunciados. Os problemas também não serão aqueles relativos às proposições incompletas, aos empregos de verbos transitivos sem complemento, à ausência de conjunções semânticas. O bom uso (ou o uso indevido) de elementos dêiticos, por sua vez, não parece suficiente nem para fixar a referência nem para caracterizar a confabulação, ainda que sejam importantes e necessários para o engajamento nas situações interlocutivas ou propostas discursivas.

Se existe nas confabulações um problema de referência, como ele se apresenta?

Ao estudar o discurso psicótico, Todorov afirma que ele fracassa em seu trabalho de evocação da realidade, em seu trabalho referencial (1980:75). Para o autor, o fracasso da referência assume três formas: refúgio no silêncio (ou recusa da fala), criação de uma referência própria e subjetiva, que acaba por não fazer distinção entre real e imaginário (evocação de mundos fantásticos), falta ou impossibilidade de construção de referência (alteração da capacidade que as palavras têm de se referir às coisas). O problema reside, assim, "naquilo de que se fala". Quando fala o psicótico, não se sabe o que ele diz.

Os três tipos de fracasso da referência descritos por Todorov caracterizam o discurso de três espécies de psicose: a catatonia, a paranóia e a esquizofrenia.

Sabemos que a primeira forma descrita por Todorov não corresponde à realidade discursiva dos sujeitos cérebro-lesados que confabulam: estes não se recusam a falar. Quando definido em termos de "produção de falsa informação sem intenção de iludir", ou de "falsificação da memória", assemelha-se às duas últimas formas de discursos imaginários descritas por Todorov.

Porém, uma questão torna-se fundamental aqui. A comparação entre confabulação e delírio teria alguma propriedade, ou pertinência?

A julgar pelo tipo de construção imaginária peculiar a cada um dos fenômenos e pelos expedientes linguístico-discursivos que as caracterizam, e pelo problema de base (etiológica) que os motiva, diríamos que não. Entre algumas considerações que tendem a corroborar essa afirmação está a de que, apesar dos momentos em que o discurso do confabulador parece ocorrer sem o concurso da atividade que exerce o interlocutor, ou da realidade factual ou da memória discursiva comum, o que ele pretende fazer crer concerne a um mundo ao qual pertencem os interlocutores normais. Não se trata, pois, da exclusão de um mundo igualmente possível também para os outros.

Dito de outra forma, ao contrário da linguagem dos psicóticos, a confabulação está presente num discurso que tende sempre a ser compartilhado. Não se fixa num universo singular de idéias e valores do sujeito cujas utopias, crenças, medos, possuem um tipo de significação secreta e particular.

O sujeito que confabula não o faz em relação a mundos não existentes, como aquele que delira ou alucina. Contudo, os dois casos colocam em xeque o terreno pantanoso que envolve realidade e ficção (e, sobre isso, a Psiquiatria e a Psicanálise têm dito muitas coisas...).

A ruptura, ou os mecanismos linguísticos e discursivos de ruptura que se manifestam nos episódios de confabulação não podem ser explicados nos mesmos termos que os empregados nos episódios de delírio ou de alucinações de psicóticos. Não nos parece que o sujeito que confabula (e que não confabulava patologicamente em sua vida pré-mórbida) tenha a iniciativa de ruptura (ou que não tenha outra possibilidade que não continuar a ser uma vítima dela, como diz Thévoz, 1978). Se os psicóticos parecem ter uma atitude de delírio, os confabuladores parecem ter uma atitude de memória, ainda que falsa ou equivocada. Neste caso, a percepção real não é suprimida; o sujeito é capaz de reportar-se a algum passado (autobiográfico ou não) são, e o sujeito não confabula sempre.

Contudo, não seria apenas a **atitude** dos sujeitos que confabulam, mas sobretudo a **qualidade das interações** em meio às quais a confabulação emerge que faria a diferença.

Dessa maneira, não seria exatamente a "atitude" dos sujeitos (ou seu virtual estado anosagnóstico) que decide onde e quando a confabulação é mais incidente. Parece-nos, antes, que é na **interação** que reside a diferença entre os que confabulam e os que deliram, entre os que confabulam "normalmente" e os que não parecem ter outra saída que não reagir dessa forma às exigências conversacionais e discursivas.

O efeito mórbido do discurso psicótico não é objeto do próprio discurso, isto é, ele não se encontra no interior do próprio discurso, mas nas atitudes que o sujeito (que o enuncia) assume em relação a ele, ao considerá-lo verdadeiro. É o que nos diz Foucault (1989:232): "*No momento preciso quando saímos de um sonho podemos constatar: "Eu*

imagino que estou morto". Isto denuncia e permite avaliar a imaginação arbitrária e não se há loucura. Há loucura quando o sujeito pretende, como uma afirmação, que está morto, e quando permite que o conteúdo seja tomado como verdade, embora neutra, da imagem "Eu estou morto".

A aproximação do delírio ou da alucinação com a confabulação, descrita no discurso de amnésicos, de dementes e de afásicos, possui uma certa pertinência, exceto uma diferença que parece repousar sobre o fato de que estes últimos, face às implicaturas de seus interlocutores, não persistem na crença dos eventos evocados, engendrados, sem que saibamos exatamente como, pela trama de remissões incongruentes de significantes, de traições da memória, da parcimônia da representação que fazem do estado de coisas do mundo.

O efeito mórbido da confabulação, ao contrário, parece ter como objeto o próprio discurso, e nisso ela se assemelha à mentira. Esta semelhança se dá especialmente porque a intenção de mentir pode coincidir, sem querer, com um discurso "verdadeiro" (plausível e coerente, apesar de fictício, no caso da confabulação, como veremos em alguns dados do capítulo 4). O discurso cotidiano está repleto de exemplos, espriados em nossa cultura. Alguns pertencem ao anedotário, como uma pesquisa informal sobre o conhecimento enciclopédico feito há alguns anos pela *Folha de S.Paulo*. O repórter perguntava aos transeuntes, entre outras coisas, se eles tinham ouvido falar do concerto que Beethoven daria no Teatro Municipal de São Paulo. Como resposta, obtinha afirmações e comentários sobre a importância do evento para o Brasil, etc.

Como bem observa Bento Prado Jr (1985:85), o que decide, afinal, o que é a mentira, é uma espécie de coincidência (mínima que seja) entre as palavras e as coisas (o que leva a discussão para o terreno da Ética e da Filosofia). Para nós, o que parece interessante é que, ao contrário da verdade, a mentira não parece ser/ter um valor absoluto. Com isso, está sempre a exigir alguma explicação (relativa à moral, à caridade, à justiça, à cultura, à realidade, etc.).

4. ANÁLISE DE DADOS: DISCUSSÃO

4.1. Introdução

Em geral, o estudo da confabulação está reduzido ao estudo da produção do episódio confabulatório. Tanto um quanto outro são produzidos no contexto clínico sob a forma de respostas às questões do clínico/investigador, seja através de entrevistas mais ou menos livres (cuja técnica baseia-se na "escuta" do paciente), seja mediante um protocolo específico para o estudo da memória, ou de certos tipos de memória. Há alguns autores que fundamentam seus achados em protocolos criados especialmente para o estudo da confabulação (como Dalla Barba, Mercer et al., etc.).

Se as confabulações provocadas servem para estandarizar o fenômeno, as espontâneas (sem que essa denominação implique forçosamente que sejam "fantásticas" ou "delirantes"), produzidas num contexto menos rígido (como a entrevista sem protocolo previamente elaborado ou mesmo uma sessão de grupo na qual participam pacientes com problemas linguístico-cognitivos diversos e em grau variado de importância), podem chamar nossa atenção para uma série de outros processos que estariam negligenciados pelas baterias de teste.

A partir do que se segue, tentaremos apontar e descrever alguns desses "outros processos" que não estariam restritos ao conhecimento metacognitivo de informações, mas que atuariam no reconhecimento do mundo. Além disso, tentaremos identificar quais os processos linguístico-discursivos implicados na confabulação de nossos sujeitos.

4.2. Princípios metodológicos

Num primeiro momento, discutiremos a forma como a confabulação é descrita e analisada no interior da Neuropsicologia. Para tanto, discutiremos alguns dos dados disponíveis nos textos dos autores que, nessa área, ocupam-se do problema da confabulação. Num segundo momento, apresentaremos alguns dados linguísticos de dois sujeitos cérebro-lesados que acompanhamos na Unidade de Neuropsicologia e Neurolinguística e no Centro de Convivência de Afásicos do Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Nosso objetivo é verificar os expedientes linguístico-discursivos comuns ou não desses sujeitos, discutir os termos da descrição neuropsicológica e examinar as possibilidades conceituais da confabulação.

O critério para selecionar dentre os dados de nossos sujeitos os episódios de confabulação levou em conta dois movimentos bastante práticos. O primeiro obrigou-nos a deduzir da literatura produzida na área de Neuropsicologia, e dos escassos dados de que dispõe, a maneira como é identificada e analisada a confabulação; o segundo partiu de uma discussão pessoal que tivemos com Dalla Barba, autor que, em Neuropsicologia, vem se dedicando sistematicamente ao estudo da confabulação. Ao lhe mostrarmos os dados de que dispúnhamos, nossa questão foi: Onde e quando o sujeito confabula?

Como veremos, o diagnóstico da confabulação, se não é arbitrário, demanda uma tarefa árdua e complicada de eliminação de várias contingências de sua produção, seja relativa à semiologia neuropsicológica (à jargonofasia ¹, por exemplo) e à psiquiátrica (ao delírio, por exemplo), seja aos vários movimentos de significação (linguísticos, discursivos, interativos, afetivos, etc.) que estão em jogo na tarefa de lembrar, de narrar, de reconstruir e de dar referência a fatos vividos efetivamente, ou não.

4.3. Apresentação dos dados

4.3.1. Os dados da pesquisa em Neuropsicologia

Fora da consulta ou da situação de testes é difícil decidir sobre o que é ou não uma confabulação, no sentido neuropsicológico. Se sua existência estiver condicionada ou confinada a essas duas situações, em que termos científicos demonstrar sua validade enquanto recurso teórico relevante para a explicação de algum aspecto da cognição humana? Esta nos parece uma questão importante.

Os protocolos de confabulação estão costumeiramente inseridos na avaliação neuropsicológica geral. Assim, ao lado do exame neurológico e da bateria de testes neuropsicológicos (em que tudo o que se investiga sobre a linguagem concentra-se em alguns testes metalinguísticos de fluência verbal, denominação e definição de palavras, além de evocação verbal, análise de proposições lógicas e recontagem de histórias), o paciente é submetido a uma série de questões que envolvem memória semântica e episódica (autobiográfica).

¹ Com uma inserção tão complicada quanto a confabulação na semiologia neurolinguística das afasias posteriores, isto é, as relacionadas aos problemas de compreensão e à severa alteração semântica, a jargonofasia, *grosso modo*, caracteriza-se pela incoerência verbal, por circunlóquios (em geral, com perturbações no padrão sintático), por uma fala repleta de neologismos e parafasias semânticas, fonêmicas e deformantes, e pela anosognosia de seu problema

Mercer et al. (1977), Stuss et al. (1978), Moscovitch (1989) e Dalla Barba (1993a, 1993b), por exemplo, utilizam praticamente o mesmo tipo de protocolo para o diagnóstico da confabulação. Ao exame neuropsicológico tradicional (geralmente o teste de Boston, o Wais, etc.) soma-se um protocolo específico contendo:

- 20 questões de Memória Semântica Pessoal
- 15 questões de Memória Episódica
- 10 questões de orientação espaço-temporal
- 15 questões de Memória Semântica Geral (envolvendo pessoas e fatos famosos, recentes e passados)
- 15 questões de linguagem²
- 10 questões com o objetivo de provocar como resposta : "Eu não sei" (envolvendo Memória Semântica, como, por exemplo: "Who was the winner of the fencing world championship in 1983?", cf. Dalla Barba et al., 1990)
- 10 questões com o objetivo de provocar como resposta: "Eu não sei"(envolvendo Memória Episódica, como, por exemplo: "Tell me once you went eating out in a holiday day - last year", cf. Dalla Barba et. al., 1990)).

A metodologia de abordagem do paciente deve-se, especialmente, a Mercer et al. (1977) e a Dalla Barba (1993a): as respostas são analisadas em termos de uma expectativa de que o paciente participe adequadamente do "jogo". As respostas do paciente são analisadas a partir de quatro possibilidades. Ele deve responder: 1. Corretamente; 2. Eu não sei; 3. Incorretamente; 4. Confabulação. A diferença entre as respostas 3 e 4 é difícil de atestar; a diferença entre a 2 e a 3 é o que coloca dificuldades para o diagnóstico da confabulação.

Qual seria a diferença entre as respostas incorretas e as consideradas confabulatórias? Este poderia ser um problema importante para a Neuropsicologia. Vejamos como Mercer et al. (1977) procuram explicar essa metodologia: "*The severe confabulator differs from the non-confabulator or the mild confabulator chiefly in decreased ability to monitor and correct answers. This deficit is not evident, of course, when the patient answers correctly or when 'I don't know' is an acceptable response*" (p.433). Já as intrusões, inserções digressivas consideradas irrelevantes, são geralmente

² Retiradas do teste WAIS e do mini-teste de Exame mental, são, basicamente, tarefas de fluência verbal, definições de palavras e denominação.

computadas como sinais sub-clínicos de confabulação, sejam ou não produzidas como respostas às perguntas em que se espera um "Eu não sei" (cf. Dalla Barba et al., 1994)³

Já a metodologia de Burgess & Shallice (1994) objetiva uma tipologia textual das produções confabulatórias. Para tanto, procuram articular a metodologia neuropsicológica, baseada em protocolos verbais envolvendo *retrieval* de memória autobiográfica e procedimentos mais fechados (como listas de palavras, utilizadas para as técnicas de *retrieval cue* e de *priming*, por exemplo) com algumas questões menos dirigidas, mas importantes, para "deixar falar" o sujeito.

Os autores, assim, solicitaram aos seus sujeitos (idosos normais) que respondessem, oralmente e por escrito, a algumas questões como 1. Quais os fatos recentes que aconteceram com você?; 2. Fale-nos sobre seu problema (de memória, ou outro); 3. Relate ou comente determinado fato ou evento (não ligados diretamente aos sujeitos); 4. Diga-nos o que você consegue lembrar (enquanto lembra), na ordem em que as coisas se processam em seu pensamento.

Os sujeitos selecionados eram amigos dos pesquisadores, e por isso, segundo estes, a comunicação foi "desinibida" (*sic*). Porém, isso não é o mais grave em sua metodologia. Os autores pretendem estudar a confabulação em situações consideradas "espontâneas", e, mais do que isso, que os fragmentos verbais produzidos nessas situações revelem o processamento da memória normal. A quarta pergunta de seu questionário "livre", por exemplo, é o mais frágil dos argumentos para se postular - ainda mais um vez- o mito da "telepatia", que costuma encantar muitos psicólogos (isto é, a expectativa de saber exatamente o que se passa no pensamento do outro).

Outras críticas que poderíamos fazer sobre essa metodologia dizem respeito à eleição da memória autobiográfica como o melhor (senão o único) expediente de ocorrência de confabulação. Como se consegue estar certo de que se trata mesmo de uma confabulação? Isso nos leva à questão da veracidade da memória, algo nem sempre fácil de atestar, já que a lembrança do passado, por exemplo, não é o passado *lui même*, e sim sua interpretação.

Não apenas para Burgess & Shallice, mas também para a maioria dos pesquisadores do campo da Neuropsicologia, não parece claro qual o "tipo" de memória que pode eliciar a confabulação. Assim, quando os investigadores julgam que o que está afetado é algum aspecto dos processos de controle, a explicação recai sobre os

³ As intrusões podem tanto tomar a forma de uma parafasia quanto de uma digressão. Aparecem na literatura neuropsicológica de maneira muito pouco prescritiva com o objetivo de referir-se àquelas informações tidas como irrelevantes que se introduzem na fala do paciente com tendência a confabular.

mecanismos de *strategic retrieval*: se for memória, ou determinado mecanismo de processamento de memória, a explicação é elaborada em termos de recuperação da memória episódica ou semântica.

Embora quase todos esses autores concordem que a noção de “lembrança” ou de “recordação” é ainda bastante vaga, não deixam de considerar - a julgar pelas escolhas metodológicas - que memória é acessada em termos de “tudo ou nada”, correto ou incorreto, falso ou verdadeiro. No contexto neuropsicológico, a confabulação consiste de um conjunto completo de eventos cognitivos e linguísticos incorretos - e, geralmente, não é apenas isso que ela é.

Se as experiências próprias acabam por se tornar o melhor lugar de ocorrência e de estudo da confabulação, é mais porque a memória parece ter uma natureza re-constitutiva do que por ser um arquivo cumulativo de conhecimentos adquiridos.

Uma outra questão a ser ressaltada é a escassa existência de dados dos sujeitos confabuladores. Os poucos dados que aparecem nos estudos sobre confabulação resumem-se a fragmentos de respostas dos pacientes às indagações do examinador. Em geral, os autores se reportam ao discurso indireto para ilustrar (ou denunciar) o tipo de confabulação perpetrada pelo sujeito. O examinador, através de um procedimento que é menos estilístico e bem mais normativo e dominador, acaba por se transformar numa espécie de tradutor das intenções pretendidas e das significações postuladas pelo paciente. Tomemos alguns exemplos típicos:

1. Para ilustrar o tipo de confabulação do sujeito SD, Dalla Barba recorre ao discurso indireto: “So, for example, he (o sujeito SD) would claim that the day before he won on a running race and that he had been awarded with a piece of a meat which was put on his right knee”(1994:6).

2. Em outro texto, Dalla Barba et al. (1990) ilustram com a lembrança de um passado real num contexto temporal errado suas explicações para a confabulação do sujeito EM. Dificilmente os autores explicariam (diagnosticariam) essa "confabulação" se não tivessem à mão informações sobre a vida do paciente (neste caso, se o investigador não soubesse que a mãe do paciente tinha morrido):

DB- What have you done last Christmas?

EM- I went to church and came back home to help my mother cooking Christmas lunch for me and my brothers.

3 Baddeley & Wilson (1988) ilustram a confabulação espontânea do paciente RJ com um exemplo em que este, num fim de semana, volta-se para sua esposa e

pergunta, na cama do casal:" Why do you keep telling people we are married?" RJ recusava-se a admitir que era casado e, quando lhe mostravam as fotos de seu casamento, sua resposta era simplesmente: "Well that chap does look me, but it isn't!". O que valeria a pena perguntar aqui é se a dificuldade de reconhecimento do paciente não estaria acentuada pelo fato de que a fotografia parece reforçar ainda mais a idéia de si mesmo como um outro, um terceiro, enfim, um não-eu.

4. Já Moscovitch (1989:136) apresenta alguns dados, ainda que apenas para ilustrar o momento e o tipo da confabulação. O procedimento é semelhante ao de Stuss et al. e ao de Mercer et al.:

Inv. Are you married or single?

HW.Married.

Inv. How long have you been married?

HW.About 4 months.

Inv. What's your wife's name?

HW.Martha.

Inv. How many children do you have?

HW.Four. (he laughs) Not bad for 4 months.

Percebe-se, pelo comentário do último segmento do episódio, que HW, bem-humorado, é capaz de manipular com propriedade conhecimentos de mundo e pré-construídos, apesar do problema espaço-temporal (o paciente é pai de quatro filhos adultos na faixa dos trinta anos e 'Martha' é o nome de sua primeira esposa.)

5. Vejamos alguns exemplos de sujeitos idosos normais, descritos por Burgess & Shallice (1994) a partir de um protocolo de análise de memória autobiográfica:

a. episódio relativo à dificuldade de evocar uma lista de números apresentados pelo examinador: "I can't remember the number [9], but I can remember it was light in colour [14]; I'll have to give up on that one...no, I can't remember what it was, let's go on" (p. 70).

b. episódio relativo à dificuldade de raciocínio: Perguntado sobre a última vez que lavou seu carro, o sujeito responde "...Must have been in November I would have thought...in Towcester [17]...this is difficult...yes, probably early November [12]...now lets see, what happened in November? [4]..." (p.70).

c. episódio relativo a soluções de problemas baseadas em contexto de memória semântica pessoal: "I can't quite remember what kind of restaurant it was...er...um...[4]...well it wouldn't have been an Indonesian because I hate peanut

butter and it's unlikely to have been the chicken place because my company was vegetarian [17] so it must have been either the Pizza place or the Indian [12]...yes! [21] It was in fact the Indian [14] " (p.72).

d.episódio relativo à consciência da (pesquisa de) memória: "There was something I was reading this morning [14]...now what on earth was it?...[4]...oh yes! [21]...it was the peculiar professor..." (p.68).

Esses dados, considerados pelos autores potencialmente confabulatórios, na medida em que mostrariam a tendência para confabular em função da "frouxidão" do sistema regulador (vide Hipótese Cognitiva, capítulo 3), são bastante parecidos com os que podemos observar no contexto normal. Há alguns, bastante semelhantes, analisados por Preti (1991) em seu estudo sobre a linguagem dos idosos. Tais dados indicam que, no trabalho com a memória (e com a construção textual do passado), a memória semântica (cultural) vincula-se estreitamente com a episódica na construção da memória autobiográfica e na própria manutenção da organização espaço-temporal dos relatos.

Vejamos, para ilustrar essas considerações, um exemplo retirado do estudo de Preti, capaz de mostrar como se dá essa estruturação espacial e temporal do tópico e da reconstrução do vivido. Ressaltamos a referência à gripe espanhola ocorrida no final da década de 10, em São Paulo, como uma das marcas formais dessa (re)estruturação, elaborada em meio às muitas voltas e consultas à memória:

L1- não, não, você está enganada

L2. Mil novecentos e DEZ:: saímos em dezessete

L1- nós entramos lá em mil novecentos e oito: : mais ou menos mil novecentos e nove...

L2-ahn?

L1-até mil novecentos e: : dezessete...dezoito...dezoito...até dezoito mais ou menos

L2- dezoito eu (ainda) estava lá na gripe...

L1- é...pois é logo depois ...é até dezoito dezenove mais ou menos TALvez vinte

L2- dezenove eu me casei

Os dados de Burgess & Shallice parecem, na verdade, ilustrar procedimentos normais através dos quais se atua (mnemonicamente) com as informações. Se seu estudo é interessante para a observação de processos (reguladores) de memória e sua construção textual, a inserção da confabulação como categoria de análise aplicada ao contexto

normal serve mais para patologizar o que aí ocorre do que para derivar explicações sobre os processos patológicos, como pretendem os autores.

O que aconteceria se apresentássemos o protocolo de confabulação a sujeitos normais, sem alteração da memória? Vejamos, à guisa de exemplo, alguns dados interessantes de FP.

FP é um senhor de 63 anos, com escolaridade até a quarta-série, segurança de firma aposentado, casado, que trabalha, atualmente, como porteiro de prédio. A uma das questões de memória semântica geral que deveria provocar como resposta "Eu não sei", ele responde com um comentário digressivo, bastante parecido com o que seria considerado uma confabulação no contexto patológico. Os mecanismos de defesa da face, ou as modalizações, são uma constante em sua interação com a entrevistadora:

EM- O senhor se lembra da última vez que o Brasil ganhou a Copa do Mundo?

FP- Ah, foi agora, em 94, na Copa da Itália, né...

EM- "México 70": O que isso diz pro senhor?

FP- Mexe com 70, setenta, né...Aí é duro, todo mundo diz (ri) Setenta anos...não é fácil, né. É muita coisa.

EM- Não, eu disse "MÉXICO 70".

FP- Ah, não é o Brasil, é outro...outro país. México 70. É, é alguma coisa. Não estou bem lembrado.

EM- O senhor se lembra o que aconteceu lá no México nos anos 70?

FP- Ah, não lembro, não lembro.

EM- Uma coisa importante para o Brasil (...) Tem a ver com o que a gente falava antes...

FP- O futebol? É mesmo, México 70, a outra que o Brasil ganhou. Aquela foi bonita, Pelé e tudo, né?

EM- O que aconteceu com o filho do Pelé em 17 de abril de 1983?

FP- Com o filho dele? Ouvi dizer alguma coisa, mas não lembro. É alguma coisa, não estou bem lembrado hoje.

EM- E o senhor, o que fazia nesse mesmo dia?

FP- Ih, já faz tanto tempo.

4.3.2. Discussão dos dados linguísticos de nossos sujeitos

Os dados linguísticos dos sujeitos MP e ET foram selecionados entre as sessões individuais com duas das investigadoras (EM e MC) que atuam no Centro de

Convivência de Afásicos (CCA) e na Unidade de Neuropsicologia e Neurolinguística (UNNE) e entre as sessões em grupo. Trata-se de interação em duas situações discursivas (interlocução com as investigadoras e com os demais integrantes do CCA) que demandam várias e diferentes funções linguísticas, gêneros discursivos e configurações textuais: interlocuções, relatos, instruções, comentários, descrições; chistes, provérbios, piadas; digressões, referenciações, reformulações, meta-enunciações, etc.

De nossos dois sujeitos, apenas ET foi submetido a uma versão reduzida do protocolo utilizado por Dalla Barba (1993a) em seu estudo da memória e da confabulação.

Apresentaremos a seguir o diagnóstico clínico e os dados linguísticos de MP e ET⁴.

A. O sujeito MP

MP é uma senhora bilíngue, com escolaridade básica, nascida na Letônia (veio ao Brasil aos 7 anos de idade) que, aos 72 anos, foi encaminhada ao ambulatório de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP com queixas de perda de memória e confusão mental. Realizados o exame neurológico e a avaliação neuropsicológica, chegou-se a um diagnóstico clínico compatível com a Doença de Alzheimer.

Resumidamente, mediante os procedimentos avaliativos, MP apresentou problemas com a dimensão semântica da linguagem que recobre todo o processo verbal, não apenas as atividades metalinguísticas. Episódios de confabulação acompanhavam-se de dissintaxia, fala logorréica, parafasias semânticas e mistas, perseverações, alterações de mecanismos de coesão e de coerência textuais, dificuldades de seleção lexical, ecolalias. Mostrou também desorientação espaço-temporal, alteração de memória (especialmente episódica), anosognosia e dificuldade de auto-correção, verbal ou não. Os episódios de confabulação que aparecem em seu quadro clínico seriam os referidos na literatura neuropsicológica como produção de falsa informação (confabulação fantástica) e perturbação da memória (semântica e episódica).

⁴Tanto a avaliação neurológica quanto a neuropsicológica foram conduzidas por Benito Damasceno; a avaliação neurolinguística e o acompanhamento clínico desses sujeitos foram conduzidos por Maria Irma Hadler Coudry e Edwiges Maria Morato. Os três integram a Unidade de Neuropsicologia e Neurolinguística, da Faculdade de Ciências Médicas e do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

É interessante ressaltar que MP é uma senhora cuja vida até então tinha sido muito ativa. Líder de uma comunidade religiosa (evangélica) de imigrantes letos, tinha sob sua responsabilidade inúmeras atividades de organização, de assistência e mesmo de ordem artística (tocava piano em casa e bandolim no conjunto musical da igreja). No tocante à vida privada, exercia importante papel no contexto familiar, junto ao marido e ao filho. Mais do que exatamente anosagnósica, MP resistia às evidências de suas dificuldades cognitivas, tentando contornar do jeito que lhe parecia mais adequado ou conveniente seus problemas: negando-os, minimizando-os ou imputando a outras pessoas (a partir de um certo momento, passou a dizer que era seu marido que, adoentado, ia ao hospital para as consultas e as orientações). Finalmente, após dois anos de nosso contato com MP, seu estado clínico piorou bastante, a ponto de dificultar o tipo de investigação e de intervenção que vínhamos fazendo.

A.1. Alguns dados linguísticos potencialmente confabulatórios de MP

1. No episódio que se segue, EM e MP discutem as eventuais dificuldades mnésicas desta última (1/6/90). É interessante observar a maneira como ela procura negar ou minimizar seus problemas mnésicos, além de como constrói a referência da "guerra" aludida pela investigadora:

- 2
- EM- Esta é a terceira vez que a senhora vem aqui? (no hospital)
 - MP- Eu não sei qual é a vez esta.
 - EM- Por que a senhora está vindo aqui no hospital?
 - MP- Olhe, eu não sou capaz de dizer nem o que é! Eu acho as pessoas aqui muito boas, amigas. Quando alguém está doente, um ajuda ao outro. E a vida é assim.
- 6
- EM- A senhora tem tido alguma dificuldade para se lembrar das coisas ultimamente?
 - MP- Eu acho que não.
 - EM- A senhora está se sentindo bem?
 - MP- Graças a Deus!
 - EM- Qual é o seu nome completo?
 - MP -M.K.P. (diz o nome por inteiro, corretamente)
- C
- EM- A senhora é brasileira?
 - MP- Eu vim da Letônia.
 - MP- Quando a senhora veio?

- c { MP- Em 19...quando é que foi? Quando é que nós viemos? Não sei mais quando que nós viemos da Europa.
- EM- A senhora veio antes ou depois da guerra?
- d { MP- Nesta Guerra, olhe, eu não tomei parte. Mas foi uma coisa maravilhosa! Sabe o que foi maravilhoso? Deus! Deus segurou umas certas pessoas para que não acontecesse nada. E foi uma maravilha. Parece que não é nada. Mas, olhe, doentes, os que estavam necessitados de alguma coisa, todos saíram ...
- EM- E a senhora veio para o Brasil com o seu marido?
- MP- Sim.

Segundo relato de familiares, MP chegou ao Brasil ainda criança com os pais, que resolveram, devido as suas atividades evangélicas, deixar a então União Soviética após a Revolução Bolchevique, de 1917. O episódio, que envolve cenas de perseguição a alguns parentes e amigos da família, sempre impressionou bastante a paciente.

2. O mesmo episódio será lembrado em outra ocasião (em 7/11/90) por MP, quando comenta com EM alguns fatos políticos. Ambas falam, no trecho a seguir, sobre a crise política dos três países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e a ocupação militar soviética no final de 1990. Bastante crítica em relação ao regime soviético, MP prevê a maneira pela qual se dará a reação dos comunistas frente à crise ("Você acha que eles vão fazer alguma coisa para perder?") servindo-se, certamente, de um pré-construído. Em outro segmento, nota-se que ela procede a ajustes enunciativos que revelam a inserção do interlocutor na construção de seu dizer (" Eu sou da Letônia", explica a EM, durante o relato de sua vinda ao Brasil), embora seja capaz de mudar abruptamente o tópico em curso para fugir de seus dificuldades (2b e 2c):

- MP- Eles são terríveis, sabe? Estão tomando conta de tudo.
- EM- Os comunistas?
- MP- Sim.
- a { EM- Mas a senhora não acha que os comunistas estão um pouco "por baixo" nos últimos tempos?
- MP- Pois então, estão embaixo. Todos estão fazendo o que estão querendo fazer. Nada mais! Você acha que eles vão fazer alguma coisa para perder?
- EM- Mas eles me parecem um pouco "em baixa" hoje em dia...
- MP- Se eles estão por baixo é porque daqui a pouco eles logo vão subir.

EM- A senhora quer dizer que eles vão reagir?

MP- Deus nos guarde! Nada mais! Você sabe o que eles vão fazer?

EM- Quem?

MP-O comunismo nada mais vai fazer que tiro na cabeça.

EM- Como?

MP- Tiro na cabeça! Ah, e meus pais não estavam na Europa quando eles estavam sendo malvados? Mas, mas meus pais souberam o seguinte...Eu sou da Letônia...Que Deus vai proteger essa nação. E eles foram para...aqui, para o Brasil.

b { EM- Bom, e agora o governo soviético ocupou a Letônia...E como está a situação hoje em dia na Letônia?

MP- Hoje em dia está tudo assim, mais ou menos bem. Minha irmã vai chegar.

EM- Da Letônia?

MP- Não, do Rio de Janeiro.

c { EM- Eu tinha entendido que ela chegaria da Letônia, a gente estava falando da Letônia...

MP- É, tem diversas pessoas que viajam. E ninguém fica falando em voz alta.

EM- Bom, a gente falava da situação atual da Letônia...

MP- É preciso ver...para crer. Também não vai ajudar para vencer o que tem sido o esmagador de todos. Deus não vai permitir.

Vejamos, a seguir, alguns episódios (3 a 6) em que MP confabula a respeito de uma suposta enfermidade de seu marido.

3. No trecho a seguir, EM tenta saber um pouco mais sobre o estado anosagnóstico de MP (8/06/90). Além das modalizações (3a, 3b), é interessante observar a maneira adequada com a qual ela trabalha com operadores argumentativos ("Pois é, **mas** vale a pena saber a Bíblia", deixando implícito que a formação católica deixa a desejar quanto a esse aspecto):

a { EM- Então, por que a senhora tem vindo ao hospital?

MP- Meu marido. Eu estava falando que seria bom conversar, porque tem muita coisa que a gente não compreende. Então, esse é o caso. Então, nós vemos as árvores, são uma coisa maravilhosa. Mas quando não são para o nosso bem, prejudicam um pouco, não é? As pessoas precisam estar preparadas para a presença de Cristo. Me desculpe a pergunta, mas

- você é crente ou não?
- 2 EM- Não, senhora. Eu tive uma formação católica...
- MP- Pois é, mas vale a pena saber a Bíblia.
- EM- Sem dúvida...Me diga uma coisa, a senhora está com quantos anos?
- 6 MP- Nem marquei os anos. Eu vim da Europa, estudei...num colégio de São Paulo. E assim é a vida.
- EM- A senhora veio pro Brasil com que idade?
- MP- Me deixe pensar, porque eu era criança ainda...

4. MP conversa com EM a respeito de uma suposta enfermidade de seu marido (7/11/90). Apesar de modalizar constantemente as afirmações sobre o estado de saúde de seu marido, MP confirma que ele encontra-se doente:

- 2 MP- Eu estou com pressa hoje. Meu marido está esperando lá...uma ajuda para o corpo.
- EM- Mas o que acontece com ele?
- MP- Olhe, eu nem sei ao certo.
- EM- O que ele sente...dores?
- MP- É.
- EM -Onde?
- 6 MP- Olhe, não sei ao certo, eu não perguntei. Ele foi ao médico, um outro médico...aí...como notei. Então, nós estamos assim, sem saber ao certo.
- EM- Em qual especialista ele foi?
- MP- Não sei.
- EM- Um médico de vista, um médico do coração...um médico da coluna...
- MP- Eu penso que é do coração. Olhe, nós estamos muito preocupados! Nesse caso, a gente faz o quê? Pede que Deus faça recuperar!

5. Na passagem a seguir, MP novamente "confabula" a respeito da suposta doença de seu marido, que tinha ficado em casa. Seu filho (AP), presente à sessão, reage quando MP comenta com EM o estado de saúde do marido, contestando a afirmação da mãe (23/01/91):

- 2 EM- O seu marido veio hoje também?
- MP- Veio.
- EM- Ele está lá na sala de espera?
- MP- Não sei, acho que sim, não é, filho?
- 6 EM- Ele tem alguma consulta hoje aqui no hospital?

- MP- Ele deve estar na consulta.
 AP- Na consulta, meu pai? Não, não...
 MP- Na consulta, não. Então, talvez...
 6 EM- A senhora me disse que ele não estava muito bem.
 MP- Pois é, ele...
 AP- (surpreso) Meu pai? Ele está muito bem, sem problema.
 EM- Seu marido veio hoje com vocês? Ele veio acompanhando a senhora?
 MP- Não...Não, não é por isso, não. Cada qual, a gente...Você vai, eu vou, e assim vai andando.

Apesar de soar um tanto cruel, pareceu-nos necessário, nesse episódio, provocar um pouco a auto-crítica de MP, a fim de observar como ela reagia às implicações e às reações de outros interlocutores frente aos expedientes os mais diversos de que ela lançava mão, tanto para contornar suas dificuldades, quanto para negá-las.

6. No trecho abaixo, em interlocução com EM, MP faz novamente referência à enfermidade de seu marido (6/02/91). É interessante observar neste exemplo a maneira apropriada de MP de manejar processos de implicação (6c):

- a { EM- Vão todos bem em sua casa? Seu filho, seu marido...
 MP- Tudo bem. Ele está melhor.
 EM- Quem?
 MP- Meu marido.
 EM- Mas, afinal, o que ele tinha?
 MP- Ah, olhe, as pessoas de idade...elas são mais assim...preocupadas. Então, aquilo lá está melhorando. Está bem melhor.
- b { EM- E a senhora, como tem passado?
 MP- Eu? Estou bem mesmo! Porque a gente sabe algumas coisas que convém saber, não é, e a gente fica feliz.
- c { EM- E...essas coisas que convém saber a senhora sabe, não é?
 MP- Sei! (ri) Você é inteligente, heim? (risos) É uma maravilha...
 EM- É a senhora que é bastante inteligente...
 MP- Agradeço, mas não mereço.
 EM- Merece, a senhora merece sim (risos).

Nem sempre, contudo, MP está disposta a enfrentar suas dificuldades. Vejamos como ela reage às tentativas de colocá-la em posição de "acusada". É o que acontece nos dois trechos a seguir.

7. No trecho abaixo, EM pede a MP que lhe conte alguma das inúmeras parábolas que conhece do Evangelho. Segundo informação do filho, MP tentava contá-las em casa, como de hábito, e não apenas esquecia grande parte delas como misturava as histórias ou enxertava com outras passagens bíblicas (12/09/90):

- 2
- EM- A senhora conhece todas as parábolas da Bíblia?
 - MP- Não posso dizer que conheço todas.
 - EM- Gostaria que a senhora contasse uma parábola pra mim.
 - MP- Você está pensando que eu esqueci, que eu não sei como é (risos).
- 6
- EM- Meu interesse é ouvir uma parábola...
 - MP- A gente mesma sabe o que quer e o que não quer...
 - EM- A senhora não gostaria de me contar alguma?
 - MP- Hoje não, porque meu filho está esperando. Agradeço muito, mas cada qual cuida de si mesmo. Deus cuida de todos nós.

8. EM pergunta a MP sobre seus eventuais problemas de memória (8/06/90). MP desconversa e passa a narrar um assalto sofrido em sua casa dias antes, quando a família tinha ido à igreja. Vemos neste exemplo, também, ajustes enunciativos que procuram checar a comunicação durante o desenvolvimento do diálogo ("Eu já contei pra senhora?", "Vocês também usam a palavra Deus?"):

- 2
- EM- Então, a senhora não tinha vindo aqui no hospital antes?
 - MP- Pois é. Então eu estou sem saber com quem eu estou conversando, e o que é para conversar...
 - EM- O meu nome é Edwiges.
 - MP- Eu tenho uma amiga chamada Edwiges também.
 - EM- Ah, é? Bom, e a senhora veio conversar comigo e com outras pessoas porque estava se achando um pouco esquecida. Nós nos vimos na semana passada, a senhora não se lembra?
- 6
- MP- De quê?
 - EM- De nosso encontro da semana passada.
 - MP- Pois é. Alguém...A gente tem a sua vida, fica conversando com os seus. Sempre vamos quase sempre na igreja também...Então, sabe, a vida é uma coisa muito interessante, agradável, e também a vida é bastante difícil. Porque as pessoas, hoje em dia, são más...Eu já contei pra senhora? Pois

6

olhe, foi ontem. Nós fomos todos à igreja... Vocês também usam a palavra Deus?

EM- Sim, claro.

MP- Pois quando voltamos da igreja, sabe, era uma coisa esmagada no chão. E a gente ficou espantada mesmo! Não podia nem dormir naquelas duas noites.

EM- Mas, o que foi isso? Ladrões?

MP- Diz que eles vêm lá do... Sei lá eu de onde eles vêm! E a vida é assim.

EM- Isso aconteceu recentemente?

MP- Foi há dois, dois... Foi duas noites. Não foi brincadeira. Quem poderia imaginar que seria de noite, assim, enquanto a gente estava na igreja, não é? A vida é assim mesmo. Mas para nós há uma grande vantagem é que Deus está conosco.

EM- Que coisa! Escute, estou me lembrando de uma coisa. A senhora me disse uma vez que tinha muitas atividades na igreja. O que é que a senhora faz lá?

MP- Nossa atividade é a seguinte: estamos buscando mais e mais a presença de Deus, para estarmos preparados para a volta quando ele chegar.

C

Porque Deus não demora nada! Eu não sei se a senhora reparou a vinda de Cristo que está pra chegar. Ou não?

EM- Acho que não reparei.

MP- Está direitinho marcado na Bíblia o tempo que não vai ser muito demorado.

EM- E como a gente pode ter certeza sobre esse tempo? O que nos diz que não vai demorar?

MP- A vinda de Cristo?

EM- Como as pessoas podem reparar que Cristo vai chegar logo?

MP- A coisa é a seguinte: é muito fácil! O que era pra ser bom está ficando ruim. Isso é o principal, não é? É... como mais nós não podemos fazer, conversamos com um, conversando com outro...

9. Já em outra oportunidade, MP tenta contar a EM, de bom grado, uma conhecida história bíblica, na qual o profeta Daniel, trancafiado em uma cova de leões sob a ordem do rei da Babilônia, é salvo por um anjo sob as ordens de Deus. Em seu relato, MP a confunde com outra história do livro do profeta Daniel, na qual três outras

personagens bíblicas estão em cena, jogadas no fogo a mando do rei, e igualmente salvos por um anjo de Deus. Ao final do trecho, EM pergunta a MP se o nome do rei era Daniel. A resposta, afirmativa, nos leva a considerar que, se não confundiu os dois personagens, o rei e o profeta, MP forneceu à interlocutora uma informação inadequada. Esta, vale notar, pode ter sido induzida pela pergunta de EM. Ao final do segmento 9a, podemos observar o trabalho metalinguístico de MP para a construção de seu relato (7/11/90):

- 2
- MP- Se Deus quiser que não aconteça, não acontece. É como Daniel, que estava caindo na re... na...no fogo...
- EM- Me conte essa história.
- MP- Está na Bíblia.
- EM- Pois é, eu não me lembro bem dela. O que aconteceu mesmo?
- MP- Bom...estava precisando ..Um rei estava com desgosto, com desânimo, tanta coisa aí, e mandou que jogasse no fogo...Saiu! Pois olhe, saiu do fogo sem ser...de maneira alguma...per...como se diz em português? Sem ter alguma noção de dificuldade e de tristeza.
- Nada, nada. Nada de ruim. Porque Deus protege os seus.
- 6
- EM- E que rei era esse?
- MP- Daniel.
- EM- Rei Daniel?
- MP- É.

Os dois trechos a seguir ilustram dois aspectos importantes da reação de MP frente às suas dificuldades linguísticas e cognitivas. Tanto o primeiro quanto o segundo trechos tratam de uma dificuldade recorrente em seu quadro neurolinguístico, isto é, a de reconstruir relações semânticas, inferenciais e referenciais a partir de determinados gêneros discursivos. A dificuldade parece residir, basicamente, no controle da polissemia entre a língua e o interdiscurso. Diríamos, a propósito, que a dificuldade de MP tem uma dupla face: uma, mais evidente, que diz respeito à dificuldade meta-enunciativa de se referir a outro discurso (fábula e provérbio, no caso), e outra, de manipular os elementos pré-construídos presentes na memória discursiva (vide o processo de parafraseagem em relação à "ganancioso" e à moral da fábula, no exemplo 10)

O primeiro dos trechos que virão a seguir diz respeito à recontagem de uma fábula ("O cão e o osso", de Esopo), e o segundo à interpretação do provérbio "Quem dá

aos pobres empresta a Deus"⁵. O que é interessante observar, do ponto de vista discursivo, é a maneira pela qual ela se recusa a fazer o papel da doente ou desmemoriada, chegando mesmo a disputar os sentidos adequados com a interlocutora (MC). Vejamos os dados:

10. A investigadora (MC) solicita a MP que leia em silêncio a fábula "O cão e o osso", a fim de recontá-la em seguida. MP começa a ler em voz alta e sua leitura é monocórdica e assemântica, repleta de paralexias. A maior dificuldade de MP, neste exemplo, é a de não aceder às relações semânticas e inferenciais a partir do próprio texto, cuja leitura obedece a determinado procedimento interpretativo para se constituir numa fábula.

MC- O que quer dizer essa história?

MP - O que quer dizer? Que a gente sabe o que faz porque...(seguimento ininteligível)

MC- O que aconteceu com o cachorro?

MP - Cachorro?

MC- O que ele tinha na boca?

MP - Boca? Tinha um uma aram, arame não.

MC- O...

MP - Osso. Em português não sei falar direitinho.

MC- Tinha um osso na boca.

MP - Pois é.

MC- E aí o que aconteceu com ele?

MP - Deixa eu ver pra eu saber.

MC- Tinha um osso na boca.

MP - Pois é. E depois caiu no chão.

MC- No chão, não! Então, ele foi atravessar o quê?

MP - O rio.

MC- O rio. O que ele viu?

MP - Outro cachorro.

MC- Outro cachorrô. Por que ele viu outro cachorro?

MP - Por que ele viu?

MC- É.

⁵Ambos os dados foram descritos e analisados em trabalho anterior por Coudry & Morato (1992), dedicado ao estudo de certos processos de significação no contexto das afasias e da demência de tipo Alzheimer. Neste trabalho interessa-nos especificamente os episódios virtualmente confabulatórios.

MP - Ué, cada qual, de acordo, faz o que quer.

MC- Não, mas por que ele viu a imagem dele aqui?

MP - Porque estava lá. Se não tivesse a imagem dele, ele não ia estar lá.

MC- Eu sei, mas o que fez com que ele visse a imagem dele? Porque eu não vejo a minha imagem na parede! O que tinha aqui embaixo para refletir?

MP - Água!

MC- Água!

MP - Nada mais!

MC- Então, ele olhou e viu...

MP - Água.

MC- E daí, o que aconteceu?

MP- Olha, eu não...

MC- O que que aconteceu? Vamos tentar ver o que que aconteceu.

MP - Eu não sei.

MC- Ele viu a imagem dele refletida na água (a investigadora, depois de retomar a história, e depois de pedir a MP que lesse novamente o texto, solicita a esta um comentário sobre a moral da fábula)
Por que o cachorro foi ganancioso?

MP - Porque ele estava vendo que o outro estava daquele jeitinho e ele quis a mesma coisa.

11. Neste trecho, a investigadora discute com MP a interpretação do provérbio "Quem dá aos pobres empresta a Deus". É interessante observar como MP se defende da posição que lhe é imposta pela situação de investigação. As duas interlocutoras, aliás, jogam, cada uma à sua maneira, com os argumentos de autoridade que parecem lhes dizer respeito. A uma observação de MP de que o provérbio não estava na Bíblia, ao contrário do que havia afirmado MC, esta responde que não é isso que está em questão no momento. Para MP, entretanto, isso é altamente relevante. Por outro lado, MP beneficia-se da ação de organização e controle da interpretação desse texto proposta pela investigadora. Não é outro o motivo que permite a MP aceder ao sentido geral que está veiculado nesse provérbio. O filho de MP (AP) também está presente neste momento.

2 { MC- Por falar em Deus, o que quer dizer isso: "Quem dá aos pobres empresta a Deus"?

MP - Empresta a Deus, não é?

MC- O que quer dizer isto?

MP - Quer dizer que nós temos tantas pessoas, nós temos tantos...

MC - Quem?

MP - estão sabendo aquilo...aquilo lá está fazendo isto, aquele aquilo lá, aquilo, aquilo.

MC - Hum, hum.

MP - Mas aquilo lá...(diminui a intensidade da voz)

AP - Não, mãe.

MP - Não? Então, o caso é o seguinte: nós vivemos a vida.

MC - Eu quero saber o que quer dizer essa frase: "Quem dá aos pobres empresta a Deus"? O que quer dizer isso? Qual é o sentido disso, "Quem dá aos pobres empresta a Deus"?

MP - E aonde a senhora leu isto?

MC - Na Bíblia.

MP - Será?

MC - Hum, hum. Não, eu não quero discutir onde é que está. Eu quero que a senhora me diga...

MP - Não está assim na Bíblia.

MC - Não está com estas palavras...mas é uma coisa...né...

MP - É em geral...

MC - É em geral, né? Quem dá aos pobres empresta a Deus, o que quer dizer isto?

MP - Ué!...Se eu desejo alguma coisa boa...para as pessoas, pois é bom. Vou ficar com Deus...

MC - Vou?

MP - Tratar bem...tratar bem...das das outras pessoas. Nós não podemos deixar...não sei que distância...de lá pra cá...Mas nós devemos saber. Olha, chega aí...tem lá uma senhora aí, a Candi, a Cândida, sabe. Pois uma senhora...passou dificuldades, não é? O que que acontece? Ela não quer saber mais de nenhuma pessoa.

MC - (dirigindo-se ao filho de MP)- É verdade?

AC - Não é bem assim!

MP - É justamente!

MC - Ela está desgostosa, é isso?

MP - É.

AP - O problema, mãe, é a filha dela, que tinha um namorado que não estava dando certo. O cara é...

MP - Pois é.

AP - descobriram que não é grande coisa...

MP - Pois é.

AP - Então, esse que é o problema, né?

MP - Pois é, pois é. Mas...pre...prejudica...prejudica os outros. A vida é assim mesmo. Uma coisa eu sei...que vale a pena a gente...a gente ser...uma pessoa que procura fazer o bem para os outros...a gente... fica sempre mais agradável, agradando a Deus. Porque Deus cuida de nós.

MC- É isso que quer dizer esse provérbio "Quem dá aos pobres empresta a Deus"? Se eu ajudar uma pessoa que é pobre, tá...Se eu ajudar uma pessoa que é pobre, indiretamente, né, eu estou fazendo o que Deus... pediu...

MP - Por que que é indiretamente, por que não certamente?

MC- Ou diretamente.

MP - Por que não usar sempre o certamente?

MC- Então, eu estou ajudando uma pessoa pobre, né, é o que Deus quer, né, que eu ajude as pessoas, não é?

MP - Porém, agora, né, vou falar outra palavra: A pessoa quer ajudar aos outros, mas se não gosta daquela pessoa, pula um passo adiante e aquela pessoa fica magoada que não foi ajudada.

MC- Se eu ajudar uma pessoa que está precisando, eu estou a favor ou contra esse provérbio?

MP - Mas o provérbio não é da Bíblia.

MC- Mas não tem importância. Eu não vou entrar no mérito da questão. Eu quero saber o seguinte: o provérbio diz "Quem dá aos pobres empresta a Deus". Se eu, uma pessoa pobre vem...vem me procurar, está precisando. Eu posso ajudar e não ajudo. Eu sou contra ou a favor essa frase?

MP - O que que está acontecendo? A gente a si mesmo prejudica.

MC- Eu quero saber se o fato de eu não ajudar a pessoa...

MP - Pois sim.

MC- ...eu sou contra...

MP - Contra quem?

MC- A essa frase: "Quem dá aos pobres empresta a Deus".

MP - Eu não sou, não sou capaz de...de decifrar como é para ser isso. Não

sou capaz disso, porque ou é sim, ou é não. Alguém que quer que está...que quer que seja...

A.2. Achados neuropsicológicos e linguísticos dos dados de MP

A partir de diferentes situações discursivas como interlocuções e narrativas, e levando em conta diferentes configurações textuais (comentários, recontagem e interpretação de provérbio e de parábola, relatos de fatos pessoais e político-culturais), extraímos dos dados linguísticos de MP 11 exemplos que foram segmentados para melhor explicitar os episódios de confabulação ou aqueles potencialmente confabulatórios.

Tais episódios parecem ocorrer sob a ação de vários agentes **cognitivos** (lacunas de memória, anosognosia, agnosia visual), **pragmáticos** (pressupostos interpretativos, leis discursivas gerais, em especial a de relevância e a de qualidade, eleição de tópicos marginalmente relevantes) e **enunciativos** (elaboração ou construção meta-enunciativa de heterogeneidades enunciativas e da memória discursiva, referenciação). Seus problemas semânticos (parafasias, paralexias, dificuldades de encontrar palavras, problemas de relação de sentido, dissintaxia), vale dizer, não podem dar conta de todos os processos implicados na confabulação. É preciso, então, considerar a inteira capacidade discursiva de MP.

Como seria caracterizada, em termos neuropsicológicos, a confabulação de MP? A maioria dos autores dedicados ao tema refere-se ao caráter pouco consistente (repetitivo) das confabulações, espontâneas ou eliciadas. Entretanto, como se observa nos exemplos 3 a 6, MP apresenta o que poderia ser considerado uma confabulação consistente a respeito de uma suposta enfermidade de seu marido, que, em função disso, estaria em consultas médicas regulares. Como analisar essas confabulações, bastante coerentes do ponto de vista textual, embora relacionadas a uma inverdade?

Poderíamos levar em conta a semelhança desse tipo de construção imaginária com os distúrbios perceptivos característicos do delírio de pacientes psiquiátricos. Seria um equívoco, entretanto, classificar esse tipo de confabulação como delirante ou fantástica. Não apenas porque os processos cognitivos que estão na base desses dois discursos diferem, como também porque a construção imaginária nos delirantes é cristalizada e estereotipada, diferente dos confabuladores com síndromes afásicas, demenciais ou amnésicas.

Um outro aspecto a ressaltar quanto a esse ponto diz respeito à atitude de MP frente ao seu dizer. Ela toma para si a responsabilidade discursiva de comentar a suposta

enfermidade do marido como sendo verdadeira. Ainda que nesse caso MP falte à verdade, não poderíamos nos contentar com uma explicação via "mentira honesta" (na expressão de Moscovitch, 1989), calcada no argumento da alteração dos estados de consciência ou de negação ou desconhecimento do déficit (anosognosia). Uma outra hipótese, se levarmos em conta que a anosognosia não é capaz de explicar os dados de MP, e se acharmos que o mecanismo de "defesa da face" é, nesse caso, um tanto vago, poderia aventar as explicações de cunho psicanalítico em torno do processo de "projeção". Com isso, poderíamos supor que, ao atribuir a (sua) enfermidade ao marido (que, à propósito, gozava de boa saúde na ocasião), MP estaria às voltas com um mecanismo de defesa que consiste em projetar seus próprios conflitos, considerando-os como provenientes do outro ou do mundo externo.

De qualquer maneira, observamos que nem sempre MP insiste no tema dessa confabulação, como nos mostra o dado 5, em que a estranheza de seu filho sobre a eventual doença do pai faz com que MP reconsidere o que acabara de dizer sobre o marido. Isso quer dizer que ela não está insensível à intervenção da fala e da presença do interlocutor sobre o seu próprio dizer e sobre suas construções enunciativas. É interessante observar, quanto a este ponto, que, se seu interlocutor deixa de fazer esse tipo de intervenção (como nos dados 1d ou 6), MP não apenas prossegue como parece estimulada a confabular em função das perguntas da investigadora (como nos dados 4b ou 5a).

A anosognosia do problema de memória, ainda que presente, não parece recobrir durante todo o tempo, e com o mesmo grau de importância, as situações discursivas nas quais MP se engaja. Contudo, sua disposição básica de negar ou de minimizar suas dificuldades está presente em quase todos os dados de que dispomos. Para tanto, ela desconversa, muda abruptamente o tópico conversacional (pontuando esses momentos muitas vezes com expressões fixas como "E assim é a vida"), permitindo que isso aumente ainda mais suas dificuldades linguísticas e cognitivas (vide dados 2b, 3a, 4 e 7).

Um mecanismo básico das interações difíceis, que leva em consideração, segundo uma vertente psico-social da abordagem pragmática, as tentativas de preservação da auto-estima, isto é, a "defesa da própria face" frente às dificuldades e às situações de conflito, poderia estar em questão quando MP não apenas nega que esteja passando por alguma dificuldade específica como também afirma ser o seu marido o doente, e não ela. Segundo o que se apreende do que diz MP, o marido não a acompanha ao hospital para as consultas, isto é, seria ele o doente, e ela a acompanhante. Parece que, para ela, essa é a realidade, e não o contrário.

Se MP fosse inteiramente anosagnósica, comentários como os realizados nos dados 6 e 7a, nos quais ela afirma, de maneira espirituosa, saber das “coisas que realmente importam”, e graceja com a investigadora, ironizando sobre suas intenções (“Você está pensando que eu esqueci, que eu não sei como é”, comenta, quando EM lhe pede para contar uma parábola do Evangelho) não seriam possíveis. Uma discussão nos termos aqui propostos questiona, assim, a vinculação direta da confabulação com a anosognosia, estabelecida, entre outros, por Dalla Barba et al. (1994) e Moscovitch (1989).

Nem sempre as respostas de MP podem ser usadas como evidência de uma anosognosia, e isso porque às vezes parecem buscar deliberadamente fugir de perguntas ou situações que poderiam admitir que ela apresenta um problema. Poderíamos supor, assim, que nem sempre o sujeito que confabula é “involuntariamente” anosagnósico. Seu desempenho linguístico-cognitivo adequado, coerente e razoável em outras situações nas quais não confabula dá alguma sustentação ao que estamos afirmando. Será que o clínico tem o direito de concluir que o sujeito é anosagnósico quando nega ou não considera relevante o seu problema? Talvez não haja, enfim, anosognosia absoluta. Lembremos, a propósito, alguns dados de MP em que ela procura modalizar a maneira pela qual se refere ao seu problema de memória (5a, 7a), muda abruptamente o tópico conversacional (2b, 2c, 8b, 11c) ou minimiza suas dificuldades (6b, 3b).

Vejamos a seguir como as teorias neuropsicológicas da confabulação explicariam os problemas de memória de MP.

Segundo as explicações dos autores que se reúnem em torno das hipóteses frontais e cognitivas (vide capítulo 2), seriam muitos os exemplos da fala de MP que revelariam seus problemas de memória semântica e episódica. Levando em conta a abordagem neuropsicológica, diríamos que MP teria maiores problemas relacionados com a memória episódica (cf. dados 1d, 3a, 4a, 4b, 5a, 6a, 9b), embora revele também problemas de memória semântica. Com exceção da confabulação espontânea em torno do suposto mau estado de saúde do marido (exemplo 3), os demais episódios, se não podem ser classificados como propriamente eliciados (no sentido clássico da pesquisa clínica), observamos que foram todos produzidos num contexto de réplicas induzidas de alguma maneira pelo interlocutor de MP (exemplos 1d, 4b, 5a, 6a, 9b). Em todos esses casos, MP apresenta o que poderiam ser chamados de episódios potencialmente confabulatórios.

O exemplo 9 é bastante interessante quanto a esse ponto. A abordagem neuropsicológica nos diria, a julgar pelos estudos feitos por Dalla Barba (1993b), por exemplo, que a memória semântica (no caso, o conhecimento da história do profeta

Daniel, descrita no Velho Testamento) está estreitamente relacionada com a memória episódica e com o que ele chama, baseado em Tulving (1984, 1985), de “conhecimento semântico”.

Para Dalla Barba (op.cit.), a lembrança de eventos pessoais ou de incidentes só pode ser significativa se se leva em conta os processos gerais de construção de sentido que compõem a memória semântica. A questão subjacente a essa ponderação, que problematiza a dicotomia entre as duas memórias estabelecidas por Tulving, seria a seguinte: Haveria, afinal, algum processo cognitivo chamado memória que não fosse semântico ou que não carregue consigo o problema de fazer ou não sentido?

Os limites da noção de memória semântica são mais facilmente percebidos quando lidamos com dados como os exemplos 9, 10 e 11, que reportam a processos inferenciais e trabalham com a interpretação e reconhecimento de enunciados pré-construídos e dispostos no mundo, partilhados com os interlocutores a partir de uma memória discursiva comum, histórica, cultural.

Os aspectos pragmáticos e enunciativos dos dados 1, 8, 9, 10 ou 11 podem nos instruir um pouco mais sobre o problema da construção enunciativa dos processos de referência.

Como se observa especialmente nos exemplos citados (em especial, o 9), operações pragmático-enunciativas que mobilizam a construção da referência estão não só perturbadas pelos problemas linguístico-cognitivos básicos do quadro clínico de MP, como parecem repercutir em sua atividade discursiva sob a forma de confabulação.

Ao problema de referenciação, de atividade inferencial e de construção meta-enunciativa de inscrição no interdiscurso (vide, especialmente, exemplos 9, 10 e 11), soma-se o da desconsideração de leis discursivas gerais, responsáveis pelas possibilidades comunicativas dos falantes. Lembremos o que postulam duas das máximas conversacionais griceanas, reconsideradas por Sperber & Wilson (1986) e Dascal (1982), a de relevância e a de qualidade.

Ao escolher um tópico marginalmente relevante (ou mesmo ao abandonar um tópico em desenvolvimento em função de algum outro sem fazer os ajustes enunciativos necessários que marcam, no discurso, essa mudança), e ao fabricar por algum motivo uma realidade pessoal, uma nova memória autobiográfica, o sujeito que confabula estaria infringindo basicamente duas das chamadas leis do discurso (Grice, 1975; Ducrot, 1984), isto é, a de relevância e a de qualidade.

O princípio de relevância é de suma importância para discutirmos a semelhança da confabulação com algumas outras configurações textuais tidas como transgressoras, em especial as digressões. Em estudos anteriores (Morato & Coudry, 1992; Morato,

1993) já havíamos apontado as semelhanças e as diferenças entre esses dois fatos textuais.

A escolha do que é ou não relevante põe em evidência a constante negociação dos interlocutores e o reconhecimento mútuo de intenções. Como observam Dascal & Katriel (1979), as escolhas marginais na progressão do tópico discursivo são um verdadeiro convite à digressão. Segundo esses autores, a digressão seria constitutiva da dinâmica característica do fluxo conversacional e de certos propósitos discursivos.

Observando os dados de MP, notamos que há muitos momentos de digressão que, por motivos variados, são potencialmente analisáveis como confabulatórios (vide exemplos 1a, 1d, 2b, 2c, 3a, 6a, 8b, 8c, 11c). O que torna esses episódios de MP diferentes do contexto normal é que, no contexto patológico, as digressões ocorrem sem a ação do papel estruturante que o interlocutor exerce sobre o dizer do sujeito e sobre as consequências disso na situação discursiva. Esse apagamento da ação organizadora ou estruturante do discurso do outro parece estar, entre outros aspectos já apontados pelas investigações neuropsicológicas, na base da passagem da digressão para a confabulação patológica (vide, entre outros, o exemplo 2c).

Contudo, como os problemas cognitivos (memória, anosognosia, etc.) parecem insuficientes para destruir a linguagem, observamos ainda que MP, apesar de suas dificuldades, é sensível ao trabalho epilinguístico e à ação estruturante do outro e de seu discurso. Lembramos aqui, a propósito, os exemplos em que MP procede a ajustes enunciativos para checar a comunicação e inserir definitivamente o interlocutor na construção de seu relato (2, 3a, 8c.), atua metalinguisticamente (8, 9a, 11d), trabalha com pressupostos interpretativos (6c, 7a, 11e) e opera, em termos meta-enunciativos, com o pré-construído e a memória discursiva (2a, 3a, 10, 11)

Os dados 2c, 5b, 6b, 7, 10 e 11 mostram como o papel do interlocutor é importante para que MP permaneça no tópico discursivo e proceda aos ajustes necessários para modificá-lo, seja estimulada a reformular o conteúdo do que disse ou a forma pela qual o fez, sinta-se capaz de reagir às consequências que a relação assimétrica imputa às interlocuções com as investigadoras e de disputar com elas o sentido do que se diz ou o controle interpretativo de enunciados dispostos na memória discursiva comum.

A.3. Resumo da discussão sobre os dados linguísticos de MP

Levando em conta os dados linguísticos de MP, o que se pode dizer sobre as condições de sua confabulação? Em primeiro lugar, não podemos deixar de considerar

que os episódios confabulatórios incidem num contexto de várias dificuldades linguístico-cognitivas decorrentes de uma neurodegenerescência. Assim, podemos imaginar que estejam relacionados com um problema básico de memória (em especial, de evocação de eventos recentes e autobiográficos) e de orientação espaço-temporal, além de uma perturbação geral dos processos cognitivos (notadamente, os linguísticos, os gnósticos e os práxicos). Entretanto, a constelação semiológica das síndromes demenciais, como vimos na discussão da literatura neuropsicológica, realizada no capítulo 2, não é suficiente para explicar a confabulação, até porque há muitos pacientes dementes que não confabulam.

É preciso averiguar, pois, as situações de emergência dos episódios confabulatórios e as condições discursivas (verbais e mentais) que as mobilizam. Em outras palavras, é preciso pensar nos processos ou nas contingências que levam o sujeito a confabular. E quais seriam estes?

MP "confabula" sempre que instada a se defrontar com suas dificuldades, mnésicas ou outras. Isso se mostra quando tem que dar referência a tópicos autobiográficos cujos detalhes não estão mais - digamos- à disposição, quando tem que interpretar uma enunciação paremiológica, reconhecer os sentidos veiculados numa parábola ou numa fábula, enfrentar as consequências de sua enfermidade no tocante à vida pessoal e social. É uma tarefa complicada o estabelecimento de uma clara distinção, nesse caso, das escolhas tópicas centralmente relevantes, das intrusões e das confabulações.

Observamos, por um lado, que seus problemas neuropsicológicos ou neurolinguísticos implicam alteração das atividades referenciais (como construir a referência do que se diz, em termos textuais?), meta-enunciativas (o que e como o interlocutor ou o outro discurso, próprio ou alheio, diz? O que há de partilhado ou conflitivo em nossa memória discursiva comum?), pragmáticas (quais elementos linguístico-discursivos têm relevância e qualidade, para mim e meu interlocutor?).

Por outro lado, observamos também que as confabulações de MP não são produzidas apenas face às suas dificuldades de base, mas também em resposta (retórica) a elas. Se a digressão é uma espécie de técnica na construção e manutenção de tópicos e propostas discursivas normais, por que não se poderia dizer o mesmo da confabulação? A confabulação, nesse caso, não pode ser o conteúdo de um componente lógico-semântico inadequado, ou sua mera manifestação. Antes, configura-se como um fato textual (tomemos, especialmente, as confabulações de MP relativas à suposta enfermidade do marido, e as respostas ou comentários, tão evasivos quanto incongruentes, sobre tópicos autobiográficos e eventos culturais) que é constituído de

vários elementos pragmático-enunciativos que estão em jogo nas diferentes situações discursivas.

B.O sujeito ET

ET é um homem destro, divorciado e pai de 4 filhos, com escolaridade básica (quarta série do primeiro grau), que trabalhava numa relojoaria. Em 1990, aos 36 anos, sofreu um traumatismo crânio-encefálico (TCE) num acidente de trânsito. O TCE resultou em sequelas neuropsicológicas compatíveis com um quadro pós-traumático de predomínio frontal (Síndrome Frontal), embora a tomografia computadorizada revelasse também lesões têmporo-parietais no hemisfério esquerdo. Apraxias ideomotoras e construcionais, alterações visuo-espaciais, labilidade de humor e alteração de comportamento, alterações perceptivas e mnésicas ativas e seletivas, diminuição da faculdade crítica e acentuado adinamismo são os problemas de maior importância do quadro clínico de ET, somados à falta de iniciativa verbal, severas dificuldades com a linguagem escrita, perseverações, parafasias de diversas naturezas, jargofasias e neologismos. Os episódios de confabulação que aparecem em seu quadro clínico seriam aqueles referidos na literatura neuropsicológicas como produção de falsa informação (confabulação “fantástica”) e de relações semânticas inapropriadas ou extravagantes (falha dos processos de julgamento e de controle da realidade), além de perturbação da memória (semântica e episódica).

Em relação aos aspectos neurolinguísticos, é interessante sublinhar que, quando instado a alguma atividade significativa (quer seja conversar, narrar, comentar, participar de alguma atividade não verbal como dramatização gestual, etc.), com familiares ou com investigadores (em sessões individuais ou em grupo, no Centro de Convivência de Afásicos), ET o faz de maneira a provocar estranheza e causar espécie nos demais. Isso se dá não apenas em função de suas dificuldades semânticas que, isoladas (sob a forma de uma parafasia, um neologismo, uma dificuldade de encontrar palavras, por exemplo), seriam insuficientes para desestabilizar ao extremo as interações verbais. Tal estranheza não parece derivar também apenas de seus problemas mnésicos, que se manifestam quando ele não se lembra do endereço atual ou de familiares, ou se equivoca quanto a um trajeto anteriormente bem conhecido, por exemplo. Do mesmo modo, essa estranheza não advém apenas das sequelas neurológicas, como a incontinência urinária, a indiferença afetiva e o adinamismo, também característicos de seu quadro sindrômico.

O fator de estranheza por parte dos interlocutores de ET é multifacético, sem dúvida. Os episódios de confabulação, relacionados com quase todos os seus problemas de base, implicam repercussões particulares na qualidade das interações de ET. Tais episódios são marcados por relatos de fatos não vividos efetivamente, “adaptação” de alguns eventos pessoais, informações cujas relações referenciais são inesperadas, simplesmente equivocadas ou aparentemente desprovidas de sentido, relações semânticas em que há uma remissão extravagante de significantes (“O homem (h)omeia até chegar a hora dele”, respondeu a uma pergunta sobre a morte misteriosa de um homem em seu bairro). Também colaboram para essa estranheza e estão relacionados com os episódios de confabulação o abandono repentino da atividade em curso (ET pode, por exemplo, inventar sem nenhum critério uma nova regra para um jogo de dama, contrariando o que fôra estabelecido previamente entre os parceiros) e a apresentação de justificativas bisonhas para relatos que constrói, ferindo tanto o conhecimento partilhado sobre o referente quanto as mínimas coordenadas contextuais.

É necessário que seja mencionado que ET vivia, à época de seu acidente, um conflito familiar bastante acentuado. Pai de quatro filhos de mulheres diferentes, pensava em viajar para fora do Brasil com a última delas. Ao mesmo tempo, discutia com a mãe de seu filho caçula pendências judiciais relativas aos bens do casal. Com o problema neurológico, a família, com quem ET passou a viver, tomou para si esses conflitos e começou a gerenciar a sua vida e seus interesses. À medida que o quadro clínico de ET foi melhorando do ponto de vista neuropsicológico e neurolinguístico, essa situação passou a ser insuportável para ele, que tinha graves acessos de raiva, fases de mutismo e importantes mudanças de humor. São dessa época, particularmente, os episódios confabulatórios sobre seu suposto retorno ao trabalho ou à cidade em que morava antes do acidente, e sobre sua vida conjugal, suspensa a partir de seu acidente.

B.1. Alguns dados linguísticos potencialmente confabulatórios de ET

1. No trecho a seguir, ET conta à investigadora (EM) quantos filhos tem. É importante ressaltar que a filha mais velha de ET, do primeiro casamento, estava à época com 15 anos de idade. A separação de ET de sua última mulher parece ter sido complicada. Na época do acidente, ele já estava envolvido com uma outra mulher, que esperava um filho seu. A mulher com quem vivia revoltou a família ao entrar na justiça para ficar com os bens do casal. A família a afastou, bem como o filho de ambos, da convivência com ET. Este, no episódio abaixo, confunde-se um pouco com todos esses dados (2/02/93):

- a
- EM- Quantos filhos você tem?
ET- Eu tenho dois, tenho três, tenho quatro filhos. Tenho três fora e com a minha mulher legítima, um.
- b
- EM- Teve um filho com a primeira mulher?
ET- Que é com quem eu estou agora.
- c
- EM- Mas você me disse na semana passada que estava solteiro!
ET - É. Ela quer morar comigo, mas eu é que não quero. Porque tem que alugar casa...Eu não vou comprar outra casa, não! Vou arrumar um serviço. Depois eu vou buscar ela. Ela está morando com o pai dela lá no Mato Grosso.
- d
- EM- Como chama a filha que você teve com a sua mulher, a primeira?
ET- Hemilda.
EM- Que idade ela tem agora?
ET- Vai fazer quatro anos agora. Eu só tenho ela de filho.
- e
- EM- Você havia me dito uma vez que também tinha um garotinho...
ET- Esse não. Esse é um garoto meu, mas é de criação. Posso ter conhecido na cidade. O pai dele quis largar ele lá no hospital...A gente pegou ele, e criamos ele até hoje.
- f
- EM- Mas esse garoto não é seu filho com a sua última mulher?
ET- Não é meu, não. Porque ela é minha irmã. Ela é irmã da minha mulher.
- g
- EM- Mas que história complicada, essa! Primeiro diz que tem um filho, e depois diz que não tem mais! Fiquei sem entender.
ET- Eu só tenho dois filhos com outra mulher. Três! Dois com uma, e uma com outra!

2. No trecho a seguir, ET e EM conversam sobre o acidente que ele sofreu há três anos (16/02/93). Ele chega a apresentar uma nova versão do ocorrido, após negar o acidente que havia sofrido:

EM- A família tem medo que você seja acidentado de novo, é isso?

ET- (surpreso) Eu, acidentado?

EM- Bom, você me contou que sofreu um acidente de motocicleta lá em Rondonópolis, quando estava de férias. Aí, desde então, você vem vindo aqui no hospital para se recuperar dos problemas que ficaram... Você já me contou uma vez essa história, lembra?

ET- Ah, mas esse acidente não foi comigo, não. Eu caí, mas não foi comigo, não. Não foi eu, não.

EM- Não foi um acidente?

ET- Eu não fui batido nem bati. Foi sem querer. Eu virei a minha bicicleta, ela escorregou e eu caí.

EM- E aí?

ET- Aí, tudo bem. Eu bati num colega meu. Conversou comigo, tudo bem. Aí ficou também.

3. Como uma tentativa de reinserção de ET em algumas de suas atividades ocupacionais anteriores ao TCE, a família, sob orientação da equipe terapêutica, o levou a uma bicicletaria cujo dono era uma pessoa conhecida. O objetivo era verificar se ET dava cabo de algumas tarefas próprias do ofício de ciclista. Segundo o relato da família, ET permaneceu calado durante toda a visita, não dirigiu a palavra ao dono da bicicletaria nem se interessou por coisa alguma durante o tempo todo. A seguir, ET e EM conversam sobre essa experiência (16/02/93). É interessante observar aqui a maneira (adequada) como ele trabalha a elaboração meta-enunciativa de um pré-construído, lançando mão, ao final, da inscrição de um "sujeito universal" para explicar que ele (ET) adere, ao contrário do dono da bicicletaria, à idéia de que se deve acreditar nas pessoas quando elas dizem algo ("Eu acho que se o cara falar, tá certo. Eu tenho que acreditar nele"):

EM- Então, você foi lá na bicicletaria do seu bairro?

ET- (...)

EM- E por que não quis ficar lá?

ET- A conversa dele com a minha não valia nada.

EM- Mas, como, se foi o próprio dono da bicicletaria que chamou você pra trabalhar lá?

ET- Eu falei...Eu não sei se falei, mas tudo bem, eu falei aquilo ali: precisa consertar aqui, precisa consertar ali, não precisa disso aqui. Ele não ia acreditar.

EM- Você acha que ele não confiaria em você?

ET- Eu acho que se o cara falar, tá certo. Eu tenho que acreditar nele.

4. No trecho a seguir (27/10/93), ET comenta com EM as dificuldades que às vezes tem para lembrar-se de algumas pessoas. A partir de um certo momento, ET cisma que já conhecia EM do Mato Grosso, confundindo-a, talvez, com uma pessoa conhecida. Na literatura neuropsicológica, a sensação de *déjà vu*, ou seja, a impressão de que determinada pessoa é conhecida ou mesmo de que existiriam pessoas

“duplicadas” recebe o nome de paramnésia reduplicativa (vide capítulo 2). É interessante observar que ET, em função de várias modalizações, procura situar-se em relação ao seu próprio dizer:

ET- Eu lembro de você, mas não lembro em que colégio nós estudamos juntos

EM- Mas nós não estudamos juntos, não. E por vários motivos.

ET- Que motivos?

EM- Bom, eu nunca morei em Rondonópolis. Foi lá que você estudou, não foi?

Eu estudei em Santos. E nós estudamos em épocas diferentes. Você é mais velho do que eu.

ET- É?

EM- Quantos anos você tem?

ET- Eu tenho dezenove. E você?

EM- Eu tenho trinta e dois.

2 ET- Êpa! Mais velha do que eu, heim?!

EM- Espera lá, você nasceu em que ano?

ET- 1954.

EM- Bom, fazendo as contas... Vamos ver aqui (EM mostra a conta que faz a ET)... Bom, você tem trinta e nove.

ET- Mas você não estudou lá?

EM- Será que você não está me confundindo com outra pessoa?

ET- Acho que não.

EM- Bom, se eu não me lembro de ter estudado com você ou ter te visto antes de você vir para o hospital, e se eu nunca morei em Rondonópolis, como você explica? Tem alguma explicação?

6 ET- Tem uma.

EM- Qual?

ET- Que você visitou o colégio.

EM- Eu nunca visitei nenhum colégio em Rondonópolis!

ET- E com quem você mora agora? Você não morava com o seu Pedro?

EM- Nada disso! Ainda acho que você está me confundindo com outra pessoa.

ET- Você lembra da (seguimento ininteligível) ...da casa do Edson?

EM- Onde?

ET- Lá da Vila Costa e Silva.

EM- Mas agora você está falando do bairro onde você mora aqui em Campinas, não é? Não conheço muito bem aquela região.

ET- Eu conheço você faz tempo.

EM- Bom, nós nos conhecemos há dois anos, desde quando você frequenta o hospital. Dois anos é bastante tempo?

ET- Depende.

EM- Mas você está cismado com essa história que me conhece faz bastante tempo, heim?

ET- Acho que sim. Eu, vendo as pessoas, assim, costumo me lembrar.

5. O trecho a seguir foi selecionado da transcrição de uma atividade do Centro de Convivência de Afásicos em que o grupo fazia a simulação de situações de compra de objetos a partir da descrição de suas propriedades e funções, ou seja, sem nomeá-los. Participam da sessão vários investigadores e sujeitos cérebro-lesados (16/09/92). É interessante observar nos exemplos 5 e 6 como seus problemas semânticos de base (parafasias, neologismos, dificuldade de encontrar palavras) repercute na construção da significação:

- 2 { INVi.-(...) Em que bairro você mora?
 ET - (...) Moro lá em Rondonópolis, Mato Grosso...
 INVe-Agora, quando você está aqui em Campinas, né, você mora aqui perto. Como é que chama mesmo aquele bairro...aqui na estrada, não é? Entre Campinas, entre a cidade e Barão Geraldo? Como é que chama aquele bairro que você está morando agora...com a sua tia? Você me contou outro dia...que é Vila...
 ET - Por enquanto é lá do trenais...
 INVe-Oi?
 ET - Trenais...
 RR - (estranhando) Trenás?
 INVe-Aqui?
 ET - É...

6. Na mesma sessão do trecho anterior, os participantes se ocupam da atividade proposta:

- 2 { EM- (dirigindo-se a ET) O que que a gente encontra numa papelaria?
 ET - Encontra tudo...
 EM- Tudo, referente a algumas coisas só, não é?
 ET- Encontra livro...encontra caderno...é...papel...
 EM- Claro...
 6 { ET- Encontra carrinho, chuteira...

- b | EM- Chuteira?
 ET- É, um pedaço de pau, né? Que é pra fazer uma, uma...chuteira.
 INVi-(falando baixo, estranhando) Chuteira?
 RR - (idem) Pedaço de pau pra fazer chuteira?
 ET - Hum, hum...
 RR- Não compreendo isso aí.
 EM- Acho que na papelaria, acho que um caderno, livro, né?
 ET -caderno...
 c | RR- ...borracha...
 EM- ...borracha...
 ET- ...borracha...um um...com muita...
 d | EM- Numa papelaria? Com caderno, caneta, borracha?
 ET- E um revólver.
 EM- Isso talvez não se venda em papelaria.
 INVi-Revólver do quê?
 ET- Com...com muita dentro.
 e | INVi-(estranhando) Muita?
 ET- É.
 f | INVi-Que que é esse revólver com muita?
 ET- Pra eles tirar...e guardar o...material.
 INVi-É tipo estojo? Ah, estojo em formato de revólver, será?
 g | ET- Hum, hum...
 RR- (falando baixo) Eu nunca vi...

7. No trecho a seguir EM propõe à ET que interprete o provérbio “Cada macaco no seu galho” (2/02/93). É interessante observar, neste exemplo, que sua dificuldade parece ser mais relacionada com a sua inscrição meta-enunciativa no pré-construído do que com este propriamente dito. Como no exemplo 3, ele convoca o “sujeito universal” para operar meta-enunciativamente com um pré-construído (“O cara...cada trabalho tem um homem pra fazer. Se ele não sabe, tem que aprender”):

ET- Cada macaco no galho?

EM- Você já ouviu esse ditado popular...Já falou isso ou ouviu alguém falar pro outro “Cada macaco no seu galho”?

ET- Ouvi. Já ouvi de tudo. Mas não estou me lembrando.

EM- Se alguém diz isso pra você, o que será que ele está querendo dizer com isso?

ET- Se o cara...

EM- É, se o cara diz pra você...Por exemplo, você está dando um palpite no trabalho dele e de repente ele te fala assim: “Cada macaco no seu galho”. O que que ele quis dizer com isso?

ET- O cara... cada trabalho tem um homem pra fazer. Se ele não sabe, tem que aprender.

8. A seguir, apresentamos a versão reduzida do protocolo de estudo da confabulação proposto por Dalla Barba (1993a), que engloba memória semântica geral, memória episódica e memória semântica pessoal. Os dados foram selecionados de duas sessões de novembro de 1993:

I. Memória Semântica (pessoal)

a. EM- Qual o seu nome completo?

ET - (diz o nome completo corretamente)

b. EM- Qual a sua idade?

ET- Eu estou agora com vinte e um anos.

c. EM- Qual é a data de seu nascimento?

ET- Eu nasci em 54, não me lembro o mês.

d. EM- Em que dia, você se lembra?...Dia 10, 15, 20...

ET- É, é isso, mais ou menos.

e. EM- Onde você nasceu?

ET- Eu nasci em Poxoréo, Mato Grosso.

f. EM- Seus pais são vivos?

ET- São.

g. EM- Como eles se chamam?

ET- O pai chama...Ih, agora pra lembrar o nome fica difícil! A mãe chama Laurinda Bonifácio de Arruda.

h. EM- Quais foram seus dois últimos empregos?

ET- Foi na...relojoaria...e bicicletaria.

i. EM- Quantos irmãos você tem?

ET- Homens? Eu tenho mais dois irmãos...Edson, o primeiro... O outro é José Pedro...

j. EM- E quantas irmãs você tem?

ET- Irmãs tem bastante. Uma chama Laurinda, outra chama Academia, outra

chama Luíza, outra chama Matilde...

l. EM- E essa que veio hoje com você?

ET - Essa é a Benê.

m.EM- O que você fazia no dia 16 de setembro de 1979?

ET- Eu morava lá em Rondonópolis.

EM- Você se lembra do que fazia nesse dia?

ET- Eu tinha ido lá. Todo dia eu ia trabalhar.

Observação: Quando nomeia as irmãs, ET comete parafasias (“Academia”) e mistura os nomes das irmãs com os das ex-mulheres (apenas Laurinda é irmã).

II. Memória Episódica (Noção espaço-temporal)

a. EM- O que você almoçou hoje?

ET- Foi meio dia, doze horas.

EM- E o que você comeu, tente se lembrar.

ET- Arroz, feijão, carne. E um doce que é salada de...arroz, salada de café.

Um doce de banana...e um pedaço de banana que é...costela de porco.

Foi isso.

b. EM- Que dia é hoje?

ET- É uma quarta-feira. Eu não sei a data.

EM- Bom, ontem foi dia 23.

ET- Hoje é dia 24?

EM- 24 de que mês?

ET- De dezembro?

EM- Um mês antes...

ET- Novembro?

EM- Agora tente se lembrar da data toda.

ET - 24 de novembro de 1978.

c. EM- Como chama o bairro em que você está morando?

ET- Vila Costa e Silva.

d. EM- Em que cidade fica?

ET- Campinas.

III. Memória Semântica Geral

- a. EM- Em que ano o Brasil ganhou a Copa pela última vez?
ET - Não lembro.
- b. EM- Você já ouviu falar do Sílvio Santos?
ET- Já...
EM- O que ele faz?
ET- É um chefe que aparece na televisão.
- c. EM- E do Roberto Carlos?
ET- Também. É um cantor de música popular.
EM- Você sabe o que o filho dele fazia em abril de 1983?
ET- Ele não cantava também?
- d. EM- Você conhece o Senna?
ET- Do Senna eu gosto, mas um pouco. Eu gosto mais do Roberto Carlos do que da Sena.
EM- Bom, eu estava falando do Ayrton Senna...Você sabe quem é ele?
ET- Sei. É um jogador de...de...música.
EM- Ele não é um piloto?
ET- É. Um piloto de...de futebol.
- e. EM- A Regina Duarte também aparece na televisão. Você lembra o que ela faz?
ET- Ela também dirige carro?
- f. EM- “México 70”: o que isso te faz lembrar?
ET - É o nome de um futebol.
- g. EM- O que aconteceu há pouco tempo com o ex-presidente Collor?
ET- Não sei. O que aconteceu com ele?

B.2. Achados neuropsicológicos e linguísticos de ET

Extraímos dos dados linguísticos de ET 8 exemplos que foram segmentados para melhor darem visibilidade à análise dos episódios potencialmente confabulatórios. Os dados foram selecionados de interlocuções com EM e de uma sessão em grupo (no CCA) com outros sujeitos cérebro-lesados. O oitavo exemplo foi transcrito do protocolo de estudo da confabulação apresentado a ET.

Segundo o que depreendemos das explicações neuropsicológicas, ET teria tendência para confabular sempre quando está em jogo a memória episódica. Ou seja, ele tem muitas dificuldades relacionadas com a lembrança de incidentes imediatamente

anteriores e posteriores ao seu TCE, bem como com a memória autobiográfica em geral, passada e recente (esta, em especial). ET tanto pode produzir confabulações em função de uma desordem espaço-temporal envolvendo a memória autobiográfica real (como nos exemplos 2a, 2b, 2c, 2d; 5) quanto desenvolver relatos de eventos reais “mesclados” com os imaginados e fictícios (como nos exemplos 2e,2f; 3;4).

O exemplo 3 é extremamente interessante; trata-se de uma construção enunciativa totalmente imaginária, em que ET relata o encontro com o dono da bicicletaria onde a família o levava para um possível emprego. Absolutamente coerente do ponto de vista textual; plausível, do ponto de vista da realidade contextual, é também compatível com os enunciados pré-construídos que estão dispostos na cultura. Isto é, ao relatar o que não houve, ET argumenta e explica porque nem sequer abordou ou deixou-se ser abordado pelo provável empregador. Este, segundo ET, não lhe daria a menor confiança, devido ao seu estado cognitivo, não confiaria nele, o trabalho não seria “de verdade” (“A conversa dele com a minha não valia nada”, ele diz). Será que isso seria uma confabulação que apenas identifica e revela uma confusão de memória ou de estado mental? A questão que julgamos importante assinalar quanto a este ponto é o imbricamento de dois processos que podem estar simultaneamente perturbados, embora de forma diferente: um, relacionado com o acesso aos componentes da memória (não apenas a cognitiva, como também a discursiva); outro, com a elaboração meta-enunciativa desses componentes.

Assim como os de MP, os episódios confabulatórios de ET são espontâneos e parecem relacionar-se com diferentes motivações (cognitivas, pragmáticas e enunciativas). Também como ocorre no caso de MP, produzem-se especialmente mediante exigências linguísticas e cognitivas (sob a forma de réplicas, comentários e respostas dirigidas ao investigador), ainda que também apresentem-se sob a forma de discurso espontâneo com outros interlocutores, familiares e amigos.

Também à semelhança das "confabulações" de MP, a perturbação do componente semântico da linguagem tem fortes implicações nas de ET. A instabilidade semântica parece somar-se à de ordem mnésica e pragmático-enunciativa de tal modo que as confabulações surgem como resposta não apenas a uma perturbação de relações semânticas (exemplos 5 e 6) como também às construções de sentido cuja base é semântico-pragmática, ainda que o efeito seja discursivo (exemplos 3, 4 e 7). Neste último caso, um problema de seleção semântico-lexical passa a relacionar-se com a perturbação do trabalho referencial e do acesso ao sistema conceitual (que veicula as interpretações possíveis - e não literais- do provérbio em questão).

Esses comentários poderiam nos levar a dizer que, em termos neuropsicológicos, as dificuldades mnésicas de ET também diriam respeito à memória semântica, e não apenas à episódica. Ou seja, não apenas o conhecimento perceptual do mundo (os lugares, rostos e fatos pessoais e sociais dos quais ET não mais se lembra), mas a capacidade linguística de referir-se a ele parecem estar com problemas importantes. No caso de ET, essa perturbação é mais acentuada do que as apresentadas por MP. O papel organizador do outro e seu discurso sobre as atividades linguístico-cognitivas de ET parece mais atenuado e esta fragilidade nem sempre lhe permite ou o incita às atividades epilinguísticas de reformulação e auto-correção (vide exemplos 1, 4 e 5).

O exemplo 4 nos leva a uma discussão tipicamente neuropsicológica: trata-se, aqui, de uma confabulação, uma paramnésia reduplicativa ou um delírio? Segundo Dalla Barba (comunicação pessoal), esse dado seria um bom exemplo de paramnésia reduplicativa, isto é, a impressão, irreal, de *déjà vu*, é mantida mesmo sob protestos dos interlocutores. Já para o linguista e psicanalista Laurent Danon-Boileau (comunicação pessoal), esse dado parece ser mais a expressão de uma resposta delirante (fantasiosa) a uma inadequada percepção do mundo pessoal. Ora, perguntaríamos, por que vale a pena distinguir tão marcadamente essas três formas?

Vejamos agora os dados obtidos com a versão reduzida do protocolo de Dalla Barba, proposto a ET (exemplo 8). As questões cujas respostas mereceriam um "Eu não sei", devido à sua especificidade e descontextualização, provocam a manifestação de respostas confabulatórias, no entendimento neuropsicológico (exemplo IIIc). Contudo, mesmo aqui a capacidade discursiva de ET não foi destruída; pelo contrário, o exemplo indica que ET está operando adequadamente com a manipulação de sentidos viáveis. O tipo de resposta que ele dá em Im é interessante. A pergunta, de acordo com Mercer et al. (1977) e Dalla Barba (1993a), deveria demandar uma resposta do tipo "Eu não sei"; outra resposta qualquer seria considerada uma intrusão ou um comportamento confabulatório (na expressão de Dalla Barba, op.cit.). Em suma, temos aqui um sinal (sub) clínico que atestaria uma tendência para a confabulação.

Entretanto, a resposta de ET, ainda que não tenha sido um ponderado "Eu não sei", nos parece de qualquer modo razoável. Se sua vida tem sido sempre o trabalho rotineiro, e se ele sempre morou em Rondonópolis, o que poderia ele ter feito de excepcional na ocasião mencionada pela investigadora? Na falta de alguma efeméride pessoal e social, ele assinala que estava, como sempre, em sua cidade. Provavelmente trabalhando e tocando a vida. Vale notar que ET é capaz de responder "Eu não sei" quando a questão lhe soa menos específica e descontextualizada, como no exemplo em

que afirma não saber o que acontecera ao presidente Collor, perguntando à investigadora, em seguida, o que havia acontecido com ele (IIIg).

A resposta que ele fornece à pergunta que incide na eventual atividade do filho do cantor Roberto Carlos numa certa data tão remota quanto aleatória é perfeitamente adequada. Veicula o mesmo sentido que encontramos nos provérbios “Tal pai tal filho” ou “Filho de peixe peixinho é” (“Ele cantava também?”, responde ET à pergunta da investigadora). O modalizador **também**, marcado no enunciado, indica a preocupação de ET em expressar sua dúvida e assinalar uma inferência que está justificada pela suposição de que o filho de um cantor também deve cantar. Assim, se tudo o que se pode saber do filho de Roberto Carlos é que estava fazendo algo em março de 1983, por que não supor que ele, assim como o pai, estaria cantando também? Afinal, a regra geral de um protocolo como esse é não deixar nenhuma pergunta sem resposta, ou melhor, sem algum tipo de resposta.

Um outro aspecto que nos chama a atenção nos dados de ET é sua dificuldade com a seleção semântico-lexical (ilustrada pelos exemplos 1, 5 e 6), com a seleção de *frames* e de enunciados e enunciações pré-construídos (responsáveis pelo problema de reconstrução do sentido do provérbio no exemplo 7, e pelo exemplo 4) e a desordem de memória seletiva em praticamente todos os dados de que dispomos, espontâneos ou eliciados. São todos eles processos que envolvem algum tipo de trabalho seletivo (isto é, voluntário, “intencional”). Parece-nos que esse trabalho de seleção geral encontra-se *flou*, oscilante, fluído, altamente desestabilizado pela patologia cerebral de ET, cujas características são frontais. Isso faz com que ET acabe geralmente optando (ou não tendo outra saída que não fazê-lo) pelas escolhas de itens apenas marginalmente relevantes (exemplos 7; IIIb, IIIc, IIIId, IIIe, IIIf), perseverativos (exemplo 4) ou simplesmente aleatórios (exemplos 5 e 6), inadequados para o trabalho referencial (exemplos IIIb, IIIc, IIIId, IIIe, IIIf).

Esses exemplos, somados à dificuldade de ET de fazer implicações (ou implicaturas, nos termos de Grice, 1975, Sperber & Wilson, 1986 ou Dascal, 1982), redundam quase sempre em malentendidos não resolvidos (vide o exemplo 4, no qual ET imagina ser mais novo do que a investigadora - ele diz ter 19 anos, enquanto ela afirma ter 32 - e insiste nisso mesmo quando esta procede aos cálculos matemáticos para chegar à idade correta de ambos). Neste caso, tanto a manutenção do malentendido quanto a dificuldade de manipulação de implicações, poderiam ser uma outra maneira de referir-se à produção de “falsas informações” sem intenção de iludir, de que nos fala Berlyne (1972), Moscovitch (1989) e Dalla Barba (1990, 1993b). A manutenção da confabulação, aqui, teria a ver com a desconsideração de ET das implicaturas realizadas

por seu interlocutor. Esta é uma maneira de dizermos que o apagamento do papel organizador do outro na atividade linguística e cognitiva de ET é fundamental para compreendermos a vocação confabulatória de seu discurso.

De qualquer maneira, observou-se que mesmo um protocolo elaborado para provocar respostas ou comentários confabulatórios é incapaz de obter **apenas** respostas confabulatórias. Ainda que flagre seus problemas de memória, não nos explica, por si mesmo, por que e de que forma se dão as confabulações de ET. Ao contrário, o protocolo é capaz de nos mostrar que muitas vezes ET está operando adequadamente com as informações de que dispõe e procura fazer o mais razoável tendo em vista seus problemas, de memória ou outros. É bom que se ressalte, contudo, que o protocolo em questão nos indica, no item "memória semântica", que ET não dispõe mais de todos aqueles elementos mnêmicos que provavelmente possuía em sua vida pré-mórbida, e que são responsáveis pela manipulação adequada do conhecimento enciclopédico e das referências do mundo sócio-cultural (vide o dado 8 III).

B.3. Resumo da discussão sobre os dados linguísticos de ET

Levando em conta os dados linguísticos de ET, o que podemos postular sobre as condições de surgimento de episódios confabulatórios? Em primeiro lugar, devemos considerar que ganham forma num contexto de dificuldades específicas de memória, embora isso não os explique. Problemas de base, característicos do quadro clínico de uma síndrome frontal pós-traumática, também aparecem como elementos constitutivos. Porém, ainda não podemos explicar as confabulações apenas nesses termos. Quais seriam, então, os processos pelos quais ET é levado, de uma maneira persistente, aos episódios de confabulação?

Diríamos que vários elementos, por um lado, de ordem cognitiva, e por outro, de ordem linguístico-discursiva, são responsáveis pela maneira pela qual ET constrói significações e opera frente ao sistema conceitual (cujas referências e propriedades dizem respeito ao mundo sócio-cultural). Assim, observamos que atua nos episódios de confabulação de ET um problemático trabalho de seletividade na condução de certos processos cognitivos (seja relativo a certos procedimentos de memória, seja aos processos de julgamento).

Observa-se, ao mesmo tempo, uma dificuldade semelhante em relação a determinados níveis de reflexão sobre a linguagem, como os que operam com a atividade epilinguística e meta-enunciativa, responsáveis, entre outros aspectos, pela capacidade de reformulação e auto-correção, pela heterogeneidade enunciativa, pelas

referências ao discurso do outro e pelo reconhecimento e interpretação de enunciados pré-existentes. Ao não manipulá-los com relevância e propriedade em relação ao contexto interativo, às regras pragmáticas básicas e gerais que regem as situações discursivas ou aos elementos linguísticos que caracterizam as diferentes configurações textuais, ET é detentor de um discurso que nunca parece auto-referenciado. Entretanto, nem parece ser a verdade (o diagnóstico) sobre a presença de uma confabulação o mais importante nesse caso. A maneira pela qual ele "opta" pela confabulação para se manter nas várias propostas discursivas é o que nos parece intrigante.

Os episódios potencialmente confabulatórios que observamos nos dados de ET dizem respeito tanto às suas dificuldades de memória, e basicamente como respostas a elas, quanto aos seus problemas relativos aos processos de significação, seja sob a forma de réplicas, comentários, conclusões, explanações, hipóteses.

4.4. Confabulação e capacidade discursiva

Como pudemos observar, são muitas as configurações textuais da confabulação: réplicas, comentários, conclusões, hipóteses, perguntas, reformulações, narrativas, explanações, instruções, especificações, etc. Estas surgem no interior de interlocuções com investigadores e familiares e também nas conversações das sessões em grupo. Mediante as situações de teste ou de entrevistas muito fechadas, contudo, essa variação diminui sensivelmente. Um resultado prático decorrente disso, e que diz respeito ao tipo de investigação feita em Neuropsicologia, nos parece ser a pobreza de recursos de análise das condições em que se processam as confabulações.

Vimos também que as confabulações relacionam-se com a pesquisa ativa e consciente de diferentes tipos de memória: lembrança de alguns eventos pessoais, incidentes familiares, trabalho seletivo e simultâneo envolvendo múltiplas memórias, inúmeras e diversificadas tarefas que envolvem procedimentos de memória e solução de problemas (os quais implicam adequada manipulação semântico-pragmática do conhecimento enciclopédico e das experiências autobiográficas numa realidade sócio-cultural).

Levando em conta o que temos exposto até aqui, observa-se que há uma massa de fenômenos cognitivos e linguísticos subjacentes à confabulação que geralmente escapam tanto à descrição neuropsicológica tradicional quanto à pesquisa que a relaciona com a memória e com o processamento de informação. Tentamos mostrar, ao mesmo tempo, que a desconsideração dos aspectos enunciativos e pragmáticos é a manutenção *sur le tapis* da velha questão da indeterminação do sentido, da opacidade

das intenções, da constatação de que, se tudo em nossa vida está ligado a um certo tipo de memória, ela depende, em grau máximo, dos processos de significação e dos vários movimentos de sentido em torno de objetos simbólicos (lembrar, narrar, comentar, etc.).

Observamos também que se o sujeito confabulador **não confabula sempre**, e se há aqueles indivíduos que são "potencialmente" confabuladores, podemos pensar ou imaginar determinadas situações que seriam propícias ao seu aparecimento (como testes de memória autobiográfica e outros, induções feitas pelo clínico/investigador, estratégias de auto-preservação frente às dificuldades, mas também relativos ao tipo de interação na qual ocorre, às descontinuidades tópicas, a referenciação, à manipulação das chamadas leis discursivas ou conversacionais, às atividades metalinguísticas, às meta-enunciações e à capacidade pragmática de reconhecer e dar referência à memória discursiva).

Além disso, chamamos a atenção para o fato de que, se o sujeito pode confabular em outras circunstâncias que não a de consulta ou a de situação de testes específicos (ainda que, ao que parece, estas se revelem como ideais para os interesses clínicos), podendo também referir-se a tópicos que não os tipicamente mnêmicos, não podemos afirmar categoricamente que a confabulação tem, a priori, algum conteúdo mnêmico particular.

Se o sujeito confabulador não confabula sempre, o que se passa com sua capacidade discursiva, esta possibilidade que o sujeito pragmático tem de estender sua ação no mundo através do papel mediador tributário da linguagem?

Seja sob a forma de réplica, de narrativa, de comentário ou de descrição, seja provocada ou espontânea, seja concernente às alterações de memória ou de consciência, a confabulação parece ser sempre uma resposta ao problema do sentido, na medida em que este está vinculado à produção de interação, não apenas ao modo de apresentação do objeto ou à percepção que o sujeito tem do mundo. O problema do sentido parece ser sempre um problema de conhecimento/interpretação do mundo, e da interação com ele. Se pudermos chamar isso de "representação", teremos localizado o **primeiro aspecto** ou problema ligado às confabulações.

Uma idéia de representação aqui é invocada em razão do caráter reflexivo da linguagem, que nos permite ter um distanciamento necessário para intervir sobre o discurso e sua repercussão. O sujeito confabulador que não reconhece seu próprio enunciado quando este é retomado por um interlocutor surpreso com o que acaba de ouvir (vide os exemplos 1, e 3 dos dados de ET, ou os exemplos 5 e 11 dos dados de MP) chama a nossa atenção para o **segundo aspecto** que envolve o trabalho de organização do sentido no discurso de confabuladores: a atividade reflexiva da

linguagem (entendida como epilinguística, para alguns autores, como Culioli, 1982; simplesmente metalinguística, para outros, como Benveniste, 1974, ou Jakobson 1956/1981; ou, ainda, meta-enunciativa para outros, como Authier- Révuz, 1991).

Ainda que não possamos controlar inteiramente o sentido do que dizemos (tanto as propriedades do inconsciente quanto a natureza da língua nos privam desse controle), sabemos, até certo ponto, o que queremos dizer, e o que veicula aquilo que dissemos. É dessa maneira que o sentido do que dizemos é "representável", bem como o de nosso interlocutor ou o de outros discursos dispostos no mundo. Esta idéia de representação implica algumas outras, como a de mediação e a de intenção (isto é, intenção **pretendida**, não volitiva ou psicológica).

Por que imaginamos ser importante pensar alguma idéia de intencionalidade? Porque nossos enunciados guardam, de alguma maneira, uma vontade de mostrar, de dar a conhecer ao outro o(s) sentido(s) que produzimos. Dito de outra forma, não basta que o locutor tenha uma intenção, é necessário que ela seja de algum modo identificada, reconhecida. Se isso não acontece, dificilmente a compreensão ocorre. E dificilmente podem correr o risco, locutor e alocutário, do jogo de cumplicidade básico das diversas situações de comunicação. Se o locutor "sabe", ainda que parcialmente, o sentido do que ele diz, este lhe é representável, e pode sê-lo também para seus interlocutores. Vemos, assim, uma continuidade possível entre intenção, mediação e representação do sentido. Os diferentes episódios de confabulação no contexto patológico parecem flagrar essa solidariedade.

Ao longo de nossa discussão, pudemos observar, ainda, que muitas coisas podem provocar a confabulação. Entre elas, no campo da investigação neuropsicológica, estão as teses das alterações do "controle da realidade", do Lobo frontal e da memória.

Entre os aspectos enunciativo- pragmáticos que apontamos, somam-se a **atitude** do sujeito confabulador em relação ao seu próprio dizer (tomando-o como verdadeiro, negando, minimizando ou "projetando" seus problemas cognitivos) Nesse caso, a confabulação poderia ser considerada uma espécie de expediente reparador, um processo alternativo para se manter na interlocução, um mecanismo de defesa da face frente às suas dificuldades mnêmicas, uma resposta desjustada às necessidades da situação de teste) e a **qualidade da interação** em meio à qual emerge (em que pese aqui o papel dos interlocutores na construção das interações verbais e dos efeitos de sentido que provocam).

Quando mencionamos a atitude do sujeito que confabula não estamos nos referindo a nenhuma "função atitudinal", e sim à maneira pela qual o sujeito parece responder à dificuldade que o leva a confabular. É como se ele dissesse: Eu confabulo

porque confabulo. Eu confabulo, mas confabulo ao mesmo tempo como resposta ou defesa contra a confabulação (ou o que a permite ou provoca).

Levando em conta todas essas questões, não parece fácil definir a confabulação sempre de uma mesma maneira, como pretende a Neuropsicologia, como se esse fosse um fenômeno homogêneo, capaz de recobrir todos os problemas implicados. A definição da confabulação, na medida em que ela diz respeito a diversos aspectos linguísticos e cognitivos, manifesta-se por aspectos enunciativo-pragmáticos, é forjada a partir de certas condições interativas, cujas propriedades são psico-sócio-culturais, parece ser melhor esboçada numa perspectiva que toma o contexto em que se produz e as atividades discursivas envolvidas.

Com isso, estamos considerando que, se há alguma constância na confabulação patológica, seria menos sua vinculação com uma alteração básica de memória ou de percepção e mais a maneira pela qual o sujeito confabula (isto é, por quais expedientes linguístico e atividades discursivas), bem como as suas motivações e os contextos nos quais ela ocorre (consulta com o médico, entrevista com o examinador, diálogo com outros pacientes e com familiares, etc.).

Finalmente, um **terceiro aspecto** merece ser mencionado. O problema de memória é, pelo que vimos, o mais discutido nos estudos sobre a confabulação. Contudo, uma questão pouco explorada em meio ao debate sobre a natureza e os mecanismos linguístico-cognitivos da confabulação ganha uma importância capital para a análise linguística. Trata-se da relação entre a memória (psicológica, cognitiva) e o exterior discursivo no qual se constrói e se constitui.

Se considerarmos que deve haver uma espécie de reciprocidade, de influência, da memória cognitiva com o exterior discursivo, então poderemos postular que essa relação impregna e organiza nossa representação do estado de coisas do/no mundo.

Parece-nos, contudo, que se estivermos ainda falando de memória nesse contexto, não será mais de memória essencialmente cognitiva, e sim de algo mais próximo de conteúdos sócio-culturais, isto é, relativos às experiências significativas de vida em sociedade e à partilha da memória discursiva das palavras e do interdiscurso. A **memória discursiva**, assim, seria o terceiro aspecto que envolve a construção do sentido nos episódios confabulatórios que sofre implicações no contexto patológico. Esta noção torna-se importante para a observação da rede de funcionamento referencial produzida no processo discursivo e da atividade meta-enunciativa do sujeito para reconhecer e articular os vários pré-construídos que a constituem. Com isso, queremos dizer que a confabulação não parece estar confinada às memórias pessoais ou específicas apenas porque o ato (ou a atitude) de memória é também um comportamento

cultural e está inscrito em seqüências discursivas. Reconhecer a memória discursiva, afinal, faz parte da capacidade discursiva dos sujeitos, e isso não se destrói completamente no contexto patológico porque não está na dependência de um **ou** outro processo cognitivo, memória **ou** linguagem.

5. COMENTÁRIOS FINAIS: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Ao longo deste trabalho muitas questões foram debatidas em torno da confabulação enquanto problema neuropsicológico. Algumas outras questões, contudo, e talvez as mais interessantes para os nossos propósitos, merecem ser articuladas neste capítulo. Este, realizado à guisa de conclusão, procura selecionar do estudo feito até aqui aqueles temas para os quais ainda não podemos obter alguma resposta (ou, pelo menos, aquela que não seja tautológica ou simplista), e aqueles através dos quais a pesquisa que se projeta a partir da articulação entre a Linguística e as outras disciplinas interessadas nos processos cognitivos ganha fôlego e se justifica.

Tentamos, num primeiro momento, deslocar a confusão conceitual representada pela confabulação no campo da Neuropsicologia para outros terrenos teóricos, como a Psicologia Cognitiva e a Linguística. Examinamos algumas propostas de modelos que estabelecem a relação entre a descrição de episódios confabulatórios e o processamento da informação e da memória. Observamos o que teriam a Pragmática linguística e as teorias enunciativas a dizer sobre a questão, e apresentamos alguns movimentos teóricos a serem feitos pela Linguística cujo interesse passa pelos processos de significação e pelo funcionamento da vida mental.

Argumentamos que os estudos sobre a confabulação padecem de uma impropriedade, relacionada, basicamente, com a desconsideração do linguístico. Se não se levar em conta a peculiaridade dos processos linguístico-discursivos implicados na configuração textual da confabulação no discurso cotidiano e no patológico, torna-se problemática a apropriação de um fenômeno típico do discurso oral (normal) pela Neuropsicologia ou pela Neurolinguística, e questionável a sua inserção na constelação semiológica das patologias cerebrais. Ambas as áreas da pesquisa clínico-cognitiva deveriam levar em conta, ainda, que a confabulação que se produz no contexto normal nem sempre guarda semelhanças com os mecanismos (linguísticos e cognitivos) que são responsáveis pela confabulação patológica (pelo menos, o que vem sendo uma convenção chamar de confabulação em Neuropsicologia).

Procurando pautar-nos pelo domínio da refutação teórica e empírica no tocante aos achados teórico-clínicos, observamos que dificilmente se pode falar de confabulação sem falar do sujeito que fabula e de suas atividades discursivas, da qualidade das interações em que a confabulação ocorre e das condições psico-afetivas que as mobilizam. Tal consideração, vale dizer, aplica-se à análise do fenômeno no contexto normal e no patológico, em que pese, neste último caso, as peculiaridades do comprometimento cerebral e do meta-discurso clínico sobre normalidade, informação, memória, etc.

Procuramos questionar os termos pelos quais a pesquisa clínica atribui uma condição patológica à confabulação através, basicamente, dos sinais clínicos que a acompanhariam, como a anosognosia, a desorientação espaço-temporal, a alteração dos processos de controle da informação e da linguagem interna. Além disso, procuramos mostrar em nossa discussão de dados que a confabulação não seria característica exclusiva das narrativas e das réplicas construídas como respostas às perguntas do examinador. Em outras palavras, não está na dependência da resposta do paciente que é considerada pertinente pelo examinador.

A confabulação no contexto patológico, em suma, é um fenômeno linguístico-cognitivo heterogêneo; seu funcionamento está na dependência e na observância (simultânea, seletiva, mais ou menos consciente) de vários processos de significação em jogo na tarefa mnêmica. Esta consideração, aliás, é fundamental para compreendermos as limitações dos procedimentos fechados (os testes). Ao negligenciar-se o caráter interlocutivo da linguagem, perde-se de vista que a questão do sentido está também vinculada à produção de interação: o outro nos é necessário para sabermos o que dizemos, ou para construirmos mais ou menos o sentido do que estamos a dizer.

Tentando resumir o percurso feito até aqui, deparamo-nos com as motivações iniciais deste trabalho. Ainda permanecemos com a curiosa sensação de que o que parece nos incomodar nos fatos textuais confabulatórios é muito parecido com o que parece nos incomodar nas fábulas. Referimo-nos ao discurso alegórico e todas as nossas suscetibilidades em relação a ele (entre outras, a desconfiança, o desconforto, a curiosidade, a incerteza, a depreciação). Assim como a fábula, a confabulação - normal ou patológica - incita o interlocutor (ou leitor) a procurar (e a encontrar, naturalmente) um sentido oculto, desviado, extravagante, moral (verdadeiro): um sentido "por trás". A tarefa de decifrar o sentido pode ser frustrada por vários motivos, e, entre estes, a aparente desconsideração do propósito comunicativo de base que rege as interpretações, responsável ao mesmo tempo pelas regularidades e pelas indeterminações da significação. Ao esconder o sentido, ou mesmo eximir-se dele (ou desviá-lo ou distorcê-lo), frustra-se a descoberta da verdade e o princípio cooperativo básico da comunicação ou da interação humanas.

A confabulação "patológica" defronta-se, por um lado, com as ilusões do realismo, e, por outro, com as tentativas de colocar em relação mundos logicamente heterogêneos, isto é, os objetos da realidade e os da imaginação, os eventos discursivos e os cognitivos, a linguagem e a mente, aquilo que é externo e aquilo que é interno ao homem e seu cérebro.

Tendo isso em consideração, com quais questões nosso estudo sobre a confabulação poderia ser concluído? Quais os comentários finais que poderiam ser aventados pela discussão teórico-metodológica que se procurou apontar ao longo deste

trabalho? Quais os problemas e as perspectivas que se abrem para o estudo da relação entre linguagem e processos cognitivos? Que tipo de reflexão nossos achados projetam em direção às interações entre a Linguística e outras disciplinas do conhecimento que se reúnem em torno de um projeto comum, que poderíamos chamar de a "pesquisa do cognitivo"?

Consideremos a primeira dessas nossas questões, que encerram uma preocupação não apenas linguística como também cognitiva: os processos que atuam na confabulação patológica seriam os mesmos que caracterizam a confabulação existente no contexto normal? Dito de outra forma, haveria uma boa confabulação, e outra que seria má, ou patológica? Além disso, haveria alguma regularidade (linguístico-discursiva) na produção de uma e outra? Nossa reflexão nos leva a considerar que alguns fatores incidem num e noutro contexto de ocorrência da confabulação.

O que a pesquisa clínica chama de confabulação nem sempre encontra correlato no discurso ordinário (normal), dado às tentativas de se reduzir o fenômeno a um sintoma clínico cuja manifestação verbal parece ser fixa, homogênea e controlável (controlada) sob certas condições experimentais. O que ambas teriam em comum, em nosso ponto de vista, é sua face discursiva, marca indelével da presença do outro na configuração de nossas ações mentais e verbais, seu *locus* privilegiado - a interlocução - , e suas possibilidades interativas.

A segunda de nossas questões finais nos obriga a elencar o conjunto de temas concernentes às vertentes linguísticas convocadas para o tratamento de questões e objetos cognitivos vinculados aos processos de significação (vide capítulos 3 e 4). Quer sejam problemas de significação linguística, quer sejam problemas não marcados na superfície linguística, episódios de confabulação são "fatos textuais" construídos enunciativamente. Isso é muito importante para a sua descrição e análise. Pressupõem um "saber linguístico" (cf. Maingueneau, 1990) que deve ser parte integrante da produção e da interpretação do sentido, e um "saber pragmático" que põe em relação o sistema linguístico e as condições de sua produção. Ambos estruturam e são estruturados por um sistema conceitual (em outros termos, pelo sistema de referência ântropo-cultural, cf. Franchi, 1977).

Processos cognitivos (alterados ou não) ganham sentido num mundo que se nos apresenta simbolicamente, ou seja, dotado de sentido. E se podemos "estender nossa ação no mundo pela ação simbólica da linguagem" (na expressão de Franchi, 1986), isso nos dá a idéia do papel que a linguagem e o linguístico (poderíamos dizer, o discursivo) exercem não apenas na configuração de objetos ou conteúdos mentais, mas na própria interação do sujeito com a coisalidade.

A terceira de nossas questões finais diz respeito à relação entre linguagem e cognição: Quais elementos do quadro relacional entre linguagem e cognição são possíveis de serem tematizados pelo (nosso) estudo da confabulação no contexto patológico?

Na tentativa de qualificar as pontes conceituais e metodológicas de um quadro relacional entre linguagem e cognição concebido a partir de uma perspectiva que postula uma interação entre ambas, elencamos quatro aspectos básicos.

Em primeiro lugar, postulamos que a relação entre ambas é do tipo interna, e de mútua constitutividade¹. A forma que expressa essa condição baseia-se na noção de "mediação simbólica" de Vygotsky: "Não há possibilidades de domínios de pensamento ou de conteúdos cognitivos fora da linguagem, e nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos" (cf. Morato, 1991). A relação de constitutividade, se se opõe à relação de instrumentalidade (que determina uma relação de exterioridade entre linguagem e cognição, na medida em que a primeira serve de contexto ou de instrumento para a segunda), é também diferente da relação de construtividade (também do tipo interna, na acepção de Dascal, 1983, e de Françaço, 1987). Nesta, à maneira das reflexões piagetianas, a linguagem, além de ser instrumento do pensamento ou da comunicação, serviria para manipular signos, isto é, seria responsável pela construção de operações mentais que não ocorreriam sem o seu concurso. A reconstrução discursiva do passado (da memória autobiográfica; da memória de eventos culturais ou históricos, da memória discursiva) nos coloca frente à dimensão interativa da linguagem e da cognição.

Vejam, a seguir, o segundo aspecto que nos interessa. A noção de sistema de referência (vide nota 4 do capítulo 1) não é algo original (vide modelos científicos ou sistemas de crenças em Antropologia, Sociolinguística, Filosofia da Linguagem, etc.), embora a formulação de Franchi o seja. Tem a ver com co-existência de diversas "realidades", sendo, portanto, na origem, um conceito semântico. Esta noção aparece nas reflexões que o autor faz sobre a obra de Humboldt e sobre a idéia de linguagem como atividade (1977). Uma das importantes formulações de Franchi (muito próximas das posições da linguística enunciativa, em especial das formulações de Benveniste, 1966, a respeito da linguagem como atividade constitutiva) é a concepção de linguagem não como resultado de uma atividade, mas a própria ação coletiva (de trabalho), da "forma" (para mantermos a expressão de Humboldt) da atividade, de nossas experiências.

¹ A noção de constitutividade parece vir da análise fenomenológica da linguagem; só depois é capaz de superá-la. Fazemos este comentário para lembrar que autores como Wittgenstein, Merleau-Ponty, Pêcheux ou Franchi poderiam dizer: A atividade mental não se realiza a não ser enformada/constituída de e sobre significações (isto é, não existe pensamento em forma pura).

O sistema de referência coloca em relação as expressões e os referentes, é a forma e a possibilidade de nossa atuação sobre a coisalidade. Sua historicidade lhe atribui autonomia (daí sua auto-referencialidade), ainda que dosada (daí suas indeterminações). A co-existência de sistemas de referência obriga que tanto a linguagem como a cognição (a memória, por exemplo) "saibam" se situar em diferentes sistemas de referência. Esse é o jogo básico que aprendemos a jogar quando nos humanizamos. Possenti (1992a:76-77) descreve bem o tipo de funcionamento dessa co-existência de sistemas heurísticos, não apenas linguístico, não apenas cognitivo: "Cada um interfere de alguma forma nos outros, colabora para constituí-lo a longo prazo. E, a curto prazo, isto é, no evento discursivo, são ingredientes relevantes para produzir significações. Saber manipulá-los adequadamente (relevantemente, cf. Sperber e Wilson, 1986) é uma das características de sujeitos "normais" numa cultura. Não saber denuncia uma "falta": um estágio de aquisição (o falante é estrangeiro ou criança) ou uma forma de perda (o falante sofreu uma lesão)".

A dimensão cognitiva da noção de sistema de referência diz respeito às formas de organização da experiência humana, isto é, os vários modos de organizar e significar o mundo (daí sua aproximação com as noções de *frame*, de *script* ou de formação discursiva, aventada por Possenti, 1992b). A materialidade ou o funcionamento dessa organização é o terceiro aspecto do quadro relacional

Ainda que concordemos com a afirmação acima de Possenti (op.cit.), a noção de sistema de referência nos parece muito mais interessante do que a de formação discursiva ou de *frame*, e isso não apenas porque é mais abrangente, mas porque também prevê uma dimensão da atividade cognitiva em outros termos que não o de estratégias mentais. Esta dimensão cognitiva (que não se reduz, bem entendido, à sua realidade córtico-cerebral), entretanto, ainda está por ser elaborada mais claramente.

O quarto aspecto do quadro relacional nos termos aqui proposto considera a significação o fulcro da interação entre linguagem e processos cognitivos. Considerada uma prática no mundo, a significação (suas regularidades e suas indeterminações) é constituída na base da noção de sistema de referência. Temos então que, se bem interpretamos o conceito de sistema de referência, a linguagem não apenas cria como também é a própria possibilidade de conhecimento; a cognição seria outra forma de ser conhecimento, não totalizada mas "enformada" de linguagem. O que ambas teriam em comum é a dependência - digamos assim - dos processos (múltiplos, simultâneos, heurísticos) de significação.

É preciso que se diga, enfim, que o recorte teórico realizado neste trabalho segue à risca as limitações de suas próprias indagações, ou seja, é certo que procura responder com propriedade a certas questões de produção e interpretação do sentido, mas não totaliza as possibilidades formais e discursivas de eventos e objetos cognitivos e linguísticos. Estes

demandam tantos movimentos e posturas teóricas quanto o exigirem as problemáticas que se apresentam como pertinentes à pesquisa cognitiva. Contudo, a articulação entre as abordagens pragmáticas e as enunciativas permanecem um desafio para o linguista, que deve estar sempre atento aos limites e às fronteiras entre ambas, impostos por seus pressupostos e métodos próprios.

Nem sempre a confabulação, pelo menos nos termos em que aqui foi analisada, e tendo em vista o debate que pôde suscitar, poderá subsidiar a pesquisa que se projeta em Psicologia Cognitiva ou em Neuropsicologia. O inverso, diga-se de passagem, é também verdadeiro. Ou seja, a Linguística, naturalmente, não dá conta, sozinha, de objetos linguístico-cognitivos. Como, então, conciliar aparelhos teóricos cujas problemáticas parecem de tal modo distintas que chegamos mesmo a imaginar que falam todos de objetos diferentes (tome-se, como exemplo, a própria discussão sobre a confabulação), ainda que se reúnam na "busca do cognitivo"?

Em primeiro lugar, é preciso aceitar nossa comum fragilidade teórica e a ignorância recíproca quando o tema é a cognição humana. Isso implica também admitir que muito do que fazemos atualmente é tentar remediar essa situação, aceitando que a articulação de aparelhos teóricos ou a interdisciplinaridade não é algo negativo, não é capaz de eliminar a nossa própria disciplina. Em segundo, em decorrência do que se disse acima, é preciso aceitar, ainda, o paradoxo da interdisciplinaridade (baseado, por sua vez, nos diferentes tipos de relação que se estabelecem entre linguagem e cognição, e na impossibilidade de se relacionar diretamente uma e outra).

Com este trabalho, procuramos dar conteúdo a algumas dessas questões. Ao mesmo tempo que fechamos esta reflexão, vemos que há, realmente, muito por fazer quando o tema é a cognição humana.

No que se refere à confabulação, finalmente, pretendemos, elencando diversos processos em jogo nas atividades cognitivas, como a memória, reconhecer que há *lupus in fábula*. Frente à confabulação, poderíamos dizer, como Foucault : Aqui há linguagem.

Summary

The confabulation, in the clinical cognitive research, has many different interpretations. It appears in the neuropsychological literature as a semiological item of amnesia, dementia and aphasic syndromes. Although its causes and cognitive mechanisms have not been properly elucidated, it is accepted as related to memory and consciousness alterations.

Although the confabulation is unarguably a discursive phenomenon, it has not been taken as an object of research by neuropsychology. Through this work, we aim to evaluate its linguistic, pragmatic and interactive components, as well as discussing the metadiscourse terms about confabulation. The objective is to discuss confabulation considering this phenomenon as interesting to the study of the relation patterns between language and cognition.

In view of the data obtained in the normal and pathological contexts and considering the discursive situations and enunciative activities among which the confabulation occurs, we try to deny theoretically and empirically, the explicative proposals of the traditional clinical approach of confabulation, all our efforts are turned to demonstrate that, in the case of 'superior' cognitive processes, like memory and thinking, the language and the discursive should not be kept apart from the cognitive system configuration. About confabulation, we could state, like Foucault. Here, there is language.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, M.P.; STUSS, D.T.; BENSON, D.F. (1979) Capgras Syndrome. A reduplicative phenomenon, in *Neurology*, 29: 334-339.
- AUTHIER-RÉVUZ, J. (1988) Non-coincidences énonciatives dans la production du sens, in *Mots*, 8.
- _____ (1991) Hétérogénéités et ruptures. Quelques repères dans le champs énonciatif, in *Les Sens et ses hétérogénéités* (org. Herman Parret), Paris: Éditions du CNRS.
- BADDELEY, D. & WILSON, B (1986) Amnesia, autobiographical memory, and Confabulation, in *Autobiographical memory* (D.C. Rubin, eds.), Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (1988) Frontal amnesia and the Dysexecutive Syndrome”, in *Brain and Cognition*, 7: 212-230.
- _____ (1993) *La mémoire humaine: théorie et pratique*, Paris: PUF.
- BAKHTIN, M.(1981) *Marxismo e filosofia da linguagem*, São Paulo: Hucitec.
- BANGE, P. & KAYSER, H. (1987) L’organisation d’une consultation. Approche théorique et empirique, in *L’analyse des interactions verbales, La dame de Caluire, une consultation* (Bange éd.), Berne: Peter Lang (pp. 273-309).
- BARBIZET, J. (1970) *Human memory and its pathology*, San Francisco: W.H. Freeman.
- _____ & DUIZABO, P. (1985) *Manual de neuropsicologia*, Porto Alegre: Artes Médicas.
- BENTON, A.L. & JOINT, R.J.(1960) Early descriptions of aphasia, in *Archives of Neurology*, 3: 205-222.
- BENVENISTE, É. (1974) *Problèmes de linguistique générale*, vol.II., Paris: Gallimard.
- BERLYNE, N. (1972) Confabulation, in *British Journal of Psychiatry*, 120: 31-39.
- BERRENDONNER, A. (1981) *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris: Minuit.
- BOTEZ, M.I. (1987) *Neurologie clinique et Neuropsychologie du comportement*, Montréal: Les Presses de L’Université de Montréal.
- BURGESS, & SHALLICE, T. (1994) *Confabulation and the control of normal memory*, no prelo.
- CARON, J. (1983) *Les régulations du discours: Psycholinguistique et pragmatique du langage*, Paris: PUF.

- CHARAUDEAU, P. (1989) Le dispositif socio-communicatif des échanges langagiers, in *Verbum*, tomo XII, fasc.1:13-25.
- CHOMSKY, N. (1968) *Language and the mind*, New York: Harcourt Brace and World.
- COUDRY, M.I.H. (1988) *Diário de Narciso - Discurso e afasia*, São Paulo: Martins Fontes.
- _____ & MORATO, E.M. (1992) Processos de significação: a visão neurolinguística, in *Abralin*, 13: 59-97.
- _____ (1995) Linguística e Neurolinguística, a sair in *Temas de Neuropsicologia e Neurolinguística* (Damasceno, B.P. & Coudry, M.I.H., eds.).
- COURTINE, J-J (1981) Analyse du discours politique, in *Langages*, 62.
- CULIOLI, A. (1982) Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe, *XIIIème Congrès International de Linguistique*. Tokyo - Paris VII - pp 1a 30.
- DALLA BARBA, G.; CIPOLLOTTI, L.; DENES, G. (1990) Autobiographical Memory loss and Confabulation in Korsakoff 's Syndrome: a case report, in *Cortex*, 26:525-534.
- _____ (1993a) Confabulation: knowledge and recollective experience, in *Cognitive Neuropsychology*, 1: 1-20.
- _____ (1993b) Different patterns of Confabulation, in *Cortex*, 29:567-581.
- _____ & WONG, C.(1994) Encoding specificity and intrusions in Alzheimer 's Disease and Amnesia, a sair in *Brain and language*.
- _____ (1994) Consciousness Confabulation: Remembering 'Another' Past, a sair in *Broken memories* (Campbell, R. & Conway, M. Eds.), Oxford: Blackwell.
- DASCAL, M.& KATRIEL, T. (1979) Digressions: A study in conversational coherence, in *Text vs Sentence* (Petofi, J.S.ed.), Hamburg: Buske (pp.76-95).
- _____ (1982) Relevância conversacional, in *Fundamentos metodológicos da Linguística, vol IV - Pragmática* - (Dascal, M. org.), Campinas: Unicamp ed.
- _____ (1983) *Pragmatics and the philosophy of mind*, Amsterdam:John Benjamins.
- _____ (1985) Language use in jokes and dreams: Sociopragmatic and psicopragmatics, in *Language and communication*, 5(2):95-106.
- _____ & Françoço, E. (1988/1989) The Pragmatic turn in psycholinguistics: Problems and perspectives, in *Theoretical linguistics*, vol.15 (1/2): 1-23.
- DELBECQ-DEROUSNÉ, J.; BEAUVOIS, M.; SHALLICE, T. (1990) Preserved recall versus impaired recognition: a case study, in *Brain*, 113: 1045-1074.

- DELL, G.S.; MACKOON, G.; RATCLIFF, R. (1983) The activation of antecedent information during the processing of anaphoric inference in reading, in *Journal of verbal learning and verbal behavior*, 22: 121-132.
- DUCROT, O. (1979) Les lois de discours, in *Langages*, 42: 21-33.
- _____ (1984) *Le dire et le dit*, Paris: Minuit.
- ELLIS, A. & YOUNG, A. (1983) *Human cognitive neuropsychology*, London: Lawrence Erlbaum Associates.
- FELLINI, F. (1994) *Je suis un grand menteur (Entretien avec Damien Pettigrew)*, Paris: L'Arche.
- FOUCAULT, M. (1967) *Madness and civilization*, New York and Toronto: New American Library.
- _____ (1971) *L'ordre du discours*, Paris: Gallimard.
- _____ (1977) *O nascimento da clínica*, Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____ (1978) *História da loucura na idade clássica*, São Paulo: Perspectiva.
- FRANCHI, C. (1977) Linguagem - atividade constitutiva, in *Almanaque*, 5: 9-27.
- _____ (1986) Reflexões sobre a hipótese da modularidade da mente, in *Abralin*, 8: 17-35.
- FRANÇOZO, E. (1987) *Linguagem interna e afasia*, Campinas, UNICAMP. Tese de doutoramento, inédita.
- GERALDI, J.W. (1991) *Portos de Passagem*, São Paulo: Martins Fontes.
- GOFFMAN, E. (1974) *Les rites d'interaction*, Paris: Éditions de Minuit.
- GRICE, P. (1979) Logique et Conversation, in *Communications*, 30: 56-72.
- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. (1989) Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso, in *História e Sentido da linguagem* (Guimarães, E., org.), Campinas: Pontes.
- HAROCHE, C. (1992) Da anulação à emergência do sujeito: os paradoxos da literalidade no discurso (elementos para uma história do individualismo), in *Cadernos PUC*, 8: 61-86.
- HENRY, P. (1990) Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969), in *Por uma análise automática do Discurso* (Gadet, F. & Hak, T., orgs.), Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____ (1992) *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*, Campinas: Ed. UNICAMP.
- JACQUES, F. (1985) *L'espace logique de l'interlocution*, Paris: PUF.
- JAKOBSON, R. (1981) *Linguística e Comunicação*, São Paulo: Cultrix.

- JOHNSON-LAIRD, P.N. (1983) *Mental models*, Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, M.K. & RAYE, C.L. (1981) Reality Monitoring, in *Psychological Review*, 88: 67-85.
- _____ (1983) A Multiple-entry, modular memory system, in *The psychology of learning and motivation* (G.H. Bower ed.), New York: Academic Press.
- _____ (1988a) Discriminating the origin of information. in *Delusional beliefs; interdisciplinary perspectives* (T.F.Oltmanns & B.A. Maher eds.), New York: John Wiley & Sons.
- _____ (1988b) Reality Monitoring: An experimental phenomenological approach, in *Journal of experimental psychology general*, 117: 390-394.
- _____ (1991) Reality Monitoring: Evidence from Confabulation in Organic Brain Disease Patients, in *Awareness of deficit brain injury* (Prigatano, G.P. & Schacter, D.L. eds.), New York-Oxford: Oxford University Press.
- JOSEPH, R. (1986) Confabulation and delusion denial: frontal lobe and lateralized influences, in *Journal of clinical psychology*, 42: 507-520.
- JUST, M.A. & CARPENTER, P.A. (1992) A Capacity Theory of Comprehension: individual Differences in Working Memory, in *Psychological Review*, 99 (1): 122-149.
- KAPUR, N. & COUGHLAN, A.K. (1980) Confabulation after frontal lobe Dysfunction, in *Journal of neurology, neurosurgery and psychiatry*, 43: 461-3.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1986) *L'implicite*, Paris: Armand Colin.
- _____ (1990) *Les interactions verbales*, tome 1, Paris: Armand Colin.
- KERENBOSCH, C. (1994) *La mémoire et le langage*, Paris: Nathan .
- KERN, R.G.; CUMMINGS, J.; BROWN, W.; OSATO, S. (1992) Confabulation in Alzheimer's Disease, in *Brain and Cognition*, 19: 172-182.
- KERTESZ, A. (1987) Les agnosies, in *Neuropsychologie clinique et Neurologie du comportement* (Botez, M.I. org.), Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal (pp.281-296).
- KINTSCH, W. (1970) *Learning, memory, and conceptual processes*, New York: Wiley.
- _____ & Van Dijk, T.A. (1978) Toward a model of text comprehension and production, in *Psychological Review*, 85.
- _____ (1984) Method and Tactics, in *Cognitive Science* (mimeo).
- _____ (1988) The use of knowledge in discourse processing: a construction-integration model, in *Psychological Review*, 95: 163-182.

- KOCH, I.G.V. (1990) A propósito: Existem mesmo as digressões?, in *Cadernos de estudos linguísticos*, 19: 123-126.
- _____ (1992) *A interação pela linguagem*, São Paulo: Contexto.
- KOEHLER, S.J. (1944) *Dicionário latino-português*, Porto Alegre: Globo.
- KOPELMAN, M.D. (1987a) Two types of Confabulation, in *Journal of neurology, neurosurgery and psychiatry*, 50: 482-7.
- _____ (1987b) Amnesia: organic and psychogenic, in *British Journal of Psychiatry*, 150: 428-442.
- LACOSTE, M. (1980) La vieille dame et le médecin (Contribution à une analyse des échanges linguistiques inégaux), in *Études de linguistique appliquée*, 37: 34-43.
- LAKOFF, R. (1973) The logic of politeness: or minding your P's and Q's. *Papers from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*.
- LEBRUN, Y. (1983) Afasia e Anosognosia, in *Tratado da Afasia*, São Paulo: Panamed.
- _____ (1989) Alzheimer versus Broca and Wernicke, in *Aphasiology*.
- LHERMITTE, F. & SIGNORET, J.L. (1976) The amnesic syndromes and the hippocampalmammillary system, in *Neural mechanisms of learning and memory* (M.R. Rosenzweig & E.L. Bennett, eds.), Cambridge: MIT Press.
- LURIA, A.R. (1959) , The directive function of speech in development and dissolution, in *Word*, 15(3):453-465.
- _____ (1974) *Cerebro y Lenguaje. La Afasia Traumática: Síndromes, exploraciones y tratamiento*, Barcelona: Fontanella.
- _____ (1976) *The neuropsychology of memory*, New York: Wiley.
- _____ (1980a) *Lenguaje y Comportamiento*, Barcelona: Fontanella.
- _____ (1980b) *Higher cortical functions in man*, London: Tavistock.
- _____ (1981) *Fundamentos de Neuropsicología* (Tradução de "The Working Brain"), São Paulo: Edusp.
- MAINGUENEAU, D. (1984) *Genèses du discours*, Liège: Mardaga.
- _____ (1987) *Novas tendências em Análise do discurso*, Campinas: Pontes.
- _____ (1990) Análise do discurso: a questão dos fundamentos, in *Cadernos de estudos linguísticos*, 19: 65-74.
- _____ (1991) L'analyse du discours: *Introduction aux lectures de l'archive*, Paris: Hachette.
- MARX, O.M. (1966) Aphasia studies and language theory in the 19th century, in *Bulletin of the history of medicine*, 40:328-49.

- MERCER, B.; WAPNER, W.; GARDNER, H.; BENSON, D.F. (1977) A study of Confabulation, in *Archives of neurology*, 34: 429-433.
- MERRIL, E.C.; SPERBER, R.D.; MACCAULEY, C. (1981) Differences in semantic encoding as a function of reading comprehension skill, in *Memory and Cognition*, 9(6): 618-624.
- MIDDLETON, D. & EDWARDS, D. (1992) Recuerdo conversacional: un enfoque sociopsicológico, in *Memoria compartida: la naturaleza social del recuerdo y del olvido*, Barcelona: Paidós.
- MORATO, E.M. (1991) *Das funções e do funcionamento da linguagem: uma estudo das reflexões de L.S. Vygotsky sobre a função reguladora da linguagem e algumas implicações linguístico-cognitivas para a Neurolinguística*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Inédita.
- _____ & COUDRY, M.I.H. (1992) Digressão e Confabulação nas afasias: as formas marginais do dizer, in *Estudos linguísticos*, XXI: 644-651.
- _____ (1992) Memória, Linguagem, Conhecimento: Uma resenha de 'Models in Memory', de T.A. Van Dijk (1988). *mimeo*.
- _____ (1993) Confabulação nas Afasias :Quando faltar à verdade não equivale a mentir, in *Estudos linguísticos*, XXII: 96-103.
- MORRISON, R.L. & TARTER, R.E. (1984) Neuropsychological Findings Related to Capgras Syndrome, in *Biological Psychiatry*, 19: 1119-1127.
- MOSCOVITCH, M. (1989) Confabulation and the frontal systems: Strategic versus retrieval in Neuropsychological theories of memory, in *Varieties of memory and consciousness; essays in honour of Endel Tulving* (Roediger, H.L. & Craik, F.I.M. eds.), Hillsdale, N.J.: Erlbaum.
- PÊCHEUX, M. (1990) *O discurso: Estrutura ou acontecimento*, Campinas: Pontes.
- PEYTARD, J. (1993) De l'alteration et de l'avaluation des discours, in *Parcours linguistiques de discours spécialisés*, Berne: Peter Lang.
- POSSENTI, S. (1992a) Um cérebro para a Linguagem, in *Abralin*, 13:75-84.
- _____ (1992b) Gramática e análise do discurso, in *Cadernos de estudos linguísticos*, 22:161-171.
- PRADO JR., B. (1985) Não dizer a verdade equivale a mentir?, in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 9:81-88.
- PRETI, D. (1991) *A linguagem dos idosos*, São Paulo:Contexto.
- RASTIER, F. (1991) Problèmes de sémantique cognitive, in *Les Sciences Cognitives en débat*, Paris: Éditions du CNRS.

- ROULET, E. (1985) Structures hiérarchiques et polyphoniques du discours, in *L'articulation du discours en français contemporain* (Roulet, E. et al.), Berne: Peter Lang.
- SANDSON, J.; ALBERT, M.L.; ALEXANDER, M. (1986) Confabulation in Aphasia, in *Cortex*, 22: 621-6.
- SCHACTER, D.L. & TULVING, E. (1982) Memory, amnesia, and the episodic/semantic distinction, in *The expression of knowledge* (Isaacson, R.L. & Spear, N.E. eds.), New York: Plenum Press.
- SCHANK, R.C. (1972) Conceptual Dependency: a theory of natural language understanding, in *Cognitive Psychology*, 3: 552-631.
- SCHEGLOFF, E. (1988) Goffman and the analysis of Conversation, in *Erving Goffman. Exploring the interaction order* (Drew, P. & Wootton, A. orgs.), Cambridge: Polity Press.
- SEARLE, J. (1987) *Mente, Cérebro e Ciência*, Lisboa: Fragmentos.
- SHALLICE, T. (1988) *From neuropsychology to mental structure*, New York: Cambridge University Press.
- _____ (1991) How neuropsychology helps us to understand normal function, in *Behavioral and brain sciences*, 14: 457-469.
- SHAPIRO, B.E.; ALEXANDER, M.P.; GARDNER, H.; MERCER, B. (1981) Mechanisms of Confabulation, in *Neurology*, 31: 1070-76.
- SIGNORET, J.L. (1987) Les troubles de mémoire, in *Neuropsychologie clinique et Neurologie du comportement* (Botez, M.I. org.), Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal (pp. 251-261).
- SNOWDEN, J.; GRIFFITHS, H.; NEARY, D. (1994) Semantic Dementia: Autobiographical Contribution to Preservation of Meaning, in *Cognitive Neuropsychology*, 11(3): 265-288.
- SPERBER, D. & WILSON, D. (1986) *Relevance: Communication and cognition*, Oxford: Basil Blackwell.
- STUSS, D.T.; ALEXANDER, M.P.; LIEBERMAN, A.; LEVINE, H. (1978) An extraordinary form of Confabulation, in *Neurology*, 28: 1166-1172.
- TALLAND, G.A. (1965) *Deranged memory*, London: Academic Press.
- TEIXEIRA COELHO, J. (1983) *Semiótica, informação e comunicação*, São Paulo: Perspectiva.
- THÉVOZ, M. (1978) *Le langage de la rupture*, Paris: PUF.
- TODOROV, T. (1980) *Les genres du discours*, Paris: Minuit.
- TRILLET, M. & LAURENT, B. (1988) *Mémoires et Amnésies*, Paris: Masson.

- TULVING, E. (1983) *Elements of episod memory*, Oxford: Oxford University Press.
- _____ (1984) Précis of elements of episodic memory, in *The behavioral and brain sciences*, 7: 223-268.
- _____ (1989) Memory: Performance, knowledge, and experience, in *European journal of cognitive psychological*, 1: 3-26.
- _____ & Shacter, D.L. (1990) Priming and human memory systems, in *Science*, 247: 301-306.
- VAN DIJK, T. (1992a) Modelos na memória - o papel das representações da situação da situação no processamento do discurso, in *Cognição, discurso e interação* (Koch, I.G.V. org.), São Paulo: Contexto.
- _____ (1992b) *Discourse and Cognition in Society*, mimeo.
- VION, R. (1992) *La communication verbale - Analyse des interactions*, Paris: Hachette.
- VYGOTSKY, L.S. (1987a) Lectures on Psychology, in *The collected works of L.S. Vygotsky - vol. I - Problems of general psychology*, New York: Plenum Press.
- _____ (1987b) Thinking and speaking, in *The collected works of L.S. Vygotsky - vol. I - Problems of general psychology*, New York: Plenum Press.
- WEINSTEIN, E.A. & KAHN, R.L. (1955) *Denial of illness*, Springfield: Charles C. Thomas.
- _____ & LYERLY, O. (1968) Confabulation following brain injury, in *Archives of general psychiatry*, 18: 348-354.